

TRAVESSIA

revista do migrante

Publicação do CEM - Ano XVIII, número 52, Maio-Agosto/2005



LEGADO DE SCALABRINI

ISSN - 0103-5576



TRAVESSIA

Revista do Migrante

CEM - Centro de Estudos Migratórios (Federação dos CEMs J.B.Scalabrini)

Publicação quadrimestral, voltada ao estudo e divulgação da realidade do migrante a partir dos diferentes ramos do conhecimento: social, político, econômico, educacional, cultural, etc.

Diretor

Sidnei Marco Dornelas

Editor

Dirceu Cutti

Jornalista Responsável

Antonio Garcia Peres (MtB 3081)

Conselho Editorial

Alfredo J. Gonçalves

Carlos B. Vainer

Dulce Baptista

Francisco Nunes

Heinz Dieter Heidemann

Helion Póvoa Neto

José G. Baccarin

José Guilherme C. Magnani

José J. Gebara

Luiz Bassegio

Marilda A. Menezes

Oswaldo M.S. Truzzi

Sidney A. da Silva

Teresa Sales

Conselho Consultivo

Cláudio Ambrozio

Edgard Malagodi

Ermínia Maricato

Marília P. Sposito

Milton Schwantes

Capa

Arte: 2M Criação e Produção Gráfica Ltda

Foto: Gentileza de foto Matera; publicada originalmente in: L'illustrazione Italiana, ano XXXIII, nº 24 de 11/06/1905.

Editoração Eletrônica

Dirceu Cutti

Impressão

MaxPrint Editora e Gráfica Ltda - Fone:(11)4815.4331

Endereço para Correspondência

Rua Vasco Pereira, 55 - Liberdade

01514-030 São Paulo/SP - Brasil

Fone/Fax: (0xx11)3208.6227

cemsp@uol.com.br

www.cemsp.com.br

ÍNDICE

A REALIDADE SOBRE A MIGRAÇÃO BRASILEIRA

RELATO DE VIAGENS PELAS FERROVIAS CENTRAL DO
BRASIL-1968 E ALTA SOROCABANA-1969

Alberto Romano Zambiasi

Alvírio Morés.....5

SEMINÁRIO JOÃO XXIII E CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS

MEMÓRIA DE UM PASSADO RECENTE

Pe. Alfredo José Gonçalves

(Boxes) Dirceu Cutti.....17

PASTORAL DOS MIGRANTES:

PEREGRINOS DA RESISTÊNCIA

Maria Aparecida de Moraes Silva.....25

DO CENTRO DOS ITALIANOS AO CENTRO DOS MIGRANTES NA CIDADE DE SÃO PAULO

Pe. Gelmino Costa.....33

DEPOIMENTO

MEMÓRIAS SOBRE A ABERTURA DO CARISMA ESCALABRINIANO

Pe. Giovanni Simonetto.....41

SCALABRINI E SEU LEGADO

A revista *TRAVESSIA*, em seus dezoito anos de existência, manteve seu olhar sempre voltado para a razão de ser de quem a mantém - o migrante! Neste ano de 2005, quando a Congregação dos Missionários de São Carlos/Escalabrinianos celebra o Centenário da morte de seu fundador, o bem-aventurado João Batista Scalabrini, abre seu espaço para um olhar *ad intra*, sem, porém, descuidar do foco. Não se trata de um balanço retrospectivo, nem seria possível fazê-lo aqui, mas apenas de alguns flashes do legado de Scalabrini no Brasil, entrecruzando o migrante e o olhar da pastoral.

Antes, porém, aos que não o conhecem, duas palavras. Nasceu em 1839, bem ao norte da Itália. Com 36 anos, foi sagrado bispo da diocese de Piacenza, próxima à industrializada Milão. Vivenciou, no campo socioeconômico, os efeitos da revolução industrial; no campo político, o processo de consolidação do Estado-Nação italiano e, no campo eclesial, o forte embate entre os que percebiam as profundas mudanças em curso e os que se aferravam à velha ordem. *"O mundo caminha e nós não podemos ficar para trás"* é uma das frases que melhor resume sua postura. Sua visão, porém, no âmbito da Igreja, consolida-se apenas no Concílio Vaticano II - a necessidade de dialogar com a modernidade.

Baixa estatura, excelente oratória, personalidade firme, muito inteligente e de faro aguçado, além de uma sensibilidade enorme, são traços que o caracterizaram. Foi definido como homem de ação e do diálogo. Sempre que se deparava com problemas no campo social, buscava encaminhar soluções. Organizou cozinha popular para socorrer os famintos; fundou um instituto em favor dos surdo-mudos; promoveu a criação de cooperativas de produção e consumo; caixas rurais para financiamento e o banco católico Sto. Antonino. Valorizava a comunicação: criou jornais e incentivava que outros o fizessem. Às paróquias, solicitava que efetuassem levantamentos da situação sócio-religiosa da população, bem como constituíssem equipes com o objetivo de suscitar iniciativas de promoção humana, social e cultural. Com relação aos migrantes sazonais do arroz, articulou uma comissão interdiocesana encarregada de efetuar uma pesquisa para saber quantos eram (aproximadamente 170 mil), conhecer as condições de trabalho e propor soluções. Escreveu *"O socialismo e a ação do clero"*, defendendo o direito ao trabalho, maior participação nos lucros, direito à greve, à educação, pensão por velhice e/ou invalidez, prevenção à insalubridade.

Pronunciou inúmeras conferências, sempre muito concorridas. Defendeu a participação dos católicos nas eleições, proibidos de fazê-lo pela Cúria Romana, o que lhe causou fortes dissabores. A chamada Questão Romana, que sonhava ver resolvida, rendeu, entre ele e seu amigo de peito Geremia Bonomelli, bispo de Cremona, um acervo de 700 correspondências. São esses alguns aspectos da sua atuação social. Mas, o maior legado decorre do campo da migração. Em 1887, fundou uma Congregação de missionários para acompanhar os italianos que se dirigiam para a América, bem como uma associação de leigos para fazer frente, principalmente, nos portos de embarque, às ações dos que chamou de "agenciadores de carne humana" (diríamos, hoje, coyotes), mas também para acompanhar os migrantes na travessia atlântica e no desembarque.

Ao Parlamento italiano, dominado por anti-clericalistas, apresentou projeto de lei no tocante à emigração. Rejeitado, inicialmente, anos depois transformou-se em lei. Ao Papa, solicitou que fosse criada uma Comissão para todas as migrações. Scalabrini foi sim, um homem do seu tempo, mas do ponto de vista da mobilidade humana, o ultrapassou, ao afirmar: *"Para o migrante a pátria é a terra que lhe dá o pão"*.

Em 1901 visitou os migrantes e as missões nos EUA e, em 1904, onde permaneceu por cinco meses, o Brasil. Aqui, sobretudo em São Paulo, iniciou-se uma presença ditada pelo processo migratório - ir onde o imigrante italiano estava - em termos práticos, uma pastoral supra-paroquial. Mas o peso da história rapidamente absorveu esta atuação para o âmbito de paróquias territoriais, diferentemente de outras plagas onde se estabeleceram paróquias pessoais. Este dado, mais tarde somado ao ingresso de brasileiros na Congregação, concomitantemente ao advento das maciças migrações internas, constituem o pano de fundo dos textos aqui apresentados.

A iniciativa de um projeto novo, em São Paulo, no final dos anos 1930, visando resgatar a originalidade de uma atuação junto aos italianos é descrita pelo pe. Gelmino. O embate em torno da ampliação da finalidade a todos os migrantes aparece no depoimento do pe. Giovanni. A consolidação da mudança reflete-se nos demais textos. Alberto e Alvírio mergulham no drama vivido pelos migrantes internos no final da década de 1960. Pe. Alfredo traça a memória de um passado recente quanto ao envolvimento do Seminário Maior João XXIII e do CEM com as questões sociais. Maria Aparecida enfoca a ação da Pastoral junto aos migrantes temporários do interior paulista - uma ação itinerante no espaço da mobilidade permanente.

Dirceu Cutti

DESEJA ADQUIRIR

TRAVESSIA - Revista do Migrante?

***É fácil assinar a Revista TRAVESSIA
É possível adquirir números avulsos*
E ainda há tempo para montar a coleção***

(* Exceto os números 8, 10 e 12)

Formas de Pagamento

Escolha a opção que lhe facilita mais:

a) *Cheque nominal à Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos*

b) *Depósito bancário nominal à Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos; Banco Bradesco; Agência Tabatinguera nº 0515-0; conta corrente nº 23083-9 e envie-nos cópia do comprovante de depósito.*

Valor da Assinatura

- () Ass. válida por 1 ano..... R\$ 20,00
- () Ass. válida por 2 anos..... R\$ 30,00
- () Ass. válida por 3 anos..... R\$ 40,00
- () Exterior (1 ano)..... U\$ 20,00

Números Avulsos

- Exemplares do nº 1 ao 7.....R\$ 2,00
- Demais exemplares: Nº avulso.....R\$ 5,00
- Quantidade (mais de 5).....R\$ 4,00
- Coleção Completa - já incluído valor postal.....R\$ 150,00

Nosso Endereço

Rua Vasco Pereira, 55 Liberdade CEP: 01514-030 São Paulo/SP - Brasil

Fone/Fax: (0xx11)3208.6227

cemsp@uol.com.br

www.cemsp.com.br

NÚMEROS PUBLICADOS

- 01 - Sazonais
- 02 - Cidade
- 03 - Fronteira Agrícola
- 04 - Violência
- 05 - Voto
- 06 - Barragens
- 07 - Cultura
- 08 - Trabalho
- 09 - Família
- 10 - Religião e Religiosidades
- 11 - Estrangeiros
- 12 - Educação
- 13 - Pena de Morte
- 14 - Migrar e Morar
- 15 - Tempo e Espaço
- 16 - Desemprego e Subemprego
- 17 - Imagens
- 18 - Novas Tecnologias
- 19 - Identidades
- 20 - Saúde
- 21 - Emigração
- 22 - Retorno
- 23 - Metrôpole
- 24 - Índios e Territórios
- 25 - Deslocamentos Compulsórios & Restrições à Migração
- 26 - Mulher Migrante
- 27 - Nomadismos
- 28 - Meio Ambiente
- 29 - Albergue
- 30 - Clandestinidade
- 31 - Festas
- 32 - Memória
- 33 - Mercosul
- 34 - Associações
- 35 - Gerações na Migração
- Nº Especial - O Retorno (Sayad)
- 36 - Um Olhar Retrospectivo
- 37 - Refugiados
- 38 - Bairros e Vizinhanças
- 39 - Assentamentos
- 40 - Redes
- 41 - Migração Laboral
- 42 - Linguagens e Símbolos
- 43 - Imprensa & Literatura
- 44 - Etnias
- 45 - Mobilidade & Flexibilidade
- 46 - Sagrado
- 47 - Cotidiano
- 48 - Fronteiras
- 49 - Narrativas
- 50 - Políticas Públicas
- 51 - Preconceitos

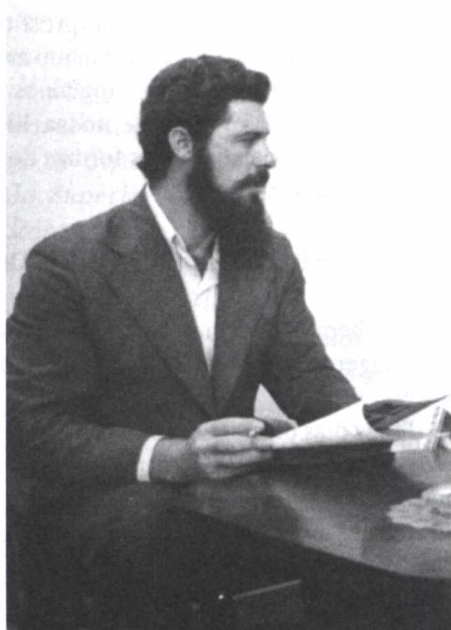
A REALIDADE SOBRE A MIGRAÇÃO BRASILEIRA

Relato de viagens pelas ferrovias
Central do Brasil-1968 e Alta Sorocabana-1969

*Alberto Romano Zambiasi **

*Alvírio Morés ***

Reproduzimos, na íntegra, este texto apresentado pelos autores - à época estudantes do Seminário Maior João XXIII - durante a primeira "Semana de Estudos sobre Migração", organizada em julho de 1970 pelo recém-criado Centro de Estudos Migratórios.



Arquivo CEM / Pe. Alberto Zambiasi (in memoriam)

Antes de tudo, queremos esclarecer que o presente estudo sobre a realidade da migração brasileira que nos propomos expor, é fruto do esforço e dedicação não de uma ou duas pessoas apenas, mas de uma equipe toda de companheiros nossos, que, através de pesquisas e experiências vividas no meio migratório, permitiram a que chegássemos à elaboração deste trabalho.

A primeira pesquisa foi realizada em julho e agosto de 1968, pela ferrovia Central do Brasil, desde a estação Roosevelt de São Paulo até Monte Azul, divisa do estado de Minas Gerais com a Bahia. A finalidade desta primeira viagem de estudos foi constatar as situações de viagem dos migrantes e analisar, nos locais de origem, as causas do êxodo.

Para isto, percorremos toda a Ferrovia Central do Brasil em trens de segunda classe, acompanhando, entrevistando e

enfrentando as mesmas situações das várias levas de migrantes que viajaram conosco, bem como, parando nas cidades de maior êxodo rural do norte mineiro, para efetuar o levantamento sócio-econômico entre o homem do campo. Montes Claros, Monte Azul, Espinoza, Januária, São Francisco e Belo Horizonte foram as cidades pesquisadas nesta viagem.

A segunda pesquisa, realizada em julho de 1969, pela Alta Sorocabana, desde a estação Sorocabana de São Paulo até o sudoeste de São Paulo e norte do Paraná, teve por objetivo constatar o problema de integração dos migrantes, nos locais de destino.

Seguiu-se, em linhas gerais, os mesmos métodos da primeira viagem, conseguindo-se fazer um levantamento minucioso do problema nas cidades de Sorocaba, Ourinhos, Assis, Presidente Prudente, Presidente Wenceslao, Presidente Epitácio, Mirante do Paranapanema (em São Paulo) e Maringá e Astorga (no Paraná).

Entre as duas viagens, alcançamos um total de 593 entrevistas, sendo que: 230 em zona rural; 237 em trânsito - nos trens, albergues e estações ferroviárias - e, 126 nas cidades, aplicadas junto a autoridades civis e eclesiásticas, agrônomos, médicos, professores, agentes de polícia, diretores e funcionários da migração, chefes de estações ferroviárias, etc....

Além das viagens de estudo, pretendemos nos servir, nesta exposição, das experiências obtidas em três anos de trabalho no Departamento de Migrantes de São Paulo, e dos cinco anos de serviço junto aos marginalizados nas favelas, em trabalho conjunto com o M.O.V. (Movimento das Organizações Voluntárias pela Promoção do Favelado), do qual fazemos parte.

SITUAÇÃO DE VIAGEM DOS MIGRANTES

Analisaremos, como primeiro ponto, a situação de viagem dos migrantes. Para isto limitamo-nos a transcrever uma nossa reportagem publicada em 4 de maio de 1969 no Jornal Arquidiocesano *O São Paulo*, na qual relatamos o diário de três dias de viagem com os migrantes, através do que poderemos ter uma idéia das condições de viagem dos mesmos, no meio de transporte que lhes é mais comum: o trem bahiano.

“São 7h30 de 31 de julho de 1968. Estamos em Monte Azul, Minas. O trem parte neste instante com destino a São Paulo. Já deixa a estação. Nem todos os passageiros encontram lugar para sentar. Por isso reclamam e empurram. Os funcionários procuram acalmar o tumulto. Não obtendo resultados, apelam para as injúrias e palavrões. Mas, tudo em vão. E é natural. Há só um vagão para tão numerosa leva de migrantes. Acalmá-los significaria pôr-lhes à disposição mais seis vagões, livrando-os daquele estado insuportável.

Nessa situação as horas passam. Agora o chefe de trem já começa a conferir os passes. Está à nossa frente. Discute com um casal pernambucano que se destina a São Paulo. Está havendo qualquer problema com a passagem do filhinho que o casal traz consigo. Ameaçada de ser expulsa do trem a família toda, o pai roga que tenha consideração ao menos para com a criança. Ao que o chefe de trem responde: ‘Aqui não há consideração, mas lei. Vocês são todos como animais’. A discussão e as ameaças somente cessam quando nós intervimos, explicando ao chefe de trem que estamos viajando de segunda classe justamente para observar os modos como os migrantes são tratados. Com isso os funcionários ficam pasmados. Comunicam-se às estações seguintes alertando seus companheiros e nos rogam que a ninguém falemos das deficiências da ferrovia Central do Brasil.

No entanto chega a noite. Veja o que acontece. Apenas escurece, as mães vão acomodando as crianças sobre os assentos e os adultos procuram um lugar para deitar-se debaixo dos mesmos. Preferem assim que passar a noite numa posição imóvel, naqueles bancos duros, pequenos, estreitos, desprovidos de espaldares para repousar os membros.

Assim, aquele chão sujo, imundo, repleto de escarros torna-se o leito comum onde a maioria descansa em sono profundo, mas onde não faltam aqueles que exploram aquela promiscuidade. Outros não encontrando mais espaço livre no chão, vão deitar-se no vão existente entre um vagão e outro. Nós também temos que passar uma noite deste modo, expostos ao vento frio de julho, tendo de nos levantar seguidamente para dar lugar aos passageiros que embarcam em cada parada de trem.

Quando alguém precisa passar pelo corredor deve transitar sobre as pessoas ali deitadas. Durante toda a noite não se abre uma janela. Por isso, o óxido de carbono produzido por tão

elevado número de pessoas, e o mau odor causado pela grande falta de higiene dos viajantes, provocam constantes dores de cabeça e mal-estar nos passageiros.

De manhã, confessamo-lo por experiência pessoal, não faltam os que acordam molhados pelas crianças que dormiram sobre os acentos.

Um fato por demais curioso constatamos na noite de 1º de agosto. Às duas horas da madrugada, não se sabe por qual motivo, falta subitamente energia no vagão em que viajamos. Logo em seguida, aparece no vagão escuro um funcionário com um farolete na mão, piscando de cá e acolá, até que avista uma baianinha da qual se agrada e com ela trava estranho namoro. Afinal retira-se após duas horas, aparecendo então novamente a luz.

De passagem a Belo Horizonte, entrevistamos casualmente também uma prostituta, a qual nos fala: ‘Nossa missão é servir os trens bahianos’. Mas além das prostitutas, há nestes trens o livre trânsito de mascates que com mil artimanhas vão sugando até o último vintém daqueles ingênuos nordestinos.

E assim, até o final de nossa longa viagem, vamos verificando as mais variadas formas de exploração de que os migrantes são vítimas.”

FERROVIA CENTRAL DO BRASIL

Também para esta questão trazemos um trecho de nossa reportagem publicada no *O São Paulo* de 17 de março de 1969.

“Seis dias de viagem com os migrantes, vivendo com eles, participando de seus problemas e angústias, foram suficientes para constatar o duro calvário que eles experimentam diariamente nos trens da ferrovia Central do Brasil. Na realidade, estes trens não oferecem aos passageiros condições de viagens seguras e tranquilas. Um funcionário desta ferrovia, comentando conosco, a respeito nos dizia: ‘Se o Ministro dos Transportes conhecesse o estado da Central, nem sequer permitiria que os trens sássem da estação’.

Para evidenciar sua precariedade basta dizer que o trem demora comumente doze horas para percorrer Montes Claros – Monte Azul, sendo um trajeto de apenas 180 Km. Calculando a quilometragem, resulta uma velocidade de apenas 15 Km horários. Naturalmente, com a ferrovia cheia de curvas, com os trilhos inseguros, com um número infindo de vagões, o trem não poderá ultrapassar os 15 Km horários para chegar ao destino sem haver sofrido acidentes. Embora essa fleuma, soubemos dos próprios migrantes ser comum o descarrilamento. Assim, nos dias em que permanecemos em Monte Azul aplicando questionários aos migrantes em trânsito, um vagão sofreu desvio, ocasionando vários ferimentos nos passageiros.

Além da precariedade da ferrovia, devemos lembrar também a inadequada distribuição dos vagões. O mesmo trem

carrega, homens, animais e minérios. Lamentavelmente, porém, os animais e minérios ocupam os vagões mais protegidos, e os migrantes os que têm maior probabilidade de descarrilamento.

Constatamos ainda que a totalidade dos migrantes viaja de segunda classe, sendo que para tanto recebem os passes gratuitos do Departamento de Migrantes de São Paulo. Os passageiros que viajam de primeira constituem um grupo minuto. Contudo, o número de vagões de primeira classe é superior aos de segunda. Sucede, por isso, que estes ficam superlotados e aqueles, quase vazios.

Às vezes, maior é o número dos que viajem em pé. Assim, de Belo Horizonte a Montes Claros, alguns de nossos colegas de pesquisa tiveram que permanecer durante todo o trajeto, o qual é percorrido à noite. E como nós, muitos outros migrantes, inclusive senhoras com crianças no colo.

Quando retornávamos da pesquisa, no trajeto Monte Azul – Montes Claros, havia só um vagão de segunda classe. Logicamente vínhamos engarrafados. E era o último, o que mais balançava e o menos protegido de todos.

São pequenos fatos constatados. Como esses, muitos outros poderíamos enumerar. Todos eles estão a evidenciar as deficiências da Central do Brasil e a reclamar providências..., garantindo assim condições seguras e dignas de pessoas humanas a todo migrante que transitar por esta ferrovia.”

SITUAÇÃO DOS MIGRANTES NAS CIDADES DE EMBARQUE E DESEMBARQUE

Nas cidades onde realizamos pesquisa, em cada lugar se está adotando uma orientação própria, independente, desconhecendo por completo a orientação mantida nas outras cidades ou Estados. Da falta de um plano de trabalho entrosado e coordenado resultam conseqüências desastrosas. Frequentemente os migrantes são vítimas de informações erradas e até mesmo contrárias àquelas recebidas em outros lugares, causando situações de confusão e desespero.

Vejamos alguns exemplos:

a) Monte Azul

Conforme nossa reportagem de 18 de maio de 1968 no *O São Paulo*, assim escrevíamos: “Iludidos por aqueles que deveriam ser seus próprios orientadores, centenas de migrantes continuam chegando por via férrea a Monte Azul - MG, encontrando a maior das decepções. Partiram de sua terra com a garantia de que receberiam nessa cidade passes gratuitos para prosseguirem viagem até seus destinos. Mas ao desembarcarem em Monte Azul, na estação ferroviária Central do Brasil ou na Leste Brasileiro verificam que tudo isso é mentira. Lá não existe atendimento algum para os migrantes. E nem aquela cidade teria condições de o fazer, dada sua precariedade econômica.

Todavia, tanto no Nordeste como no Sul, está em voga

esta orientação errada. Temos encontrado em São Paulo e em Minas Gerais funcionários desempenhando cargos de alta responsabilidade no serviço de atendimento aos migrantes, pensando que o INIC (Instituto Nacional de Imigração e Colonização) mantivesse ainda trabalhos em Monte Azul. Ora, isso revela o máximo de desinteresse pelas função que exercem, uma vez que o INIC já foi extinto há vários anos.

Parece que Monte Azul é a sentença condenatória do migrante. Parece que as ferrovias por onde transitam as levas migratórias, principalmente a Central do Brasil, são gélidas e insensíveis cúmplices deste mísero crime: o desamparo, a angústia da incerteza, a desnoiteação.

Constatamos, pessoalmente, em Monte Azul, a chegada de várias levas, provindas de São Paulo e do Nordeste. Por longos dias permaneceram naquela cidade, passando fome, dormindo ao relento, esperando em vão o passe de quem nunca o poderia dar. Tais migrantes passam a constituir um grave problema e ao mesmo tempo um triste flagelo para este município.

Revoltados contra a triste sorte, tentam procurar trabalho para arrecadar a quantia suficiente de dinheiro para adquirir as passagens. Mas naquela cidade já não existem chances para emprego de mão-de-obra. Além do mais as famílias do campo não dispõem de capital para admitir e sustentar operários. Desanimados e fatigados só lhes resta perambular pelas ruas da cidade.

Assim, passando pela periferia, topam com um velho albergue que leva inscrita uma placa do Instituto Nacional de Imigração e Colonização. Rejubilam pela descoberta. Sua alegria, porém, logo esmorece, pois constatam que aquele albergue não passa de um abrigo de maconheiros e marginais.

Alguns, os mais ousados, vão então bater às portas das autoridades. Todas as manhãs, informam-nos os ex-funcionários do extinto INIC, há uma leva de migrantes batendo às portas do Sr. prefeito e do Pe. Vigário. O prefeito já teve que pedir ajuda ao Delegado de Política para afastar essas levas que tentavam arrombar a entrada do prédio da Prefeitura, exigindo em gritos de desespero, os passes prometidos em suas cidades de origem.

Quando os migrantes souberam que nós estávamos em Monte Azul com a finalidade de estudar e ajudar a resolver os problemas deles, a fila dos que pediam passes logo se fez presente também diante da pensão em que estávamos alojados. Mantendo contato com eles, verificamos que havia quem chegara há mais de um ano nessa cidade, e ainda não obtiveram meios para deixá-la.

Esses pernoitam num grande barracão onde são lavados os vagões dos trens. É uma construção sem paredes. Por isso ficam expostos ao frio da noite. Alguns passam a frequentar o velho albergue, agregando-se aos maconheiros e marginais lá existentes.

Há outros, ainda, que dormem nas plataformas das estações

ferroviárias. Ali, conforme informações dos dirigentes das estações ferroviárias, às vezes morrem pessoas ao relento.

Mas há também os que começam a vender todos os seus “trens” (brincos, alianças, calçados, agasalhos), até conseguirem pagar uma passagem de pau-de-arara, mais fácil de se conseguir, e assim retornar para as suas terras.

Os mais corajosos, contudo, depois de haver procurado em vão uma solução a tão desafortunada sorte, decidem partir de a pé em direção à casa dos seus, abandonando, muitas vezes, a esposa ou o filho, causando assim a desagregação fatal da família.

Essas são as conseqüências da grande mentira que consciente ou inconscientemente estamos dando ao migrante nordestino. O próprio Departamento de Migrantes de São Paulo somente em fins de 1968 deixou de colaborar para essa calamidade pública de Monte Azul. Foi quando, através de uma entrevista coletiva à imprensa e televisão, denunciámos a situação, passando o Departamento de Migrantes, logo em seguida, a orientar devidamente os migrantes com destino a Monte Azul, bem como, dando-lhes passes não mais até Monte Azul somente, mas até o final da ferrovia Leste Brasileiro, o que vale dizer, até suas terras de origem.

Estas facetas negras da migração desejamos não sejam objeto de pessimismo, mas de um estímulo para que os responsáveis pelo problema e a opinião pública se dêem conta da necessidade de um plano de trabalho mais amplo e inteligentemente planejado.

O que se obteria a nosso ver, através de uma coordenação oficial que force um plano comum de atendimento entre os vários estados e cidades que prestam assistência à migração.

b) Ourinhos

Fato não menos angustiante ocorre em Ourinhos, na divisa de São Paulo com o Paraná. O Departamento de Migrantes de São Paulo envia migrantes com destino ao norte do Paraná. Mas quando chegam em Ourinhos, a entrada no Paraná lhes é vedada. Os funcionários da estação ferroviária informam os migrantes que seus passes são válidos somente até Ourinhos e que, se quiserem seguir até o norte do Paraná, deverão adquirir outros passes.

Mas como vieram com a certeza de que o passe obtido em São Paulo seria válido até o Paraná, viajaram desprovidos de dinheiro, sem, portanto, ter agora condições de adquirir outro passe. Eis então a triste tragédia.

Os funcionários do S.O.S. (Serviço de Obras Sociais), da Delegacia de Polícia e do Posto de Migração os transportam até a ponte sobre o rio Paranapanema, onde os despejam de lá da ponte, em território paranaense, obrigando-os a seguir adiante, ameaçando-os de prisão, caso retornem novamente para Ourinhos.

Como não encontram trabalho senão no norte do Paraná, devem caminhar até aquela região, uma distância aproximada de 200 Km. Passando vários dias no albergue de Maringá

(norte do Paraná), constatamos pessoalmente a chegada de inúmeros migrantes que haviam sido despejados na ponte do Paranapanema. Temos em mãos fotos de migrantes que havíamos fotografado em Ourinhos quando embarcavam no carro do Posto de Migração daquela cidade para serem despejados na ponte, e agora, chegados em Maringá, novamente os fotografamos, após ouvir a história da longa viagem de oito dias que tiveram que enfrentar de a pé, chegando com os pés sangrando, e as crianças quase loucas de fome.

Certamente, a Secretaria de Promoção Social do Estado de São Paulo, encarregada pelo setor da migração no Estado, não desejaria acontecessem tais incidentes, já que a meta deste órgão é a promoção do migrante. Mas é preciso que seja levado ao conhecimento da Secretaria o trabalho desonesto que vem exercendo o S.O.S. daquela cidade que tem seus trabalhos orientados numa linha maçônica e que, apesar disso, conta com o apoio da Delegacia de Polícia e do Posto de Migração. Este grupo, único responsável por esta situação tem como meta de trabalho limpar a cidade de pedintes. É uma linha de ação que contraria a filosofia de trabalho da Secretaria de Promoção Social, a qual, para que a migração tivesse em Ourinhos melhor assistência, instalou naquela cidade até um Posto de Migração.

c) Demais cidades

Mas o que mais se deve lamentar é que esta linha de trabalho não está em vigor somente em Ourinhos. Assis, Presidente Prudente, Presidente Wenceslao, Presidente Epitácio, Sorocaba, seguem, no tratamento com os migrantes, o mesmo princípio de trabalho. Quando é dado o passe, é para “tocar o problema” para a cidade seguinte, não para encaminhar o migrante para regiões onde possa encontrar trabalho.

Para comprovar o que falamos, trazemos aqui um trecho de uma reportagem de Sérgio Coelho de *O Estado de São Paulo* publicada três meses após nossa viagem (28/10/1969) que analisa este mesmo problema: “Segunda-feira – 40 indigentes desembarcam na estação de Sorocaba. Terça-feira – descem em Ourinhos. Quarta – estão em Assis. Quinta – Presidente. Eles passam o fim de semana no albergue noturno de Presidente Epitácio, fim da linha e depois voltam pelos mesmos trilhos, vivendo a mesma fome, o mesmo frio e as mesmas privações. Na semana seguinte, com as fileiras mais engrossadas, desembarcam novamente em Sorocaba – aí já são mais de 50. É o mais triste tráfico, a carga mais miserável da estrada de ferro Sorocabana, uma das mais importantes do País.

No roteiro da miséria, o tráfico é regulamentado pelo Governo, oficializado e talvez até promovido. Tem passes, horários e trens especiais que o povo chama de trem bahiano, vagão pau-de-arara ou trem regional. São vagões de madeira, de condições precárias, sem higiene.”

CONSEQUÊNCIAS

a) Fuga dos centros

Este jogo contínuo de pessoas de uma cidade para outra ou de um Estado para outro, provoca nos migrantes um estado de ânimo desanimador e revoltante. Cansados de ser joguetes de funcionários inconscientes, ao desembarcarem nas estações ferroviárias, muitos migrantes, já experientes do que lhes vai acontecer, evitam permanecer no centro da cidade. Evitam os próprios albergues noturnos e até mesmo os Postos de Migração. Eles já aprenderam que estes que trabalham pela migração podem apanhá-los de surpresa, pô-los num carro para despejá-los nas fronteiras das cidades ou Estados, ou embarcá-los no trem e fazê-los girar novamente de cidade em cidade, sem destino, e com o simples pretexto de limpar a cidade de pedintes.

Estes, ao desembarcarem, dirigem-se imediatamente às periferias das cidades, onde passam a alugar um barraco e a trabalhar no sistema de "bóia-fria" nas terras dos fazendeiros que vêm buscá-los e trazê-los diariamente com caminhões de carga.

As cidades da Alta Sorocabana que citamos acima têm como característica serem circunscritas por um "cinturão" de barracos, assemelhando-se a favelas. São os barracos onde os migrantes passam a morar na época da safra do café ou do algodão, para abandoná-los após estas colheitas e seguirem em busca de novos trabalhos, no norte do Paraná.

b) Desagregação familiar

Mas não são todos os migrantes que entendem e conseguem fugir ao juguete da maçonaria. Estes, exaustos de viajar e de serem explorados chegam a cometer atitudes dramáticas. É bastante freqüente a desagregação familiar, o abandono dos filhos e muitas outras tristes conseqüências a que o desespero os leva. É o marido que abandona a esposa, a esposa que abandona o esposo, marido e esposa juntos que abandonam os próprios filhos.

Conforme dizia-nos o Diretor do Posto de Migração de Ourinhos, inúmeras são as crianças que encontram abandonadas na estação ferroviária daquela cidade. Crianças que, às vezes, não sabem onde nasceram e quem são os seus pais.

Para melhor evidenciar estes acontecimentos, bastante freqüentes entre os migrantes, relatamos aqui um fato acontecido conosco em 1968 no Departamento de Migrantes de São Paulo. Estávamos fazendo uma palestra a aproximadamente 300 migrantes em trânsito, falando justamente da necessidade de a família manter-se unida nas longas e penosas viagens que elas enfrentam em busca de trabalho e condições melhores de vida. Estávamos informando-os que na favela do Vergueiro de São Paulo, onde trabalhávamos, tínhamos encontrado várias esposas com

grande número de filhos e que ao perguntar-lhes porque tinham ido morar na favela, respondiam quase sempre com estas palavras: - Estava vindo do Norte, meu marido me abandonou na viagem e não tive outro recurso senão recorrer à favela. Dizíamos ainda que estas mães abandonadas, para não deixarem seus filhos morrerem de fome, logo que chegaram à favela, tiveram que se ajuntar com o primeiro homem que aparecesse.

Nesta altura da palestra, um senhor pernambucano, que estava sentado no último banco da capela do Departamento, levanta-se de pé, dirige-se ao altar e pede licença ao conferencista e aos demais presentes para falar. E falou entre lágrimas, estas palavras: "Eu estava para abandonar neste instante minha mulher e meus filhos. E, tomando na mão o passe que trazia consigo, acrescentou: Este passe eu o comprei momentos antes da palestra. Eu queria fugir para a minha terra deixando aqui minha esposa e meus seis filhos, porque eu estava cansado e desiludido de tanto viajar sem encontrar trabalho. Mas agora que ouvi estas palavras, que foi um aviso do céu para não abandonar a família, não vou mais fugir." E diante de todos rasgou o passe e abraçou esposa e filhos que assistiram o desenrolar da cena com muita comoção.

MAÇONARIA DOMINA OBRAS DE ASSISTÊNCIA AO MIGRANTE

Se as correntes migratórias que se dirigem ao Sul pelas ferrovias Central do Brasil e Alta Sorocabana não estão sendo orientadas para uma linha promocional e de integração, como é desejo da Secretaria da Promoção Social do Estado de São Paulo, mas antes, vemos uma migração desorganizada, explorada e relegada ao abandono, a ponto de transformar-se num fato social negativo e calamitoso para a sociedade e para os próprios migrantes, isto é devido, pelas conclusões a que chegamos em nossas pesquisas, quase exclusivamente à influência dos princípios maçônicos entre grande número de funcionários que mantêm trabalhos junto à migração.

Eis as obras de assistência ao migrante que encontramos ao longo da ferrovia Alto Sorocabana e Central do Brasil:

- 3 postos de migração;
- 2 sub-postos de migração;
- 15 albergues, dos quais, 10 sob a orientação dos espíritas, 3 da maçonaria, 2 dos católicos;
- 3 S.O. S. (Serviço de Obras Sociais) também da maçonaria.

As obras católicas e espíritas exercem trabalhos, senão excelentes, pelo menos honestos, sempre na tentativa de solucionar os problemas dos migrantes. Admirável é, por exemplo, a assistência prestada no albergue noturno Santa Luzia de Marillac, em Maringá, Paraná, sob a responsabilidade das Irmãs Vicentinas, onde nos pareceu encontrar um trabalho modelo.

Contudo, embora o esforço das obras católicas, e por que não também as dos espíritas, que em vários municípios prestam valiosos serviços à migração, o trabalho fica prejudicado por causa da grande influência das obras maçônicas que, com sua filosofia errada de ação, além de prejudicar uma assistência séria e honesta, suplantam os próprios direitos humanos dos migrantes.

CONCEITO DE MIGRANTE

Eis o conceito de migrante que vigora entre a maior parte dos funcionários que trabalham neste campo, principalmente os maçons:

- São Pessoas inválidas e preguiçosas,
- Estão aqui porque não têm vontade de trabalhar
- São turistas, aventureiros que só dão peso à Nação.

Achamos profundamente estranho que esta concepção de migrante não foi colhida exclusivamente no meio maçom, mas também, em grande âmbito, no meio católico. Perguntamos como será possível instalar planos válidos de assistência ao migrante quando dele se tem uma concepção tão negativa, e a nosso ver, completamente falha? Os maçons que têm este conceito de migrante, são coerentes com seus princípios quando fazem do migrante um simples brinquedo de despejo nas divisas de Estados e municípios. Mas as obras católicas, às quais mais do que ninguém cabe valorizar o migrante porque pessoa humana, criatura e filha de Deus, poderá ter o mesmo conceito e a mesma atitude frente ao migrante?

As poucas obras e pessoas que realizam trabalhos conscienciosos neste setor não estarão a testemunhar que também os que se dizem católicos estão sendo envolvidos por sistemas de pensar e agir que pouco têm de cristão e até mesmo de humano?

Ficamos seriamente preocupados com esta concepção de migrante, que é generalizada entre diretores de Postos de Migração, Assistentes Sociais, Delegados de Polícia, Pastores e até Sacerdotes.

Somente um reduzido número de pessoas, na maioria espíritas, têm uma concepção positiva de migrantes. Dizem eles:

- o migrante é uma pessoa válida;
- o migrante é homem trabalhador;
- ele não vem para passear, mas à procura de trabalho, integração e promoção;
- ele é alguém que foge de uma condição de vida impossível;
- apresenta-se como miserável não porque seja um vagabundo, mas porque muito sofreu.

O que nos torna otimistas, todavia, e nos garante um pensar positivo acerca da pessoa do migrante, é o resultado do estudo que fizemos junto ao próprio migrante. Nas entrevistas, quando

lhes indagávamos: - Quem são vocês? Por que deixaram suas terras? Para onde vão? Que vão fazer? Eis que não nos respondiam que iam passear ou perambular pelo Brasil, antes, quase a totalidade sempre respondia:

- estou saindo para fazer tratamento médico;
- porque minha terra é difícil, é terra de fome;
- porque lá não havia escola para os filhos;
- porque na minha terra não havia emprego;
- saí porque fui levado como escravo.

Nós acreditamos nestas respostas, neste conceito de migrante, embora a maioria pense diferentemente. Acreditamos que o migrante é uma pessoa válida e que, se ele viaja não é para ser um aventureiro, não é para dar peso à Nação, mas para procurar serviço e condições melhores.

Acreditamos que, se ele migrou foi porque ele ainda tinha o sentido do progresso, porque ele não quis se acomodar a um estado de miséria em que via seus filhos definharem até a morte, porque ele ainda sonhava com um emprego, com a alfabetização dos filhos, com um estado de vida digna de um ser humano.

Acreditamos não somente porque eles, os migrantes, não afirmaram através das inúmeras entrevistas aplicadas junto a eles nas estações ferroviárias, nos albergues, e durante os longos dias de viagens de trem que tivemos junto a eles.

Acreditamos, especialmente, porque estas respostas obtidas em entrevistas em trânsito, condizem com a realidade que fomos pessoalmente constatar nos locais de origem e de destino dos migrantes. Lá vimos que o que eles falaram em trânsito, não era mentira mas a completa realidade.

Analisando, embora sucintamente, os principais motivos de saída, admitiremos, não há dúvida, a honestidade, a boa vontade, a validade do migrante nordestino.

MOTIVOS DE SAÍDA

a) Para fazer tratamento médico

Este motivo de saída que muitos deles alegam é real e foi por nós comprovado. Saem para fazer tratamento médico nos grandes centros porque nas suas terras a assistência médico-sanitária é precaríssima.

Nos municípios pesquisados na região norte de Minas Gerais, local onde se constata o mais vultoso êxodo para o Centro-Sul, o raio de ação da assistência médica, principalmente com relação à zona rural, é mínima e insensível. Municípios como Monte Azul, Januária, Espinosa, São Francisco (este com mais de 55 mil habitantes) não têm hospital, posto de saúde, nem médico. Naturalmente, a porcentagem de doentes é altamente desastrosa, onde mesmo a malária, com casos positivos, ainda se diverte às custas de um homem que é do século XX.

A população permanece amordaçada pelo surto das

epidemias, oriundas na sua grande maioria da escassez de águas potáveis. Se bem não bastasse a carência de médicos e sanitaristas, quando existem, não são pessoas qualificadas, antes, são, às vezes, exploradores do povo e do próprio governo, como é o caso do pseudo-médico de Monte Azul / MG, que além de não ter diploma de médico, nem sequer sabe fazer uma cesariana.

Um mês antes da viagem de estudos com destino ao norte de Minas (1968), visitamos, no Departamento de Migrantes, um casal vindo justamente de Monte Azul para tratamento médico. Perguntando que espécie de tratamento viera fazer, o marido assim se explicou: “Vim tratar a mulher. Nós estávamos na nossa terra e na hora de minha mulher dar à luz, sentiu-se muito mal. Fui então chamar o médico. Depois de ter explicado o caso para o doutor, ele me perguntou: - Você tem condições para pagar a operação? Indaguei quanto custava. - NC\$ 100,00, respondeu. Falei que não podia. Então não queria operá-la. Retornei para casa, narrei o fato a minha esposa. Ela, com receio de perder o filho e também sua vida, suplicou que voltasse a insistir com o médico. Decidimos, caso ele não aceitasse mesmo, vender nossos ‘trens’ para pagar a quantia pedida. Com essa condição o médico aceitou. Vendemos o cavalo, o fogão, a cama de casal para ganhar cem cruzeiros e pagar a operação. Mas, ele matou nosso filho. Não sabia fazer cesariana e por isso arrancou a criança a ferro, aos pedaços. E o pior é que arruinou também a uretra da mulher.”

Na ocasião, esta senhora estava internada no Hospital do Departamento de Migrantes, justamente para fazer tratamento da uretra. Por felicidade, encontramos novamente este casal na sua terra natal, em Monte Azul. Visitando-o, o esposo informou-nos que a esposa não havia melhorado com o tratamento mas que ele não tinha mais condições de trazê-la novamente a São Paulo. Ele viria sozinho a São Paulo, para trabalhar durante alguns meses para ganhar dinheiro para recuperar os “trens” que vendera para pagar o médico.

Soubemos pelos funcionários do INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário) daquela cidade, que aquele médico estava ganhando na época (1968) 500,00 novos mensais para exercer profissão médica gratuita naquele município. Os 100,00 que exigiu daquele casal, bem como o que está exigindo das consultas e medicamentos, nada mais é que uma autêntica exploração.

Esta é uma entre as tantas conseqüências de uma assistência médica precária. Uma das queixas mais comuns que temos ouvido entre os moradores no norte mineiro foi justamente a esse respeito. Dos 107 migrantes entrevistados em trânsito, na linha Monte Azul – São Paulo, 6 responderam que estavam saindo para fazer tratamento médico em São Paulo. Não sendo atendidos numa necessidade tão prioritária, é evidente que abandonam suas terras para buscar alhures a assistência que lá não encontram.

b) Porque minha terra é difícil – é terra de fome

É mister saber que as maiores ondas migratórias provêm da região do Polígono das Secas. Daquele pedaço de Brasil diferente, talvez pouco conhecido por muitos brasileiros, mas que começa logo ali em Minas Gerais, seguindo pela Bahia e Pernambuco, estendendo-se até o Piauí e Rio Grande do Norte. Polígono das Secas, onde duas estações dominam o ano todo: a estação das chuvas e a estação das secas. No mês de outubro as águas começam a cair, para só cessar em abril, quando inicia a seca, a qual se prolonga até fins de setembro.

Seis meses de seca. Não se vê uma folha verde, a não ser à beira dos três rios que continuam a correr em seus leitos, nessa época. Os demais todos secam. O gado emagrece, pois já não encontra pastagens, e a água é escassa. Os cereais fenecem. Nesta situação, os agricultores devem reviver a sacrificada Palestina, buscando água a quilômetros de distância. Temos encontrado trabalhadores que tinham por função transportar água em carros de boi para os moradores da zona rural. Passada a seca é preciso enfrentar a época das cheias.

Seis meses de chuva. A lavoura pode novamente fracassar. Enormes sulcos são abertos pelas águas no meio das plantações, carregando pelas valadas a pouca fertilidade que ainda resta àquelas terras. Frequentemente as cheias são tão arrasadoras que chegam a provocar verdadeiras calamidades públicas. Para termos uma idéia do que sejam as enchentes no Polígono das Secas, trazemos aqui um relato dos destroços ocorridos no município de Espinoza, no Setentrião mineiro, por ocasião das cheias de fevereiro de 1968.

Setecentas e cinquenta moradias foram destruídas pelas cheias. A Rodovia Estadual, ramal Espinoza – Monte Azul, Espinoza – Rio Verde, foi completamente inutilizada. As estradas municipais que somam 420 Km, foram danificadas. Quatro pontes foram levadas pelas enchentes. Os aterros, quase todos arrasados. Extensíssima área cultivada foi atingida e danificada. Lavouras de algodão, milho, feijão e arroz foram carregadas e soterradas pela correnteza, deixando centenas e centenas de lavradores despojados de seu ganha-pão. Também a pecuária foi seriamente atingida. A população foi desprovida de água potável uma vez que seu precário serviço de abastecimento foi completamente aniquilado. Foram ainda atingidas quatro máquinas de beneficiamento de algodão. Sofreram consideráveis prejuízos também o Serviço Telefônico, três postos de gasolina, uma torrefadora de café, o cinema local, uma igreja, duas cerâmicas e o prédio do Banco do Brasil.

Em virtude deste desastroso acontecimento, mais de quinhentas famílias deixaram o município, informa o Sr. Prefeito, Paulo Caldeira da Cruz Campos. Vendo a casa destruída, a lavoura levada, não restou outra escolha senão partir para outras regiões, tentando uma melhor sorte.

Quatro meses após essa funesta ocorrência, tivemos a oportunidade de entrevistar nos trens da ferrovia Central do

Brasil, quatro famílias providas de Espinoza. Três delas, que se dirigiam para Goiás, deram-nos a seguinte resposta: "Saímos porque ficamos ao desabrigo com as enchentes de fevereiro". A outra, que se dirigia a São Paulo: "Porque as chuvas de fevereiro levaram toda a minha produção."

c) Porque lá não havia escola para os filhos

Dos entrevistados em zona rural, na região do Polígono das Secas, 90% são analfabetos. Dos entrevistados em trânsito, 63%. Quase não há escolas nessa região. Todavia, os agricultores inteligentemente percebem que, sem instrução, seu trabalho desenvolve sempre menos, porque, sempre mais explorados e subjugados pelos espertos e poderosos.

Apesar da escassez de escolas, em 1968 foram fechadas na região norte de Minas, 2.800 escolas, pelo fato de a Secretaria de Educação de Minas ter suspendido acordo entre o Estado e Prefeituras daquela região. As Prefeituras, quebrado o acordo que permitia a manutenção das ditas escolas, não tiveram condições de arcar com tal custo. Foi assim que 2.800 escolas foram abruptamente fechadas.

Não pudemos saber o motivo exato que tenha levado a Secretaria da Educação a tal decisão. Contudo, segundo nos informou o vice-presidente da Assembléia de Minas da época, Deputado Artur Fagundes, a causa disto foi a falta de interesse do governo mineiro pela educação de seus cidadãos.

Com isso, quem sofre são os homens do campo, os quais, não querendo que seus filhos cresçam ignorantes para serem como eles, explorados, decidem abandonar suas terras, para encontrar em outros Estados, escolas para seus filhos.

d) Porque na minha terra não havia emprego

Na realidade, o que existe na região do Polígono das Secas, são alguns ricos fazendeiros e muitos pobres. O sistema latifundiário que triunfalmente impera naquelas localidades, relega à desconsideração e menosprezo o humilde homem do campo. Aqui parece se aplicar a expressão da Populorum Progressio de Paulo VI: "Enquanto os ricos tornam-se cada vez mais ricos, os pobres ficam sempre pobres" (P.P.:57).

Dominam a região grandes fazendas, na sua maior parte destinadas à pecuária, onde alguns peões são o bastante para tomar conta do gado. Os demais não têm vez. E como reza o velho ditado: "Onde entra o boi, sai o homem". São multidões de nordestinos que andam pelas estradas parando de fazenda em fazenda para esmolar um emprego, mas sem consegui-lo. E quando conseguem arrendar alguns lotes de terra, são, às vezes, vergonhosamente explorados na ocasião das colheitas. É o patrão que lhes exige mais da metade do que colheu, ou que solta o gado que lhes devora toda a plantação.

Nesta situação, embora trabalhando de sol a sol, jamais conseguem produzir o suficiente para o sustento da família. Para termos uma idéia das necessidades daquele povo, vejamos o resultado de uma pesquisa realizada entre os agricultores de

São Francisco, município que parece traduzir com grande fidelidade a situação do homem nordestino.

- Tomam duas refeições por dia: 95%
- Leite diariamente:07%
- Ovos diariamente: 00%
- Frutas diariamente : 02%
- Feijão ou arroz diariamente.....90%
- Farinha de mandioca:20%
- Carne diariamente.00%
- Verdura diariamente:00%

Cansados de verem suas famílias sofrendo fome, eles demandam para as terras do Sul, à procura de emprego e pão. Dos entrevistados em trânsito, 40% alegaram como motivo de safda este problema, expresso em respostas como estas:

- saímos para caçar serviço;
- porque nem dava para comer, os filhos passavam fome;
- à procura de condições melhores;
- ordenado muito baixo;
- não dava para viver;
- porque lá não há mais serviço.

Todas estas respostas demandam o problema do emprego, indispensável para a subsistência e o melhoramento de suas condições de vida subumanas. E eles já não confiam na possibilidade de resolver este seu grave problema permanecendo na sua terra.

A SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) foi criada justamente para resolver este problema, há muito tempo ela abandonou o homem do campo. Sua preocupação são seus 700 projetos industriais que pouco significam para o simples agricultor.

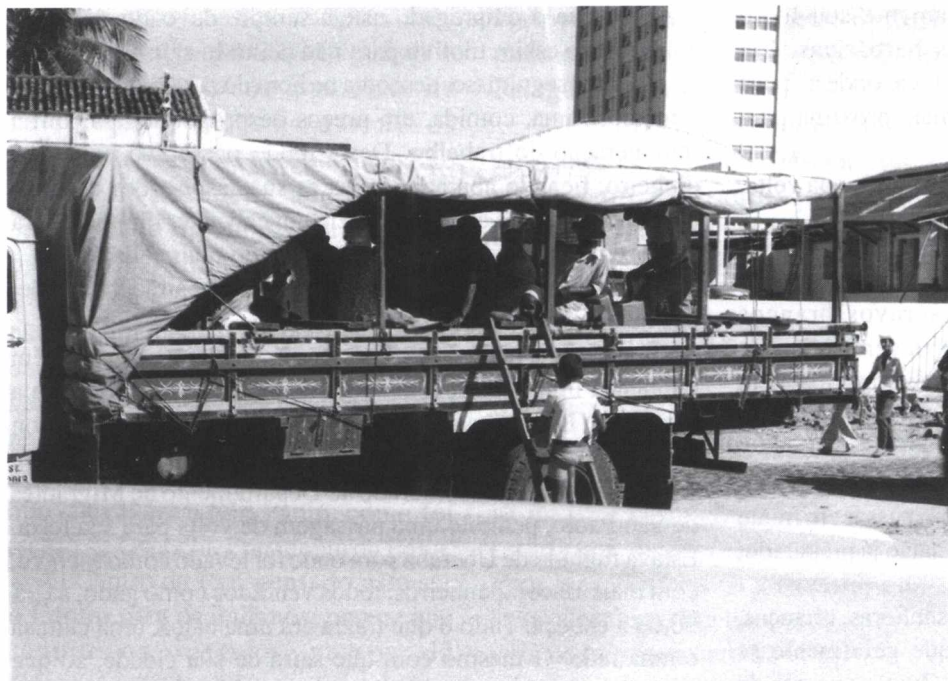
O Presidente Médici, na viagem que realizou ao Nordeste, neste ano, falou claramente no discurso que pronunciou em Pernambuco que o que precisa no Nordeste não são projetos industriais, mas sim, projetos de colonização agrícola.

A própria SUDENE, no Congresso Internacional de Geógrafos, realizado em Montes Claros / MG, em 1968, a cujo encerramento pudemos assistir, confessou publicamente que sua política estaria errada enquanto não se voltasse ao homem do campo, atendendo-o em suas necessidades prioritárias.

Mas até não chegarmos a isso, até que o nordestino continue contando apenas com sua foice e machado (50% dos entrevistados em zona rural possuíam de instrumentos agrícolas apenas foice e machado), e não possa contar com a garantia de uma assistência técnico-agrícola e de uma proteção contra os poderosos que os exploram, o êxodo do campo jamais cessará.

d) Saí porque fui levado como escravo

Dizem que o migrante é um aventureiro ou um vagabundo! Aqueles que isto afirmam sabem que este pobre talvez foi



Arquivo CEM / Caminhão pau-de-arara

arrancado de sua terra como escravo? Sabem que há 18 caminhões paus-de-arara trabalhando continuamente, dia e noite, no transporte de escravos do Nordeste para o Centro-Sul do país? Sabem eles que a própria SUDENE, segundo nos informou o capitão Vasco Lacerda de Montes Claros / MG, estaria financiando paus-de-arara para buscar escravos brancos? Sabem que o preço médio pelo qual está sendo atualmente comprado um escravo é de 60,00 a 90,00 novos?

Para esclarecer melhor esta questão, trazemos-lhes uma nossa reportagem publicada a 10 de agosto de 1969, sob a manchete: *Escravos Brancos, Vergonha de um Povo*. "Muitos fazendeiros de Minas Gerais, necessitando nas épocas de plantio e colheita, de maior número de trabalhadores, dirigem-se ao Nordeste, aliciam uma leva de escravos brancos, e os trazem como elementos úteis ao trabalho de suas fazendas.

O transporte geralmente é feito por intermédio de caminhões de carga, precariamente adaptados para carregar passageiros. São os famosos paus-de-arara que muitos afirmam não mais existirem, mas que na realidade em Minas são ainda meio legal de transporte.

Sendo Montes Claros o lugar de passagem para os caminhões que vêm do Nordeste com destino ao Sul, a delegacia local já teve várias oportunidades de pegar em flagrante motoristas que conduziam nordestinos aprisionados.

Tivemos a oportunidade de entrevistar no norte de Minas, um desses escravos brancos, que apenas havia fugido da fazenda onde tivera que trabalhar por vários anos num regime de verdadeira escravidão. Era natural da Bahia e trabalhava de mecânico na cidade de Morro do Chapéu. 'Certo dia – é ele quem conta – apareceu por lá um fazendeiro. Pediu que o

acompanhasse, pois ele falou que em sua fazenda precisava de um mecânico. Prometendo-me bom pagamento, embarquei no caminhão junto com mais 30 colegas meus. O fazendeiro nos aconselhou a vendermos tudo o que tínhamos e a embarcarmos o mais depressa possível junto com ele para as terras do Sul, onde nos aguardaria uma fortuna fácil de se conseguir.

Atraídos pelas suas promessas, nos aventuramos. E ele nos levou até uma fazenda ao Sul de Minas. Mas fomos todos enganados, pois nos tornou seus escravos. Meu trabalho de mecânico foi puxar enxada debaixo de chicote. Graças a Deus, depois de três anos, consegui fugir'."

Moço de 27 anos, agora ele estava trabalhando há algumas semanas, em Monte Azul/MG, na casa de um agricultor amigo que lhe cedeu uma

cama para dormir e lhe ofereceu trabalho na colheita de algodão. Já havia colhido várias arrobas e com o dinheiro havia comprado um par de calças. Agora ele iria comprar uma camisa, pois nem isso possuía.

- Quanto tempo você vai ficar por aqui? - Mais alguns meses, até caçar um dinheiro para voltar à terra de meus pais e continuar trabalhando na minha profissão de mecânico.

Na viagem, abusos e explorações

Em agosto do ano passado(1968), justamente no período em que realizávamos a pesquisa no Estado de Minas, foram surpreendidos pela polícia no Triângulo Mineiro, paus-de-arara que carregavam várias dezenas de nordestinos e alguns animais. Homens e animais viajam juntos, no mesmo caminhão, durante vários dias. Este fato pode nos dar uma idéia das condições de viagem desta gente. E isto ainda não é tudo. Eles têm que enfrentar uma série de abusos que os motoristas inescrupulosos lhes preparam ao longo da viagem.

O golpe da peça quebrada

Não são raros os casos, por exemplo, em que o motorista aplica o "golpe da peça quebrada". Diz que uma peça quebrou e precisa de uma nova, sem a qual não poderiam continuar a viagem, faz-se então uma coleta entre os viajantes para obter o dinheiro suficiente para a compra da peça. Naturalmente, tudo isso não passa de uma mentira. O carro está perfeitamente em ordem. Foi apenas um meio para explorar aqueles infelizes. Ingênuos, eles desconhecem o funcionamento do caminhão e acabam por entregar o pouco que lhes resta para possibilitar o prosseguimento da viagem.

Quando o motorista não tem grande interesse em trazer

operários ao fazendeiro, mas visa unicamente seu lucro pessoal, as explorações são ainda mais barbáricas. Ele convence os passageiros de permanecer no local onde a “peça quebrou” enquanto ele vai até a cidade mais próxima para fazer o devido reparo.

O caminhão parte e os viajantes ficam esperando sua volta. Até quando? Até nunca mais...

Dormir em galpões

É na hora do pouso que aqueles escravos brancos experimentam a surpresa mais dolorosa da viagem, talvez de sua vida. Pois é nessa ocasião que eles percebem a cilada em que caíram. Antes de descerem do caminhão, o motorista ou o fazendeiro já estão ao lado deles de revólver na mão.

É o momento em que se comunica que são todos prisioneiros. Em fila, um por um, todos devem passar em frente ao que empunha a arma, até dirigirem-se no salão já preparado, onde, deverão passar a noite.

É preciso dormir todos juntos homens, senhoras, crianças, no duro assoalho de um estreito salão que geralmente se localiza à beira de uma estrada do interior. Qualquer gesto de fuga corresponde a uma ameaça de morte.

Na manhã seguinte, levantar de madrugada, embarcar e seguir, calados, a longa viagem. Assim, por vários dias, até chegar ao destino.

Roupa e dinheiro são tirados

Chegando na fazenda, certos patrões costumam tirar a roupa e o dinheiro e o que mais trazem consigo. Deixam-nos com um simples calção, escondem tudo o resto e os enviam ao trabalho. Às vezes o ritmo de trabalho pode ser alterado com uma boa surra. A vida torna-se insuportável e de qualquer forma seria preciso fugir. Mas como, sem dinheiro e sem roupa? Além do mais há os capangas do fazendeiro, que, bem armados guardam a saída da fazenda. “Dificilmente alguém consegue fugir sem levar chumbo nas costas”, dizia-nos o escravo que entrevistamos.

Nova surpresa

Geralmente, os paus-de-arara que trazem os trabalhadores são pagos pelos fazendeiros. O novo empregado nem chega a imaginar que tem de pagar a passagem. No entanto, o novo patrão vai exigí-la. Fomos informados que o trabalhador deve, em regra geral, permanecer na fazenda vários meses simplesmente para pagar uma mísera passagem de pau-de-arara.

Remuneração

Nesse regime são obrigados a trabalhar quanto tempo o patrão quiser, como verdadeiros escravos, comendo o que lhes é apresentado: feijão e farinha de mandioca. A recompensa de seus trabalhos, na maior parte dos casos, não existe. Antes, há um mecanismo de prender o homem à fazenda. O patrão

faz com que o empregado esteja sempre devendo qualquer coisa, tendo assim motivo para não deixá-lo sair.

Para conseguir isso, desconta na hora do pagamento: roupa, remédio, cama, comida, em preços desproporcionais com a remuneração do trabalho. Deste modo o escravo nunca vê dinheiro, ficando abafadas todas as suas aspirações de fugir daquele regime de escravidão. Ele nunca vai ter dinheiro para gastar em viagens à procura de uma sorte mais feliz.

Resta-lhe então aceitar as condições que o patrão lhe impõe, por quantos anos ele pretender.”

Em vinte de maio de 1970 *O Estado de São Paulo* também publicava uma reportagem sobre os escravos brancos com a manchete: **Este homem foi vendido por Cr\$ 90,00.** “Milton Costa, 18 anos, paraibano de Pombal – um escravo. Ontem ele chegava muito assombrado ao Departamento de Migrantes de São Paulo, pedindo uma passagem de volta para sua terra. Estava fugindo de Uberaba para onde foi levado como escravo, com mais 18 companheiros, todos vendidos como gado, a Cr\$ 90,00 à cabeça. Tudo o que trazia era uma calça, uma camisa e uma rede. O mesmo com que saíra de sua cidade, só que mais sujo, mais gasto. Ele mesmo está mais gasto: doente, traumatizado psicologicamente, desnutrido.” Após a longa descrição da vida de escravo de Milton Costa, que se assemelha à reportagem anterior, o repórter assim concluía: “A história de Milton é apenas um exemplo. O problema é que a escravidão ainda existe. Pode ter mudado de nome, os meios podem ter mudado, mas ainda existe. Existe nos seringais, no garimpo, e, principalmente na lavoura. Neste caso, o escravo é o retirante, o homem fugindo da seca e da miséria do Nordeste, em busca da fortuna do Sul. Mas ao chegar descobre que está sendo vendido como gado, por cabeça. Descobre que vai trabalhar sem receber um tostão para pagar a passagem do caminhão que o trouxe, para pagar a cama e a comida que o patrão lhe dá. Apenas não descobre na hora que vai ganhar menos do que precisa para pagar tudo, e sua dívida aumentará a cada mês, e a cada mês estará devendo mais ‘favores’ ao patrão, o que jamais conseguirá pagar. O resultado final é que o escravo acaba fugindo. E o fazendeiro é que está ganhando com isso: não precisa pagar nada ao empregado, não precisa respeitá-lo. Se um foi embora, vêm muitos à procura de emprego e a coisa pode se repetir indefinidamente.

FATO COLHIDO NA FAVELA DE VILA OLÍMPIA

Dias antes deste Simpósio de Migração, estivemos numa favela da periferia de São Paulo, denominada Vila Olímpia. Aqui um cidadão cearense, verdadeiro tipo do homem esperto, entabulou conosco uma conversa sobre o modo da vinda de tantos migrantes nordestinos para São Paulo e a conseqüente marginalização. Declarou-nos que ele mesmo foi por 16 anos agenciador de transporte humano do Norte e Nordeste para São Paulo. Nesses 16 anos alugava 12 paus-de-arara fazendo

uma viagem por mês, convidando grupos numerosos de nordestinos a saírem de suas terras. Este senhor, na sua ingenuidade, declarava-nos que ele mesmo os iludia a sair, prometendo empregos e fortunas neste Estado. Os paus-de-arara, apinhados de mulheres e crianças, promiscuamente, viajavam por 8 ou 15 dias. Os viajantes passavam fome, sede, não dormiam e havia mesmo mortos na viagem. Finalmente, chegados às cercanias da cidade de São Paulo, eram despejados friamente na beira da estrada. Aqui descobriam a ilusão, o infortúnio em que incorreram. A única solução era juntar a sacola e imiscuir-se num cortiço ou favela mais próxima, senão morrer abandonados.

SÃO PESSOAS VÁLIDAS

Se estes são os motivos do êxodo: falta de emprego, falta de assistência médica, falta de assistência escolar, escravidão branca, as intempéries climáticas e outros fatores como o do abandono a que o agricultor está relegado, de modo algum podemos ter por verdadeira a conceituação do migrante como uma pessoa aventureira, inválida e que não tem vontade de trabalhar, conforme o pensamento da maioria. Parece que os motivos do êxodo, expostos acima, nos demonstram explicitamente que o migrante viaja por motivos justos, porque na sua terra não havia condições para se viver. E viaja não desanimado, fracassado, mas à procura de trabalho, de melhoria, sentindo-se ainda com forças e capacidade de realizar seu desejo. Assim sendo, o problema migratório deve ser encarado com mais responsabilidade. A atitude existente frente ao migrante parece muito fácil e comodista.

ASSUMIR NOSSOS POSTOS

O migrante não pode continuar sendo o brinquedo nas mãos de pessoas inescrupulosas. É preciso que reconheçamos e proclamemos bem alto seu valor e dignidade. Bem como é mister que se promovam métodos e programas eficazes de assistência pelos quais o migrante possa ser devidamente orientado. Isto, porém, não acontecerá até que deixemos o tratamento da migração nas mãos da maçonaria, que faz dela um simples jogo de pessoas, julgando ter resolvido o problema quando conseguiu livrar a cidade desses indigentes, embora usando métodos desumanos como os despejos das divisas dos municípios ou dos estados. Importa que a Igreja e mormente os missionários e missionárias pelos migrantes se façam presentes com seu trabalho neste campo específico de ação. Se D. João Batista Scalabrini, fundador destas duas congregações, estivesse hoje presente, sem dúvida, não suportaria tão numerosa população sofrida, sem levar-lhe o sorriso da fraternidade e o conforto da fé. Lá estaria ele bem como os saudosos Pe. Marchetti e Madre Assunta co-fundadores das Missionárias pelos migrantes, para orientar

esse contingente de 150 mil migrantes que anualmente se dirigem ao Centro-Sul do país, à procura de melhorias, mas que lamentavelmente, por falta de uma maior assistência, grande quantidade vai ao encontro de uma miséria ainda maior.

UNIÃO DE ESFORÇOS: ÚNICO CAMINHO

O problema da migração interna no Brasil é tão amplo e complexo, que de nada valerão medidas isoladas. Para se conseguir resultados satisfatórios, é preciso haver um programa de ação que atinja o problema globalmente. E isso não se conseguirá com trabalhos dispersos como ocorre atualmente. A conjugação de esforços neste campo, é indispensável. O próprio papa Paulo VI recomenda este estilo de trabalho, quando na *Populorum Progressio*, nº 50, afirma: "Para atingir sua eficácia (os programas de assistência aos mais fracos) não devem ficar dispersos e isolados... supõem estudos aprofundados, fixação de objetivos, determinação de meios e conjugação de esforços." Precisamos unir os esforços. Unir esforços antes de tudo, entre a Congregação dos Missionários e Missionárias para os migrantes. Que sejamos uma só família, trabalhando ombro a ombro como irmãos, já que temos comum Fundador, também uma missão comum a cumprir. Unir os esforços também com os órgãos públicos, os quais têm os meios, e aos quais cabe a responsabilidade da solução do problema. Unir esforços com os que voluntariamente se dedicam à promoção do migrante. Unir esforços até com organizações ou indivíduos de outros credos, uma vez que com isso o migrante fique beneficiado. Unir esforços com equipes de leigos especializados, para levarmos a cada problema a possibilidade de uma solução.

O MOV TESTEMUNHA

O MOV (Movimento das Organizações Voluntárias pela Promoção do Favelado), que tem como meta principal a união de esforços, é testemunho da eficácia deste método de trabalho. Congregando aproximadamente 50 entidades civis e religiosas, o MOV conta com o apoio de várias religiões, e em especial com o apoio de sua eminência o Cardeal Arcebispo de São Paulo, Dom Agnelo Rossi. Fazem parte de seu conselho técnico equipes de advogados, engenheiros, médicos, educadores, sociólogos, assistentes sociais, dentistas, enfermeiras, técnicos em migração e economistas. Graças ao trabalho conjunto das 50 entidades e das equipes de técnicos que somam um total de quase mil voluntários, o MOV já conseguiu promover milhares de migrantes marginalizados nas favelas, tendo isso acontecido graças à união de esforços dos voluntários. Queríamos simplesmente acenar a esta organização pois seu presidente, Dr. Wilson Abujanra, deverá promover uma palestra sobre os trabalhos do MOV. Mas já

que há cinco anos estamos integrados neste movimento, fizemos questão de aqui testemunhar o quanto vimos ser eficiente um trabalho executado com a união de muitas forças. É nossa intenção retomarmos o assunto noutra ocasião, expondo pormenorizadamente os métodos de trabalho do MOV desde o primeiro contato com o migrante marginalizado até sua completa promoção como o MOV vem realizando. Isso nos parece importante, uma vez que muitos são os que iniciaram trabalhos de promoção mas encontraram muitas vezes dificuldades perante certos problemas que se apresentam nas várias etapas de trabalho que devem se seguir até chegar à etapa final que é a integração do homem na sociedade.

CAMPOS DE TRABALHO

É nesta perspectiva de unidade e mútua colaboração que precisamos nos lançar para os campos de trabalho que são muitos e variados. Citamos, como exemplo, apenas alguns setores de trabalho:

- 1 - O Centro de Estudos Migratórios, em fase de estruturação, onde desejamos a presença de representantes das cinco Províncias do Brasil das duas Congregações e, através de seus integrantes o Centro de Estudos poderá desempenhar sua missão de estudar e coordenar a pastoral Migratória em âmbito inter-provincial.
 - 2 - O Departamento de Migrante de São Paulo, onde diariamente se hospedam de 500 a 900 migrantes fazendo cursos ou à procura de serviços.
 - 3 - O Hospital de Migrantes, que não tem nenhuma assistência religiosa a não ser por parte dos espíritas.
 - 4 - O Conjunto Residencial BNH "Mascarenhas de Moraes" de Sapopemba, onde reside uma comunidade de migrantes que antes moravam em favelas mas que, graças ao trabalho do MOV, agora residem em casas de alvenaria, faltando ainda um último impulso para sua completa promoção.
 - 5 - As favelas de São Paulo, onde os voluntários do MOV esperam contar com outros colaboradores no trabalho de promoção destes migrantes economicamente marginalizados.
 - 6 - Os postos de migração, os albergues noturnos, instalados ao longo das ferrovias Central do Brasil e Alta Sorocabana, que esperam a presença de uma equipe missionária para levar às centenas de migrantes que diariamente ali se abrigam, uma palavra de esperança, orientação e conforto moral.
- Enfim, os 150 mil nordestinos que anualmente chegam em São Paulo e que se encontram atirados nos locais que citamos, ou jogados nas plataformas das estações rodoviárias e ferroviárias, nos albergues noturnos ou mesmo na extensa periferia da metrópole paulista, que se constitui quase na totalidade de migrantes nordestinos.

CONCLUSÃO

Finalizando nossa exposição, gostaríamos de oferecer alguns dados de nossa reflexão perante essas atividades. Primeiramente, percebemos que o sopro do Espírito Santo está fazendo-nos voltar às fontes genuínas de nosso serviço dentro da Igreja, e por conseguinte, sermos fiéis ao carisma de nossa Congregação. Diante disso surge uma premente necessidade que nos deve mover e engajar por completo neste apostolado.

Não basta servir ou querer servir. A Igreja e o Espírito do fundador exigem eficiência em nossa preparação pastoral. Sobre isso, desejamos que nossos orientadores reflitam e nos possibilitem as aberturas para as exigências que os movimentos migratórios de hoje apresentam. Cremos que a principal e mais autêntica característica dessa eficiência de serviço por parte dos escalabrinianos, é a preparação para a *missão profética dentro da Igreja e da sociedade*. É impossível que nós queiramos assumir todos os contingentes migratórios no mundo atual, tão pluralista. Por isso nossa missão será, como foi a de Scalabrini, o profetismo: conhecermos as situações e condições dos migrantes, estudá-las, analisá-las e compreendê-las. A seguir, falarmos, conscientizarmos, unindo esforços, fazendo com que a comunidade de êxodo e de adoção estejam sensibilizadas, abertas e a serviço dos migrantes que partem e que chegam. Acaso não foi essa a atuação de Scalabrini? Ele foi o profeta em prol dos migrantes: falava junto aos Papas, aos governos, nas câmaras e congressos. Falava nas universidades, nas catedrais e Igrejas. Viajava, reunia os órgãos competentes, fazia agir. Esta é uma peculiaridade totalmente escalabriniana, que nós de forma alguma podemos abandonar. Assim, pouco importa o número reduzido, quando em todo o mundo nos postos mais significativos há profetas que falam em nome dos migrantes. Vem daqui a terceira reflexão fruto das duas anteriores. Precisamos ser nós os primeiros migrantes, isto é, devemos ser os vanguardeiros nos contingentes migratórios. Nossa presença de profetas, e por conseguinte, vanguardeira, deve ser sumamente considerada e adotada, segundo nosso ver, para nos justificarmos como servidores eficientes dos migrantes dentro da Igreja e na sociedade atual. Não nos intimidemos com o número de missionários, com as distâncias e as necessidades. Se na verdade a caridade de Cristo arde em nós, sejamos bons servidores dos migrantes, através de nossa missão profética, com nossa presença vanguardeira.

* *Alberto R. Zambiasi, à época estudante de filosofia do Seminário Maior João XXIII. Em 1974 fundou a AVIM - Associação de Voluntários pela Integração dos Migrantes (hoje Casa do Migrante); em 1976 ordenou-se padre escalabriniano; faleceu, acidentalmente, em 1985.*

** *Alvírio Mores, à época estudante de filosofia do Seminário Maior João XXIII, é padre escalabriniano e, atualmente, desenvolve atividade missionária no Haiti.*

SEMINÁRIO JOÃO XXIII E CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS

Memória de um passado recente

Pe. Alfredo J. Gonçalves *
(Boxes: Dirceu Cutti **)

Ma trajetória do Seminário João XXIII, a sensibilidade sócio-pastoral para com os migrantes tem a idade do próprio edifício. Ele foi fundado ainda em 1954, passando a ter sua sede atual a partir de 1962, quando foi inaugurado o prédio que abriga, atualmente, a casa formativa e o Instituto Teológico São Paulo (ITESP), localizado no Alto do Ipiranga da capital paulista. Em torno desta época, os seminaristas de filosofia e teologia que passaram por suas dependências, começaram a desenvolver uma ação pastoral em três frentes: presença na ex-favela do Vergueiro, localizada a cerca de dois quilômetros do seminário; algumas viagens às regiões onde a migração apresentava maiores desafios, tais como o nordeste brasileiro, Paraguai e o norte do Paraná; contatos com o Pe. Jacyr F. Braidó e com Pe. Juarez Segalin, então à frente do Centro de Estudos Migratórios (CEM), fundado em 1969, e cujas dependências localizavam-se no prédio do Seminário. Neste contexto de crescente sensibilidade para o fenômeno das migrações, principalmente internas, é que surge o projeto do CEM, que pouco a pouco irá se consolidar na Província São Paulo, em conexão com projetos idênticos de abertura aos novos

fenômenos migratórios, também atuantes nas demais províncias da Congregação dos Missionários de São Carlos. Em rápidas palavras, o CEM se enquadra no projeto da criação de centros que, de forma científica, pudessem acompanhar de perto o fenômeno das migrações em todos os países onde atuavam os padres escalabrinianos, constituindo mais tarde a Federação dos Centros de Estudos J. B. Scalabrini.

FATOS E OPÇÕES

Operação periferia

Nas três frentes assinaladas, cedo resultam iniciativas de maior fôlego e alcance. No caso da favela do Vergueiro, já em 1965 os clérigos começam uma presença incipiente, mas com certa frequência. Depois, quando seus moradores foram despejados e parte deles transferidos para a região do Parque Santa Madalena, zona leste da cidade de São Paulo, os seminaristas os acompanham, iniciando assim uma atividade pastoral mais prolongada e sistemática nas comunidades de base da periferia. No decorrer dos anos, essa atividade pastoral expande-se para outras localidades, como o extremo sul

do município, na área de Grajaú, e para a Baixada Santista, em Vicente de Carvalho, então Itapema. Tratava-se de regiões que enfrentavam o fenômeno da expansão das periferias urbanas, pela chegada de grandes levas de migrantes internos. O entusiasmo era tanto que, já em 1968, a pastoral dos seminaristas nos fins-de-semana praticamente deixa de ser "autorizada" para tornar-se "obrigatória", isto é, integrada à vida comunitária e estudantil.

A iniciativa de atuar nas comunidades em que residiam os migrantes coincide com uma inflexão pastoral que vinha sendo implementada pela Arquidiocese de São Paulo. De fato, no final dos anos 1960 e início da década de 1970, o próprio cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, daria início à chamada "operação periferia". Esta tinha um objetivo duplo de, por um lado, estender a presença da Igreja em direção aos extremos de uma cidade em acelerada e permanente expansão e, por outro, ampliar a construção de centros comunitários nas regiões mais afastadas e esquecidas do município. Inspirada pelo dinamismo do Concílio Vaticano II e de Medellín, era um apelo para que os institutos religiosos e membros do clero, que se concentravam nas regiões centrais da

cidade de São Paulo, fossem ao encontro das populações pobres e migrantes que se instalavam nas margens da cidade, para que a Igreja se fizesse presente ali onde eles se encontravam. A estratégia, como era de esperar, representou um grande deslocamento centrífugo de sacerdotes, religiosos e religiosas do centro para a periferia.

Viagem com os migrantes

As viagens dos seminaristas aos pólos de origem das migrações começam em 1966, com uma primeira missão de férias ao norte do Paraná, estado para onde convergia um grande fluxo migratório atrás das plantações de café. Prosseguem em 1968 e 1969, respectivamente pela ferrovia Central do Brasil e pela Alta Sorocabana, nos caminhos trilhados pelas constantes levadas de migrantes. Três preocupações de fundo estão na raiz de tais empreendimentos sócio-pastorais: primeiro, acompanhar de perto os migrantes desde a saída até o destino, experimentando as dificuldades do trânsito; segundo, contribuir para o estudo daquilo que viria a ser o CEM, através de incipientes pesquisas de campo; terceiro, engendrava-se aos poucos o projeto de construção de uma Casa de Acolhida ao Migrante na cidade de São Paulo. Paralelamente, um trabalho de acompanhamento aos migrantes era realizado junto à Hospedaria dos Migrantes no centro da cidade de São Paulo.

Um dos pioneiros das viagens e missões dos seminaristas foi o Alberto R. Zambiasi. Tendo vivenciado intensamente o trabalho de acompanhamento de famílias da favela do Vergueiro e as viagens para conhecer de perto a trajetória dos migrantes, ele tomou a iniciativa inusitada de interromper seus estudos de teologia, a fim de estudar sociologia

e conhecer mais profundamente a realidade dos migrantes. Juntamente com um grupo de leigos animados pelo seu entusiasmo pelo carisma, fundou a Associação de Voluntários para a Integração dos Migrantes (AVIM), em novembro de 1974, tendo por finalidade ajudar os migrantes na sua integração na metrópole paulista. Inicialmente localizada no Ipiranga, veio a se instalar, posteriormente, nas dependências da Igreja Nossa Senhora da Paz, no bairro do Glicério. É fácil concluir que, a partir daí, a AVIM passaria a ser um ponto de referência para os migrantes internos recém-chegados à cidade, e para a experiência pastoral dos seminaristas do João XXIII, bem como para a Igreja de São Paulo e as instituições governamentais. A AVIM iria, no início dos anos 1980, se consolidar como um Centro Pastoral de Acolhida, através da atividade de albergue para os migrantes na cidade de São Paulo.

O trabalho crescente nas comunidades da periferia de São Paulo, por uma parte, e as viagens pelos trilhos dos migrantes, por outra, desencadearam a necessidade de uma reflexão crítica que pudesse acompanhar esta nova prática pastoral. Assim, ainda em 1967, formandos e formadores do João XIII criaram a Equipe Missionária Scalabrini, que posteriormente viria a denominar-se Equipe Scalabriniana de Migrações (ESMI). A ESMI viria a tornar-se um espaço de encontro entre, de um lado, o intercâmbio das experiências cada vez mais numerosas e diferenciadas e, de outro, o aprofundamento teórico das mesmas, em confronto com os estudos de filosofia e teologia. Este espaço proporcionou uma reflexão que se entrelaçou de forma inextricável com o desenvolvimento do CEM, que surgia naquele período, bem como com a ampliação e aprofundamento da atuação pastoral.

Bastidores de uma decisão estratégica

Um grupo de seminaristas do João XXIII, integrado por estudantes de filosofia e teologia, desde o ano de 1977, vinha pleiteando a formação de pequenas comunidades inseridas no meio popular. Em outubro de 1978, pe. Jacyr Braidão, diretor do CEM, foi atuar como assessor da CNBB, em Brasília, deixando vacante a sede do CEM.

Este fato redirecionou a postura do grupo. O que seria mais relevante no momento? Morar na periferia ou ocupar a direção do CEM? Como a 1ª opção significava morar na periferia da região sul ou da leste, sinônimo de grande distância geográfica, em termos práticos uma opção vinha em prejuízo da outra. Foram várias reuniões, cite-se que as mesmas eram realizadas à noite, na praça da Rua Huet Bacelar, no Ipiranga. Morar na periferia era sinônimo de um testemunho de vida e estar à frente do CEM representava ocupar um espaço estratégico ímpar para os sonhos do grupo.

A decisão final recaiu por pleitear o espaço do CEM. A reivindicação para morar em pequenas comunidades foi deixada de lado e o grupo passou a ter uma nova postura - propositiva. Foram escolhidos dois nomes e apresentados à Direção Provincial (Luiz Bassegio e Dirceu Cutti, que cursavam o 3º e o 2º ano de teologia, respectivamente). Aduziu-se a esta proposta que os mesmos fossem, posteriormente, destinados para a direção da Entidade.

A proposta foi aceita na íntegra e, a partir de 1979, a direção do CEM esteve a cargo de seminaristas, não de dois, formalmente delegados para tal, mas efetivamente de uma equipe, pois todas as decisões eram tomadas conjuntamente e toda a produção de material popular que ganhará impulso desta data em diante, terá como marca o mutirão!

Seminário e CEM

No que se refere à relação entre os seminaristas e o CEM, podemos afirmar que a sensibilidade e solidariedade pastoral de uns cresce na proporção direta em que o Centro de Estudos se afirma como tal. Por outro lado, a gestação do CEM mergulha suas raízes não só no projeto mais amplo da Congregação, mas também nos próprios experimentos dos seminaristas e padres, os quais vão se dando conta da necessidade de entender mais profundamente as causas e implicações do fenômeno migratório. O ano de 1969, quando finalmente o CEM é criado, já encontra uma saudável familiaridade entre seus diretores e o ambiente do Seminário.

Mas os laços se estreitam ainda mais à medida que o centro vai ampliado suas atividades em duas direções: por um lado, criação de uma biblioteca especializada em migrações e promoção de cursos específicos no aprofundamento dessa temática; por outro, envolvimento progressivo nas atividades pastorais, sindicais e sócio-políticas, sempre acompanhado de novas pesquisas no campo da mobilidade humana. Essa atividade cada vez mais febril dá origem à elaboração e publicação de subsídios que lhe serão correspondentes e que, por sua vez, geram novas formas de envolvimento na vida social e política da cidade. Em 1976, sob a coordenação de Pe. Levino Galli, realiza-se a primeira etapa de uma série de cursos de formação pastoral e migratória (CUPAM). Estes cursos destinavam-se a sacerdotes, seminaristas, irmãs, ou seja, aos agentes de pastoral escalabrinianos. A partir de 1979, já estando os seminaristas à frente do CEM, estes cursos foram abertos a um público mais amplo, reunindo lideranças em nível nacional também preocupadas com a questão migratória.

Estas lideranças foram as que assumiram a tarefa de subsidiar a Campanha da Fraternidade de 1980 (CF/1980), sobre as migrações no Brasil. A partir de então, o CEM ganha um novo rosto, ou seja, passa a ser um interlocutor que dinamiza e articula a Pastoral Migratória em nível nacional, gestando o que viria a ser o atual Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM). Vale ainda frisar que desse processo participaram ativamente várias religiosas escalabrinianas.

CENÁRIO DOS ANOS 1970-1980

Contexto Eclesial

Ainda que brevemente, e com o risco de certa superficialidade, vale a pena ampliar nosso olhar para o contexto eclesial nas décadas de 60 e 70. Quatro fatores no interior da Igreja iriam contribuir consideravelmente para a crescente atuação dos seminaristas e o fortalecimento do CEM. Em primeiro lugar, estávamos no auge da Teologia da Libertação. Esta reflexão teórica a partir da nova prática dos cristãos, em boa parte do continente latino-americano será decisiva para ampliar os horizontes dos estudantes de teologia e levá-los a posturas cada vez mais incisivas e radicais na chamada “opção pelos pobres”. Os nomes de Gustavo Gutierrez, Juan Luis Segundo, Leonardo e Clodovis Boff, Jon Sobrino, – entre tantos outros – tornam-se familiares não só nos corredores do Instituto Teológico de São Paulo (ITESP), mas também nos encontros de formação e aprofundamento das comunidades periféricas.

Em segundo lugar, multiplicavam-se por todo o país, para não falar no continente, as experiências das

Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). Inspiradas pela pedagogia da Ação Católica, centralizada no método Ver-Julgar-Agir, tais comunidades popularizavam uma nova leitura da Bíblia, na qual a Palavra de Deus, simultaneamente, traz luz sobre os problemas sociais do dia-a-dia e fornece pistas para solucioná-los de forma coletiva. O círculo hermenêutico – em que a práxis é interpelada pela teoria e esta, por sua vez, passa por um processo de reelaboração a partir da ação social – tornava-se o motor da vivência cristã. Não há como ignorar, por outro lado, o encontro entre este novo modo de entender a fé e a obra pedagógica de Paulo Freire. Os encontros inter-eclesiais de CEB's, que começam a se realizar neste período, convertem-se em grandes caixas de ressonância deste “novo jeito de ser Igreja”.

Um terceiro elemento do cenário eclesial da época é a posição da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e, em particular, de alguns bispos proeminentes, entre os quais Dom Paulo Evaristo Arns. Um voo de pássaro sobre os documentos eclesiais desse período, temperado pelos veementes pronunciamentos de certos prelados e pelos temas da Campanha da Fraternidade (CF), será suficiente para dar-nos conta de como o episcopado brasileiro dava suporte às práticas cristãs mais politizadas. Do ponto de vista que nos diz respeito mais diretamente, basta lembrar que a CF/1980 – com o lema *Para onde vais?* – colocou em pauta a temática das migrações.

Por último, na segunda metade dos anos 70, começam a nascer as chamadas Pastorais Sociais. Podemos afirmar que elas representam serviços específicos a realidades e/ou categorias também específicas, em que a vida se encontra mais ameaçada. Alguns

exemplos podem ilustrar essa afirmação: Pastoral da Terra, diante dos problemas relacionados à questão fundiária; Pastoral Operária, para acompanhar os desafios do mundo do trabalho; Pastoral do Menor, voltada para as crianças abandonadas; Pastoral Carcerária, como presença entre os detentos; Pastoral dos Migrantes, no acompanhamento dos fluxos e refluxos de grandes contingentes populacionais, e assim por diante.

Contexto Sócio-histórico

A ação dos seminaristas e do CEM ganha novo impulso no final dos anos 1970 e início dos anos 80. Também neste caso, determinados fatores, desta vez externos, contribuem decisivamente para isso. O primeiro deles, como não poderia deixar de ser, é a intensidade, diversidade e complexidade do fenômeno migratório. Não é este o espaço para discorrer sobre o tema das migrações,

que neste período transformava profundamente a sociedade brasileira. Basta assinalar, brevemente, a urbanização acelerada dos anos 60 e 70, a corrida à fronteira agrícola, o aumento das migrações temporárias/sazonais atrás das safras agrícolas, da construção civil e dos serviços em geral e, por fim, a entrada cada vez mais acentuada de imigrantes hispano-americanos. O fluxo de brasileiros para o exterior mal havia começado. Evidente que o cenário dos deslocamentos humanos de massa provoca os estudantes de teologia, sobretudo na medida em que cresce sua ligação com o CEM e com os próprios migrantes. O estudo e o contato direto são duas fontes de inquietação e interpelação constantes.

O golpe militar em 1964 e seu acirramento com o AI5 em 1968, em segundo lugar, trouxe um tempo de silêncio, tempestade e turbulência que iria concretizar-se em perseguição, morte e desaparecimento de várias lideranças vinculadas à política, ao jornalismo, à Igreja, à organização sindical e estudantil. Os últimos anos da década de 60 e os primeiros da década seguinte, comandados pelo presidente Garrastazu Médici, justamente quando se fortalecia a experiência pastoral dos seminaristas do João XXIII, representaram o período mais sombrio do regime de exceção. Naquela época, lia-se com avidez os artigos censurados do Jornal da Arquidiocese, *O São Paulo*, que circulavam livremente pelos quartos do Seminário. A ação dos militares, aliás, espalhou temor e indignação em não poucos ambientes eclesiais, em parte porque a Igreja desempenhou o papel de um grande guarda-chuva, onde numerosas lideranças perseguidas pela polícia encontraram abrigo mais ou menos seguro, em parte porque alguns bispos, padres e irmãs se opuseram abertamente à ditadura

O sucesso de uma iniciativa de conjunto

Um grupo de seminaristas do João XXIII, juntamente com catequistas das CEBs onde atuavam, a exemplo de Scalabrini - também conhecido como o Apóstolo da Catequese - logo perceberam o descompasso existente entre a caminhada da Igreja e o tradicional catecismo. Enquanto nos círculos bíblicos, na liturgia, na teologia acontecera uma "revolução", os manuais de catequese permaneciam os de perguntas e respostas.

Elaboraram, então, em 1976, um catecismo chamado "Libertação", destinado às comunidades das áreas onde atuavam. A cada ano o catecismo, em mutirão, era refeito, em duas versões, uma para catequistas e outra para alunos, integrando sempre o tema da Campanha da Fraternidade do ano. Era elaborado, datilografado e impresso em mimeógrafo manual no próprio Seminário. Rapidamente tornou-se conhecido e começaram a pipocar os pedidos.

Em 1979 aconteceu a 1ª reestruturação: Em vez de "Libertação", palavra pesada para as crianças, passou a chamar-se "Desperta". A partir de então, surgiu o Desperta 1, o Desperta 2 e o Desperta 3. Um mês de férias era destinado exclusivamente para a produção do Desperta, envolvendo uma considerável equipe: seminaristas, catequistas e jovens das comunidades que vinham trabalhar na montagem. O mimeógrafo manual funcionava de segunda a segunda, só parando quando as peças quebravam. E os pedidos não paravam de crescer, agora já em nível nacional. Eram pacotes e mais pacotes que seguiam pelo correio.

A alternativa foi pedir socorro à Diocese de Lins/SP, que passou a imprimir o Desperta. Mas a distância, à época, era um problema. O mesmo foi submetido às Edições Paulinas que imediatamente o aprovaram e passaram a imprimir e distribuir.

Por ser o primeiro na linha da Teologia da Libertação, o sucesso foi meteórico. O CEM não conta com registros de tiragem (à exceção dos anos 1980 a 1984, período em que foram impressos 165 mil exemplares dos Despertas 1 e 2, respectivamente) e os exemplares arquivados são os da 19ª edição, mas foram muito mais. Quando o CEM recebia os direitos autorais, que representavam 0,8%, a bolada era um considerável reforço de caixa, tanto assim, que numa das vezes, com o dinheiro recebido foi possível trocar o carro.

No decorrer dos anos de 1990, as Ed. Paulinas solicitaram que fosse feita uma nova atualização, os tempos, porém, já eram outros e o CEM não mais contava com a participação dos seminaristas do João XXIII.



À esquerda, pe. Luís Bassegio, diretor do CEM e ao centro, Mercadante, Lula e Gilmar Carneiro. Salão Vera Cruz, São Bernardo do Campo, 1983 - Congresso da Fundação da CUT.

militar.

Outro fator de grande relevância, a partir de meados da década de 70, foi a mobilização dos estudantes em São Paulo. Nas ruas e nas universidades, as questões sociais e políticas entravam em franca ebulição. Levantavam-se e cresciam de forma acelerada os primeiros protestos explícitos à política dos militares. Passeatas e discursos inflamados sucediam-se nas praças da cidade. “Abaixo a ditadura” era a palavra de ordem, intercalada com vaias, gritos, correrias e prisões. A cavalaria e infantaria do Coronel Erasmo Dias, de um lado, e a massa de estudantes, de outro, disputavam o espaço apertado entre os prédios da capital paulista. Entre essa massa, podia-se contar uma dezena de seminaristas do João XXIII, os mesmos integrados na pastoral da periferia e no trabalho do CEM. Aliás, das periferias viria somar-se à mobilização dos estudantes o movimento contra o custo de vida. Também chamado movimento das panelas vazias, reuniu milhares de

manifestantes na Praça da Sé, numa oposição aberta à crescente carestia.

Teve também decisiva influência na vida do Seminário o movimento do sindicalismo combativo, liderado principalmente pela mobilização dos metalúrgicos do ABC e da oposição sindical dos metalúrgicos da capital. No final dos anos 70, um grupo fiel de seminaristas costumava acordar às quatro da madrugada para “fazer porta de fábrica”. Tratava-se de auxiliar a luta sindical chamando os operários à organização. O mesmo grupo acompanhou quase religiosamente as assembleias e passeatas dos operários na cidade de São Bernardo do Campo, estádio de Vila Euclides. Recordemos que o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC era presidido pelo então torneiro mecânico Luiz Inácio da Silva. As comunidades da periferia de São Paulo, por sua vez, contribuía com a luta sindical, promovendo campanhas de coleta de alimentos para os comitês de greve. Somente assim a famosa greve de 1980, no ABC paulista, pôde atingir a marca jamais registrada de 41

dias de paralisação. E ainda, nos trabalhos de infra-estrutura da grande assembleia de trabalhadores que iria fundar a Central Única dos Trabalhadores (CUT), realizada no salão Vera Cruz, em São Bernardo do Campo, no ano de 1983, lá estavam novamente os seminaristas do João XXIII, sob a coordenação do Centro de Estudos. Como curiosidade, vale lembrar que os Estatutos de Fundação da CUT (6 mil exemplares), foram rodados no Seminário durante uma madrugada, da zero hora às seis da manhã, mutirão do qual participou, inclusive, o pe. Guglielmo Bellinato.

Por essas e outras, não seria exagero afirmar que o Partido dos Trabalhadores (PT), a CUT e a Pastoral Operária têm nas comunidades eclesiais um berço comum. Ali se formaram e dali saíram muitas das lideranças que nos dias atuais estão à frente da política brasileira. Bastaria verificar quantas vezes aqueles estudantes de teologia, a partir de 1982, quando alguns já eram padres, ajudaram no trabalho de “boca de urna” para a eleição dos candidatos do PT.

Uma conclusão se impõe: o trabalho pastoral nas comunidades da periferia, a participação nos movimentos estudantis, a contribuição à organização dos operários e o estudo da teologia constituíam dimensões distintas de uma mesma ação social. Como pano de fundo descortinava-se o horizonte da transformação social, política, econômica e cultural. Enquanto os instrumentos de análise vinculavam-se à matriz marxista, as motivações vitais provinham do clamor dos pobres e da experiência bíblica, especialmente na leitura dos Livros do Êxodo e dos profetas. Por isso que a vida social e política que fervia lá fora, nas ruas, fábricas e comunidades, repercutia com força e intensidade dentro do seminário, tanto

Foto: Arquivo CEM

CEM: Editora e Gráfica?

A equipe que assumiu o CEM a partir de 1979 dispunha de uma rede de contatos com as mais diversas entidades (hoje denominadas ONGs), ligadas à Igreja e aos Movimentos Sociais, bem como em nível Sindical e com pessoas ligadas às Universidades. Existia um grupo, composto por representantes das mais variadas entidades, que era responsável pela articulação entre as mesmas no que tange à produção e distribuição de material popular/alternativo. Vale ressaltar que havia uma norma que orientava a produção, qual seja: não havia direito autoral sobre nada do que se produzisse para o povo. Tudo era feito para que chegasse às mãos do povo. Os desenhos, por exemplo, migravam de um boletim a outro, sobretudo nas bases onde os recursos eram por demais parcos. Algo de socialismo, a grande meta, chegou a ser balbuciado. Um caderno chamava-se "Capitalismo e Pessoa Humana", sequer sabia-se quem o produziu, e foi reproduzido às carradas.

Entretanto, o tema migrante constituía um vazio, mas que rapidamente foi preenchido. De 1980 a 1984, foram produzidos pelo CEM, que contava com a participação dos seminaristas do João XXIII e muitos outros parceiros, um total de 45 títulos e/ou publicações, que iam desde livros (resultado de Seminários/Simpósios), boletins, diapositivos, cartazes e, principalmente, livretos populares para serem utilizados nos grupos de base. Foram mais de 650 mil exemplares. Parte foi publicada através de editoras e/ou gráficas, mas muito material foi reproduzido em mimeógrafo.

Além do *Desperta*, o *best seller*, a *Via Sacra do Migrante* elaborada em 1980 atingiu 3 edições, num total de 83 mil exemplares, além dos 10 mil em versão inglesa, realizada pela CAFOD, Agência Católica de Cooperação Internacional da Inglaterra. Diariamente, pacotes e mais pacotes seguiam Brasil a fora.

na liturgia comunitária quanto nas salas de aula do ITESP.

RELAÇÃO CEM/SPM

Como já vimos, a preparação do material da CF/1980 significou um grande desafio a todos os que circulavam na órbita do Seminário João XXIII, do CEM e do ITESP. No mesmo ano, dois seminaristas, Antenor Dalla Vecchia e Alfredo J. Gonçalves, resolveram, antes de iniciar os estudos teológicos, fazer uma experiência no corte de cana junto aos bóias-frias na cidade de Dobrada, interior do estado de São Paulo, morando com o Pe. Domingos Bragheto, então coordenador estadual da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Essa experiência, acompanhada e refletida pelos membros do CEM e por um grupo de seminaristas no João XXIII, abriu horizontes para o trabalho com os migrantes sazonais/temporários, que anualmente deixavam Minas Gerais e Bahia para a safra da cana na região de Ribeirão Preto, São Paulo. Anos mais tarde, surgiria um núcleo do trabalho pastoral entre origem e destino, que depois migraria para a cidade de Guariba, onde se localiza até hoje. Enquanto isso, prosseguia a presença dos demais estudantes de teologia nas comunidades, nos movimentos sociais e nas organizações sindicais. As salas do CEM funcionavam como uma espécie de oficina onde as experiências eram refletidas e aprofundadas e onde, por outro lado, construía-se novos caminhos de ação pastoral.

Foi nessa oficina que o Serviço Pastoral dos Migrantes se forjou. A partir da CF/1980 os trabalhos do CEM se multiplicaram, o seu raio de influência se expandiu na medida em que a sensibilidade para com o fenômeno migratório crescia no interior da sociedade brasileira e nos

diferentes meios pastorais. As publicações do CEM, sobretudo o boletim VAI-VEM (que foi gestado durante uma das viagens dos seminaristas ao Nordeste), eram despachadas para todo o país, e ganhavam um perfil cada vez mais pastoral, concentrando o CEM a responsabilidade de articular a nascente pastoral dos migrantes no Brasil. Assim, os desafios cada vez mais gritantes das migrações revelavam a necessidade de um ponto de referência, em nível nacional, para a articulação dos vários serviços prestados aos migrantes, e o CEM, enquanto entidade visando o estudo das migrações e assessoramento da pastoral, revelava-se pequeno para tal tarefa. Depois de quatro anos de gestação e de alguns encontros e assembleias prévias, nasce o SPM numa assembleia de fundação realizada em Brasília/DF, no ano de 1985. Ligou-se imediatamente à chamada linha 6 da CNBB, posteriormente organizada como Setor Pastoral Social, espaço que passou a integrar o conjunto das Pastorais Sociais da Igreja no Brasil. Somente em 2004, com a nova estruturação da Conferência Episcopal Brasileira, viria a formar-se o Setor de Mobilidade Humana, responsável pelos diversos serviços nesse campo.

Por um breve período, a organização do SPM abrigou-se nas dependências do João XXIII, ao lado do CEM, depois passou para uma sede própria. Com o correr dos anos, implícita ou explicitamente, CEM e SPM efetuam uma certa divisão de trabalho. Enquanto o primeiro volta-se mais para o estudo e a pesquisa, o segundo dedica-se à atividade pastoral. Em fevereiro de 1989, sob a responsabilidade do Pe. Alfredo J. Gonçalves como diretor, o CEM transfere-se para o complexo da Igreja Nossa Senhora da Paz, onde se

Um fato que só a memória preserva

Foi no ano de 1982, mês de setembro, o mais adequado, pois o destino era Rondônia. A estrada que nos conduziria até lá - partíamos de São Paulo -, além-Cuiabá era de puro chão. Só no período pós-chuvas seria possível uma programação com data de saída e chegada. Com a mochila nas costas e nela, roupa pouca, caneta e um caderno, além da máquina fotográfica, Adair e eu partíamos para a ausência de um mês.

Uma semana depois, lá estávamos tragando o pó das estradas e a fumaça das queimadas. Saltitando de núcleo em núcleo, com a máquina ele tudo registrava e, no papel, com a caneta, eu o fazia. Mas parte de uma conversa só nos bastidores permaneceu guardada. Foi em Ji-Paraná, comigo e o moreno-baixinho D. José Martins da Silva, à época bispo daquela enorme Prelazia.

A incursão por Rondônia inscrevia-se na tradição do Seminário João XXIII e do CEM de perseguir os principais fluxos migratórios. Rondônia, é verdade, já ia tarde, pois a grande onda migratória teve início com o primeiro assentamento em 1969, ganhando expressivo volume a partir de meados da década de 1970.

O objetivo da viagem foi traçado coletivamente: fazer um levantamento da realidade migratória; elaborar uma matéria especial para o Boletim Vai Vem (*"Rondônia para os Migrantes ou os Migrantes para Rondônia"*? - ano 2, nº 7, dezembro/82, pp. 4-14) e, nos bastidores, sondar caminhos para uma futura (e urgente) presença escalabriniana naquela fronteira. Nos sonhos da equipe, além de Rondônia, uma frente junto aos migrantes temporários no interior paulista e uma no Nordeste constituíam metas de curto prazo.

Na véspera da partida, um pulo até a sede provincial para um até logo ao pe. Giancarlo Rizzinelli, então provincial. O "até logo" não se estendeu por mais de dez minutos, tempo suficiente para o Giancarlo - que conhecia o plantel que dirigia - fazer, quando eu já virava as costas, a recomendação explícita, e sublinhada pelo tom da voz, para que não fosse semeada a expectativa de que os escalabrinianos assumiriam uma missão em Rondônia. Nada foi retrucado; aquilo soou apenas como reforço às intenções da viagem.

Na sala abafada de D. José Martins, após uma entrevista formal, antes da despedida, ainda de frente, foi-lhe feita a seguinte recomendação, com um breve preâmbulo: "Para todos os efeitos, pelo que será solicitado agora, você nunca nos viu e ninguém esteve aqui em Ji-Paraná por esses dias. E você faça o seguinte: escreva ao Provincial uma carta por semana, insistindo que lugar de escalabrinianos é aqui, pois teremos uma assembleia em novembro e queremos colocar Rondônia na pauta". Ele sorriu e prometeu que o faria. Seguiu-se a despedida e prosseguimos viagem.

Durante a XI Assembleia, realizada entre os dias 23 e 25/11/1982), exatamente no salão do CEM, quando o assunto em pauta tratava do fechamento e abertura de posições, num determinado momento, pe. Giancarlo levantou-se da cadeira e, com seu jeito típico, tirando aqueles óculos de hastes grandes antes de falar, dirigiu-se à platéia nos seguintes termos: - Trata-se de um comunicado apenas, o bispo de Ji-Paraná, através de carta, está solicitando uma presença nossa em Rondônia! Giancarlo falara tratar-se de um comunicado apenas, pois a orientação da Assembleia era para se indicar perspectivas de novas frentes de atuação, mas não definição concreta de lugares, isso o faria a Direção Provincial, posteriormente. Inteligentemente, Giancarlo guardou o conteúdo da carta. Esta, escrita por D. José aos 06/10/1982, rezava: *"Estou me dirigindo ao Sr. para um apelo concreto (...) uma presença em nossa Prelazia (...) inegavelmente, hoje, lugar de maior concentração de migrantes. (...) Para o ano que vem já teria lugar definido para lhes entregar ou até agora mesmo. (...) Na expectativa de um pronunciamento favorável (...)"*.

Mal acabara de pronunciar a frase, vários braços já se haviam erguido solicitando a palavra. Um após outro, todos os que falaram, defenderam, inicialmente, a pertinência da solicitação do bispo e, posteriormente, que a assembleia deveria deliberar sobre o assunto. De fato, a mesa só pôde dar prosseguimento à pauta após colocar o assunto em votação.

As articulações que exigiam maior fôlego já haviam sido realizadas previamente e, na hora, um rápido lobby feito em mutirão no transcorrer dos burburinhos, garantiu a vitória favoravelmente ao pedido do bispo. Mas o desafio de uma presença em Rondônia não estava totalmente vencido. "Quem se dispõe a ir, indagou Giancarlo?" Para a instituição, a questão, no momento, colocava-se nos seguintes termos: tirar a calça de um para vestir a outro. Um intervalo, porém, foi mais que suficiente para dar viabilidade à decisão. Enquanto uns tomavam tranquilamente seu café, outros, numa roda que se formou rapidamente, discretamente afastada do centro das atenções - a mesa do café - encontraram a solução. No CEM, para a instituição, atuavam dois padres recentemente destinados para lá. Entretanto, ali atuava uma equipe e, por ser uma equipe, a saída de uma pessoa não representava despir a um para vestir a outro. O Luiz Bassegio cursava pós-graduação na PUC, não tive dúvida, ofereci-me para o pontapé inicial e o consenso do grupo foi imediato. Por um lapso, meu nome não consta entre os participantes da XI Assembleia, mas o que os documentos oficiais não registram, a memória preserva.

E assim, no dia 29 de fevereiro de 1984, sob uma chuva torrencial, os escalabrinianos bateram novamente às portas da sede diocesana de Ji-Paraná, desta vez para armar a tenda.

encontra atualmente.

O PASSADO E O FUTURO DA PASTORAL DOS MIGRANTES

Os seminaristas do João XXIII, nas últimas quatro décadas, estiveram à frente de projetos e atividades pioneiras que originaram a pastoral dos migrantes no Brasil e acompanharam de perto o pensamento e a ação das principais iniciativas políticas populares no país. Foram estas iniciativas que, de um jeito ou de outro, forjaram nesse período aquilo que se tornou atualmente a pastoral dos migrantes e, em âmbito maior, a concepção de um “projeto popular para o país”. A eleição do presidente Lula canalizou os esforços concentrados dessa ampla mobilização, a qual tem raízes na prática eclesial, no sindicalismo combativo, na organização estudantil, nos movimentos e pastorais sociais, além, é claro, de vários outros importantes segmentos da sociedade.

Não é novidade para ninguém o fato de que o Concílio Ecumênico Vaticano II representou um movimento centrífugo da Igreja em direção ao mundo moderno. Nisto está o significado da expressão do Papa João XXIII ao abrir os trabalhos do Concílio: “É preciso abrir as janelas do Vaticano para a entrada de novos ares”, ou no que dizia, muito tempo antes, João Batista Scalabrini: “O mundo caminha e nós não podemos ficar para trás”. A abertura às descobertas da ciência, ao diálogo com as demais Igrejas cristãs e denominações religiosas, às “alegrias e esperanças, tristezas e angústias dos homens de hoje” foi, sem dúvida, o grande mérito daquele evento. As repercussões e desdobramentos de tal abertura, especialmente nos países da

América Latina e no Brasil, encontra-se impressa nos documentos das Igrejas Locais destes países e na tomada de posição de muitos bispos a favor dos pobres, bem como na prática sócio-política de uma massa crescente de cristãos e nos avanços da reflexão teológica. Ainda no caso da América Latina, a “violência institucionalizada”, a injustiça, a corrupção e os regimes militares ajudaram a tornar mais radical e incisiva a opção pelos pobres.

Com o pontificado de João Paulo II e mais ainda agora, com Bento XVI, alguns estudiosos chamam a atenção para um movimento centrípeto, em que a Igreja se concentra predominantemente nas questões de ordem moral e religiosa e na defesa intransigente da doutrina. Os problemas políticos e sociais tendem a ser ignorados, ou ficam em segundo plano. Os temas ligados à liturgia, ao celibato religioso, à catequese e à imagem externa da Igreja, por um lado, e, por outro, os debates em torno do aborto, do uso de preservativos, da vida familiar ocupam a maior parte da pauta eclesial. Essa espécie de involução na pastoral, como a denominam outros analistas, vem acompanhada de um crescente centralismo das decisões e autoritarismo nas práticas. A colegialidade como marca registrada do Concílio Vaticano II – implícita na expressão Igreja Povo de Deus – dá lugar a um peso bem maior na figura do bispo e da Cúria Romana. No que se refere ao Brasil, confirmam isso a recente aprovação dos novos estatutos e do regimento interno da CNBB, como também a última eleição de sua Direção. O presidencialismo ganha prioridade sobre a assembléia colegiada dos bispos. Isto para não falar dos leigos e leigas, cujas funções tendem a restringir-se cada vez mais.

Diante de semelhante quadro, como fica a nova formação dos seminaristas?

Haverá ainda abertura para as questões sociais e políticas? Existe um processo de internacionalização do projeto formativo, visando também uma presença da Igreja no mundo das migrações, em uma sociedade cada vez mais globalizada. Qual a incidência dessa história recente da pastoral dos migrantes sobre essa nova geração de seminaristas? Vimos acima que, nos anos 70, o Seminário João XXIII era uma espécie de caixa de ressonância dos problemas que afligiam a população pobre, notadamente os migrantes. Aliás, essa sensibilidade não era prerrogativa dos seminaristas. Toda a orientação e o espírito do Concílio Vaticano II, vale repetir, voltavam-se para as aflições humanas, o que se encontra expresso de forma magistral na frase de abertura da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, sobre a Igreja no Mundo de Hoje: “*As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Jesus Cristo; e não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração*” (G.S. §1). Era também a postura profética da CNBB, sobretudo em algumas de suas personagens históricas.

Hoje, os tempos são outros, é verdade, mas os desafios continuam. Cabe, pois, deixar em aberto uma pergunta como ponto final: continuará sendo o Seminário João XXIII, junto com o CEM, o SPM e o ITESP, uma oficina de uma ação pastoral voltada, simultaneamente, para os apelos de Deus e os desafios da história na pessoa dos migrantes?

* *Pe. Alfredo J. Gonçalves integra a Coordenação Nacional e a Equipe de Assessoria da IV Semana Social Brasileira.*

** *Dirceu Cutti - Centro de Estudos Migratórios.*

PASTORAL DOS MIGRANTES PEREGRINOS DA RESISTÊNCIA

*Maria Aparecida de Moraes Silva **

“A preservação e a valorização do patrimônio espiritual exigem a conservação da cultura étnica: religião e pátria se completam nesta obra de amor e de redenção. A Pastoral dos Migrantes deve ter presente este princípio. Tanto os missionários, quanto as Igrejas de acolhida devem respeitar a identidade cultural e a religiosidade própria do migrante” (Scalabrini, 1989, 373).



Em 1987, durante a realização de uma de minhas pesquisas com trabalhadores rurais na região de Ribeirão Preto/SP, estabeleci os primeiros contatos com a Pastoral dos Migrantes, em Dobrada/SP, que havia sido criada em 1985, muito embora desde 1983, seus missionários já estivessem presentes nesta cidade. Desde então, os contatos se multiplicaram por meio de diálogos, trocas de informações, participação e organização de eventos, pesquisas e muitas outras formas de colaboração. Durante este tempo, vi passar por Dobrada e, mais tarde, Guariba (hoje sede da Pastoral), muitos agentes - padres, freiras, além dos leigos - que realizaram um trabalho importantíssimo em favor dos Migrantes Sazonais, provenientes de várias regiões do país, sobretudo daquelas mais pobres, para o trabalho nos canaviais, cafezais e laranjais paulistas.

Neste ano, por ocasião das comemorações do centenário da morte de Dom João Batista Scalabrini, o Fundador das Congregações Escalabrinianas Missionários e Missionárias de São Carlos, recebi o convite para escrever a respeito da minha percepção sobre o trabalho desenvolvido pela Pastoral dos Migrantes - setor dos temporários.

O papel desempenhado pelos Missionários não pode ser caracterizado como meramente assistencialista. Muito ao contrário. Sempre lutaram em defesa dos direitos desta população excluída de direitos e cidadania. Enfrentaram duros embates com os poderosos, com os donos de grandes usinas e fazendas; percorreram alojamentos, pensões de migrantes espalhados por estas imensas áreas de cana do interior paulista. Muitas vezes, enfrentaram ameaças, advindas dos representantes dos proprietários. Em outras tantas, saíram em defesa dos

migrantes escravizados, por meio de denúncias à Promotoria Pública.

Por outro lado, desenvolvem também o trabalho de conscientização nos locais de origem dos migrantes. Procuram acompanhar a saga de milhares de homens, mulheres e crianças, que todos os anos deixam seus lares e partem em busca de trabalho, esperança e utopias. O Boletim Cá e Lá, publicação da Pastoral, reflete o acompanhamento da caminhada, do vaivém que é permanentemente temporário dos migrantes ao longo dos anos.

Na condição de professora e pesquisadora, aprendi e continuo aprendendo com a práxis da Pastoral, baseada no conhecimento e no respeito às pessoas. Práxis, que não se traduz pela imposição de idéias àqueles, supostamente, considerados ignorantes e não portadores de consciência política ou religiosa. Porém, práxis construída a partir das necessidades, valores e desejos dos sujeitos envolvidos no processo de migração. Práxis libertadora, cuja matéria-prima é a experiência de cada um.

Uma análise sociológica do trabalho da Pastoral dos Migrantes – Setor Temporários – exige alguns cuidados relativos ao próprio ofício que ora desempenho, a saber, o ofício de sociólogo, segundo as célebres lições de Wright Mills. Cabe-me ressaltar que a preocupação não se circunscreve nos limites estreitos da ideologia, pois minha função enquanto assessora da Pastoral durante todos estes anos tem sido conduzida pela autonomia intelectual e pelas exigências éticas da pesquisa. É evidente que as pressupostas neutralidade ou objetividade não existem nas pesquisas sociais. Contudo, a inserção do pesquisador numa determinada realidade social precisa ser orientada pela *vigilância epistemológica*, para que o mesmo não

se torne meramente porta-voz dos grupos sociais com os quais está envolvido. Trata-se de um verdadeiro desafio, pois as relações criadas no momento da pesquisa não são apenas ditadas pela racionalidade do conhecimento abstrato.

Elas são imbuídas de elementos racionais e também emocionais, pois se partilha da idéia de que razão e emoção não são dicotomias, porém faces de uma mesma moeda, na qual *a emoção fecunda a razão*. Portanto, relações de afeto, amizade, solidariedade são nutrientes para o conhecimento, sem contar que o objeto das ciências sociais não é o estudo de coisas objetivadas, porém seres humanos, dotados de corpo físico e imaterial, aí englobando os sentimentos, os símbolos, as crenças religiosas, as representações, o imaginário, os mitos. Assim sendo, a análise pretendida não será a de alguém *de fora, mas de dentro* da realidade retratada. Outrossim, o sujeito pesquisador deve se movimentar no espaço social, ora entrando, ora saindo do mesmo, a fim de que a diversidade e a complexidade da realidade estudada sejam percebidas.

A fim de dar conta desta proposta proponho a análise de três momentos significativos da caminhada da Pastoral: a) os primeiros tempos relativos ao papel desempenhado pela CPT, por meio do padre Bragheto, cuja participação político-religiosa foi extremamente importante para a definição dos rumos da futura Pastoral dos Migrantes; b) a solidificação da Pastoral em torno da figura do migrante temporário; c) a atuação nos dias atuais.

AS PRIMEIRAS SEMENTES

Em julho de 1983 as Irmãs Inês Facioli e Gregoria Roman Oliva,

missionárias Scalabrinianas chegaram à cidade de Dobrada com a finalidade de iniciar um trabalho sócio-pastoral junto aos trabalhadores rurais e os migrantes cortadores de cana. À época, o Pároco era o Padre José Domingos Bragheto, diocesano que já vinha atuando, em nível de Diocese, junto a CPT (Comissão Pastoral da Terra), como coordenador regional. Quanto ao setor paroquial, o trabalho abrangia também o município de Santa Ernestina. A atuação da CPT compreendia outros municípios da Diocese, como Guariba, Barrinha, Pitangueiras, Jaboticabal e Bebedouro, entre outros. Juntamente com o Padre Bragheto as missionárias realizaram visitas e celebrações nos alojamentos da Usina Bonfim, situada na região, além de idas aos locais de trabalho durante a colheita da laranja, cana e amendoim com as turmas dos caminhões. Ademais, participaram de reuniões com o Sindicato de Dobrada e dos Encontros da CPT na região. Em janeiro de 1984, a paróquia de Dobrada ficou sob responsabilidade das Missionárias por motivo de transferência do Padre Bragheto¹.

O processo de consolidação dos trabalhos da equipe de Missionários permitiu a criação da Pastoral dos Migrantes em defesa dos trabalhadores sazonais ou temporários. É importante salientar que a Pastoral surge no bojo do movimento de trabalhadores rurais, denominados bóias-frias, cuja maior resistência culminou nos anos de 1984 e 1985 durante as denominadas Greves de Guariba.

Em junho de 1989 realizei uma entrevista com o Padre Bragheto em São Paulo². Nesta ocasião, ele já não estava mais atuando na região de Ribeirão Preto/SP. Foi possível recuperar por meio de seu longo relato, os primórdios de seu envolvimento com os trabalhadores rurais, bem como seus desdobramentos e seu

desencantamento em relação à atitude da Igreja Católica ao tomar a decisão de sua transferência para São Paulo. Nos limites deste texto, não é possível reproduzir a íntegra de sua narrativa, contudo seu testemunho se constitui num subsídio extremamente importante para a memória e a história dos trabalhadores rurais *vis-à-vis* a construção social da consciência de classe e também de gênero.

Ainda muito jovem, recentemente ordenado padre, Bragheto em 1975 deu início a sua atuação religiosa em Bebedouro/SP. Em 1979, a convite de um padre da CPT participou de uma reunião com Carlistas e, desde então, foi despertado para as questões sociais. Em seguida foi transferido para Santa Ernestina, e depois para Dobrada, duas cidadezinhas habitadas majoritariamente por trabalhadores rurais, migrantes de várias regiões do país. Os campos - religioso e político - tinham terra fértil para produzir bons frutos. No entanto, o quê fazer e como fazer? Suas celebrações eram sempre dirigidas para a situação dos trabalhadores rurais. Desde logo, compreendeu que a atuação política

não poderia se restringir ao espaço da igreja. Procurou outros espaços, onde estavam os trabalhadores: casa, bares, bailes, pontos de caminhões que transportavam os trabalhadores para a área rural. Assim, foi se aproximando, adquirindo confiança com o objetivo de construir um comum pertencer por meio de um Sindicato com homens e mulheres que sofriam na carne e na alma os efeitos da expropriação de seus roçados obrigando-os a migrar para as terras paulistas, além da superexploração do trabalho, na condição de bóias-frias, sem direitos e transformados em não-cidadãos. Num determinado dia, uma mulher aproximou-se dele e lhe pediu para rezar *missas nos pontos* durante as madrugadas, antes da saída dos caminhões. *Missas nos pontos* se constituem no que ele considera a primeira fase do processo de construção social da consciência de classe.

A partir daí, surgiram as reuniões às segundas-feiras na Casa Paroquial a fim de discutir a criação do Sindicato, cujos embates foram inúmeros, pois havia a presença de sindicalistas

pelegos nas cidades vizinhas que dificultavam a organização dos trabalhadores. Em 1983 foi criado o Sindicato de Dobrada, cuja diretoria era composta por oito mulheres e quatro homens. Segundo ele, a presidência coube a um homem que não tinha capacidade de liderança. Esta foi uma escolha estratégica, para *não despertar tanto o preconceito contra as mulheres*. Alguns meses após a criação do sindicato, o presidente foi destituído e assumiu o cargo uma mulher.

Em vários momentos, Bragheto se reporta à coragem e à capacidade de enfrentamento das mulheres. Eram elas que serviam de escudo dos homens durante as greves. Eram denominadas de *pára-raios*. Para ele, elas eram mais corajosas do que os homens. Não tinham medo. Estas representações desconstróem os valores discriminadores assentados nas relações de gênero, segundo os quais, as mulheres são medrosas e incapazes de enfrentamentos.

Além deste trabalho para a criação do Sindicato de Dobrada, a participação política de Bragheto ao lado dos trabalhadores rurais envolveu outros enfrentamentos. Em 1983, durante uma reunião de membros da CPT e de Carlistas, um trabalhador denunciou o sistema das sete ruas³, responsável pelo aumento da exploração por meio da maior intensidade de produtividade do trabalho. Após a publicação desta denúncia na imprensa, *as coisas pegaram fogo*, segundo suas palavras. Em seguida, iniciou-se a primeira greve de Guariba em 1984.

No que tange ao momento da greve, as lembranças são muito nítidas. As notícias veiculadas pela imprensa, sobretudo pelo jornal, O Estado de São Paulo, apontavam-no como líder do movimento grevista. Na verdade, ele fora pego de surpresa, pois embora



Arquivo CEM

fosse seu desejo assistir a uma grande mobilização dos trabalhadores rurais, o início da paralisação não fora incentivado por ele. No entanto, a reunião de milhares de pessoas no campo de futebol exigiu dele posições, as quais ele não poderia deixar de assumir. Afinal, era esse seu grande objetivo: a mobilização política em torno da busca dos direitos trabalhistas, dos melhores salários e melhores meios de transporte para evitar a ocorrência de acidentes. Emoção e razão misturaram-se no discurso e nas palavras de ordem naqueles momentos no campo de futebol, das quais não se arrepende, apesar de ter sofrido represálias, posteriormente.

A eclosão da segunda greve em 1985 culminou na violência policial, comandada pela tropa de choque do governador Franco Montoro. Muitos trabalhadores foram arrancados de suas casas e espancados, inclusive ele. A violência deixou marcas profundas naqueles que participaram da greve, além de produzir o medo e o silêncio na memória social, principalmente dos habitantes da Vila João-de-Barro, onde viviam os trabalhadores rurais.

A greve foi o resultado do desespero de vidas diante da miséria e do sofrimento. Representou o limite da dor, da humilhação e da negação. A revolta social traduziu os anseios de pessoas banidas de seus direitos sociais e trabalhistas. A revolta social, manifesta pelo quebra-quebra, foi gestada no seio das relações de exploração impostas pelas usinas, consideradas as mais ricas do país. Foi uma resposta à situação de dominação vivenciada durante muitos anos por homens e mulheres que trabalhavam duramente nos canaviais em troca de salários que não lhes garantiam as necessidades de sobrevivência.

O depoimento de Bragheto sobre os acontecimentos da greve coincide com os de muitos trabalhadores. Todos os

narradores a partir dos fragmentos de suas memórias fornecem elementos à composição deste acontecimento. É uma espécie de costura de distintas oralidades, que produz o fato histórico, onde a voz dos narradores passa a ser ouvida e ter a mesma importância que as demais fontes escritas. Aqui temos um exemplo de memória subterrânea, que incomoda, que desarranja a ordem estabelecida.

Em razão do medo, houve um grande silêncio sobre a greve, que dura até hoje. Estas vozes têm por finalidade romper a barreira do silêncio, e contribuir para a construção de uma memória social, onde a greve e seus desdobramentos passam a fazer parte da história destes trabalhadores. Neste ponto, há uma ligação estreita entre memória e história. A presença do medo e do silêncio como marcas destas vidas, além de influírem em suas ações, emudeceu as gerações futuras, calou seus narradores, impedindo a construção de uma memória herdada. O desconhecimento dos mais jovens sobre este importante acontecimento é uma das formas mais atroz do sistema de dominação imposto a estes trabalhadores, dado que ao imprimir a marca do medo e do silêncio, além de descaracterizar a luta, retirou a vitória e os transformou em vencidos, na medida em que o impedimento ao trabalho conduziu-os à exclusão social, à marginalização e ao estatuto de sobrantes.

Neste sentido, a narrativa de quem viveu, sofreu violência física, além de ter sido preso tem a função não somente de lembrar o passado, mas de redefini-lo, (re) significá-lo, a partir da situação presente e criar as bases para a ação transformadora.

A presença feminina na memória do narrador desmistifica a situação da mulher como frágil, medrosa, passiva como já foi dito acima⁴. A reconstrução da memória como

importante fator para o processo de identidade social destes trabalhadores, da construção do coletivo, como embrião necessário de qualquer luta política. Ao rememorar os acontecimentos da greve, o narrador costura os fragmentos dos acontecimentos e contribui para a edificação da memória das lutas destes trabalhadores, num momento histórico caracterizado pelo fim da ditadura e começo do processo democrático no país.

Vale ainda acrescentar outros elementos de sua prática política. Antes da concretização da Pastoral dos Migrantes, nas celebrações das missas, solicitava aos trabalhadores que fossem com suas roupas de trabalho e levassem os facões. Nesta ocasião *fazia a bênção do facão*, cujo intuito era valorizar os trabalhadores. Este ato, percebido como perigo à ordem dominante, foi seguido de ameaças de morte, concretizadas na presença de um policial armado na porta da igreja durante as celebrações. Ademais da participação em outras greves de colhedores de laranja, esteve presente em vários piquetes e também no início da ocupação da Usina Tamoio, que deu origem ao Assentamento Bela Vista do Chibarro em Araraquara.

Com o passar do tempo, as ameaças aumentaram, advindas dos mandantes dos usineiros da região em comum acordo com as polícias locais.

“A situação foi ficando muito difícil... Foi a época em que mataram o Padre Josimo. Comecei a receber a pressão da CPT Nacional, estadual e também de amigos... Diziam que tinha que sair de lá porque iam acabar me matando... Vim para São Paulo, na condição de assessor. Senti que vim um pouco humilhado na CPT. Senti-me ter fugido do trabalho...”

A saída do padre Bragheto não correspondeu ao esquecimento de sua presença na memória dos traba-

lhadores desta região. Durante minhas pesquisas (Silva, 1999) em inúmeros momentos, ele faz parte das lembranças relatadas. São ressaltadas sua capacidade de liderança, sua coragem ao desafiar o poder da polícia e dos usineiros, além da diferença entre ele e os “outros padres” que estavam ‘do lado de lá’. Uma trabalhadora afirma que ademais destas qualidades, ele muito a ajudou quando ficou grávida. Foi ele quem a aconselhou a não praticar o aborto, ao lhe conseguir um quartinho e lhe pagar, com a ajuda de outras pessoas, o aluguel.

“Era um padre que esquecia o papel de padre para ficar entre os trabalhadores; tinha idéias novas. Foi ele que me fez sentir gente, que nunca me desfez, diferente daqueles que não têm onde cair morto e desfazem da gente” (Cida, trabalhadora negra. Entrevista concedida em 1990).

NOVAS SEMEITEIRAS: OS MIGRANTES

As conquistas dos direitos após as greves – registro em carteira, volta do sistema de 5 ruas, contrato de trabalho etc. – não representaram melhorias reais nas condições de trabalho, nem tampouco diminuíram a intensidade da exploração. A partir das greves, intensificou-se a demanda por trabalhadores migrantes temporários, pois para as empresas, os migrantes são vistos como mais dóceis, vêm para trabalhar e, por isso, são passíveis de maior controle e aceitação dos ínfimos salários. Com esta estratégia política, agudiza-se cada vez mais o processo de segmentação da força de trabalho (migrantes e não migrantes), cujas conseqüências acabam por aumentar ainda mais os lucros das empresas em virtude da divisão política instaurada entre os trabalhadores.

Neste contexto de intensa exploração situa-se o papel da Pastoral. A práxis de seus agentes – padres, freiras e leigos – está voltada pela defesa dos direitos dos migrantes tanto nas regiões de origem quanto nas de destino. Ademais das visitas aos alojamentos, pensões, locais de trabalho, os agentes realizam eventos como a Semana do Migrante, publicam o Boletim Cá e Lá, tablóides – como o Laborshow, distribuído durante a realização da última feira Agrishow em Ribeirão Preto –, além de encontros em parceria com vereadores, assistentes sociais, promotores públicos, alunos e professores das Universidades.

No âmbito deste texto, escolhi, como exemplo a ser citado, uma celebração realizada no dia 06 de agosto de 1988 com os migrantes da Bahia e de Minas Gerais, das seguintes cidades da região de Ribeirão Preto: Jurupema (110); Barrinha (120); Jaboticabal (60); St^a Ernestina (80); Monte Alto (50); Santa Adélia (80); Bebedouro (80); Dobrada (120); Pitangueiras (10)⁵.

Inicialmente, a dinâmica foi por meio da *troca de chapéus*. Os mineiros trocavam seus chapéus com os baianos e vice-versa, por meio de relatos sobre o material empregado na confecção dos mesmos. Em seguida cantavam, seguidos dos sons de instrumentos existentes em suas próprias regiões como pandeiro, chocalho. As músicas eram de suas regiões de origem.

Após esta apresentação, iniciou-se a discussão sobre a situação deles na região de destino: condições de trabalho, doenças, salários baixos, alojamentos precários, roubos no momento da metragem da cana, alimentação precária, aluguel caro pago nas pensões das cidades-dormitórios etc. O levantamento desta situação foi seguido de outra apresentação, denominada, *Os cegos e amarrados*. Uma parte dos presentes

foi amarrada enquanto outra teve os olhos vendados. Os *cegos* ficavam andando em círculos, podiam falar, mas não o faziam porque não viam os demais. Os *amarrados*, por sua vez, enxergavam, porém não saíam do lugar e nada diziam. No final, um retira a venda dos olhos e assim começa a conversar com os demais, os quais fazem o mesmo, seguidos pelos amarrados, que retiram as cordas.

O objetivo da encenação era voltado para a conscientização e a formação da identidade social e coletiva por meio do diálogo e questionamento das próprias condições experimentadas.

Esta apresentação foi seguida de uma procissão com diversas paradas, durante as quais outras encenações ocorriam. Os cantos religiosos eram seguidos de depoimentos sobre a realidade dos camponeses na região de origem, marcada pela seca, falta de créditos e apoio do governo. Nos altares havia folhetos sobre as recentes greves ocorridas em Piracicaba, sobre a necessidade de Reforma Agrária, sobre a situação das mulheres, dos negros, dos posseiros da Bahia e a situação vivenciada no corte da cana por meio da mostra de comprovantes de pagamento no final do mês. Havia também instrumentos de trabalho, como o facão. As falas eram sob a forma de oferendas. A plantação de cana foi muitas vezes criticada. “*A cana tira a árvore do chão como tira o sangue de nossas veias*”.

Estas apresentações visavam a conscientização e a percepção da realidade migratória, como algo imposto pelas condições estruturais e sociais e não natural. Visavam, outrossim, a possibilidade de resistência no lugar de origem para pôr fim ao processo de saída de milhares de pessoas, à separação de famílias e a itinerância permanente. Os atores eram os próprios autores de seus *scripts*,



Arquivo CEM

cujo conteúdo era o relato de suas próprias experiências.

Durante a procissão, repetem-se estes conteúdos, agora misturados aos textos bíblicos, por intermédio da associação do calvário, sepulcro, ressurreição de Cristo, vida de Maria com a vida dos migrantes, também confundida com a dor, sofrimento, injustiça, morte e ressurreição, isto é libertação. Em todas as paradas, havia cantos e mensagens contra a exploração e a injustiça dos patrões:

O latifúndio já tomou conta e destruiu completamente a pequena propriedade, decretou definitivamente a morte dos pequenos produtores. Roubou-lhe o direito de lavrar a terra, para a sua própria subsistência, para a de seus irmãos. A terra que é usada poderia dar bastante alimentos para os pobres, mas os homens desonestos não deixam que ela seja usada.

E mãe igreja se angustia e sofre, buscando a conversão de seus filhos. A mãe igreja chora a dor diante do sofrimento injusto a que seus pobres são submetidos.

Deus criou a terra e não passou escritura para ninguém, ela é dom do pai e pertence a todos os seus filhos, conseqüentemente os seus frutos devem ser repartidos entre todos os irmãos.

Por isso, queremos pedir hoje a Maria, mãe de Deus, nossa mãe, para que nos ajude a reconquistar o trabalho livre. Que homem não precise mais ser escravo do trabalho para poder sobreviver, mas que o trabalho seja o caminho e o meio para melhorar o mundo, que Maria ilumine todos os nossos trabalhadores, para que eles que compreendam a necessidade de lutar pelos seus direitos, por uma vida melhor, por um trabalho mais digno que os libertem da amargura de apenas obedecer, para conseguir dizer, estou respirando.

E agora nesta parada aqui nós vamos refletir sobre a vida do migrante. O migrante é aquela pessoa que muitas vezes ainda é pequeno proprietário, mais não consegue através de seu meio de produção que é a sua pequena parcela de terra, produzir o suficiente

para a sua família.

Este exemplo é um testemunho do trabalho desenvolvido pela Pastoral dos Migrantes - Setor Temporários. É uma práxis caracterizada pelo que Walter Benjamin denominou de *escovando a história a contrapelo*, isto é, fazendo com que os próprios sujeitos sejam capazes de, a partir de suas experiências, descobrir os caminhos de suas lutas. Desta sorte, trata-se de um trabalho pedagógico, cujo conteúdo dialógico nasce da própria história de vida.

A CAMINHADA CONTINUA

Num último encontro realizado em Guariba com trabalhadores migrantes, refletimos sobre a importância do passado para o processo de enraizamento individual e social. Defendemos a idéia de que o passado não é algo morto, congelado, fixo num tempo que não volta mais. Ao contrário, somente o conhecimento do passado nos permite explicar o presente e estabelecer os pontos para qualquer projeto futuro.

Em razão do processo de espoliação, exploração e dominação imposto a milhões de pessoas em nosso país, em diferentes momentos da história, a grande maioria delas prefere silenciar-se em relação às perdas sofridas, aos sofrimentos, às humilhações. No entanto, estas situações acabam gerando frustrações, traumas, que, não raramente, desembocam em violência ou em várias formas de anomia individual ou social, como por exemplo, o uso de drogas, a itinerância ou mesmo a mendicância. Aos poucos, assistimos ao processo de descida na escala social daqueles que foram paulatinamente desenraizados e descartados das oportunidades de trabalho e de uma sobrevivência digna. Muitos perderam ou estão perdendo os referenciais

relativos aos valores morais, espirituais, éticos, os quais faziam parte de seus locais de origem, de suas comunidades, de suas relações de vizinhança e parentesco. Muitos outros, envergonhados pelos constantes insucessos da vida, atribuem ao destino, à má sorte, a responsabilidade da situação em que se encontram. Acabam deixando tudo para trás, nunca mais regressam aos locais de onde saíram, não dão notícias para os parentes, conhecidos. Partem sem rumo numa viagem sem destino, sem ponto de chegada. São eternos nômades, que vivem ao deus-dará, além de serem renegados pela sociedade, pois são considerados como dejetos, seres que enfeiam as ruas das cidades por onde perambulam com seus sacos às costas, em cujo interior são encontrados apenas restos daquilo que a sociedade rejeita. Em seus sentimentos, em suas lembranças, aos poucos vão-se apagando as imagens de uma vida passada. Quanto mais caminham, mais se afastam de suas raízes, de suas origens, de sua gente. Não olham para trás, porque mesmo se o fizessem nada veriam a não ser uma nuvem de fumaça que encobre seus passos.

Diante desta realidade, sugerimos para a reflexão o conhecimento da verdadeira história, responsável por esta migração forçada, por este estado de errância. Privilegiamos o período da ditadura militar, que impôs o processo de modernização da agricultura, particularmente da região de Ribeirão Preto/SP, com a implantação das grandes usinas de açúcar e álcool.

Ao mesmo tempo, esta agricultura modernizada passou a exigir grandes contingentes de mão-de-obra, provenientes de várias partes do país, constituindo-se, assim, um mercado de força de trabalho de milhares de migrantes temporários, que, pelas

imposições do processo produtivo, tiveram suas vidas divididas em dois tempos: o tempo nos canaviais e cafezais desta região e o tempo em suas terras de origem.

Ressaltamos também a importância do conhecimento da história dos locais de origem, freqüentemente marcada pela tomada de terras de pequenos parceiros, posseiros e sitiantes, por grandes fazendeiros, mercadores de terra ou empresas nacionais e estrangeiras.

A história registrou nestas últimas décadas o vaivém de milhares de pessoas destinadas ao trabalho duro nesta agricultura. A partir do início dos anos de 1990, com o emprego de máquinas colhedoras de cana houve uma verdadeira redefinição da cartografia migratória, pois, cada vez mais, as empresas exigem força de trabalho jovem, desempregando os que possuem acima de 30 anos de idade. Este fato tem gerado a vinda de trabalhadores do Piauí e Maranhão e de outros estados do Nordeste, além do Vale do Jequitinhonha/MG.

Para muitos migrantes, as porteiras das usinas estão fechadas. Cada vez mais, verifica-se o aumento dos casos de exclusão social, identificada pelos trecheiros, andarilhos e moradores de rua, presentes em todas as cidades desta rica região. Reconstruir esta história mediante a inclusão dos trabalhadores migrantes como protagonistas, como agentes sociais que fazem história, tem sido o eixo principal em torno do qual giram as reflexões e as práticas da Pastoral. Refletir sobre o passado, resgatar a própria experiência de vida e também aquela vivenciada pelos antepassados é um caminho seguro para a reconstrução da própria identidade e de um futuro onde as pessoas possam ter além do direito de ir e vir, o direito de ficar, de estar, de pertencer a algum lugar, de parar, de ser alguém no

mundo e deixar de ser ninguém no mundo.

Nos dias de hoje, vale a pena mencionar ainda o importante papel desempenhado pelos agentes da Pastoral em torno da vigilância de trabalho escravo nas usinas e fazendas. Nos últimos anos, estas denúncias têm aumentado significativamente. Os relatórios anuais dos agentes pastorais descrevem as condições dos alojamentos, o sistema de exploração imposta e também a forma de denúncia ao Ministério Público, Polícia Federal e Ministério do Trabalho. Por outro lado, tais denúncias são veiculadas pela Imprensa e também pela Televisão.

A longa caminhada dos inúmeros agentes da Pastoral vem sendo caracterizada por um leque bastante variado de ações produzidas no contexto de diferentes conjunturas sociais, políticas e religiosas. Assim sendo, paradoxalmente, a grande missão de seus membros tem sido a defesa dos direitos humanos e sociais dos trabalhadores rurais migrantes, no período pós-ditadura militar. Apesar da vigência da democracia a partir de 1985, a efetividade do respeito ao próximo, dos direitos dos cidadãos ainda continua sendo um ideal a ser conquistado neste país, marcado pelo domínio e a lei daqueles que detêm o poder econômico e político.

No que tange à conjuntura religiosa, grandes mudanças também foram constatadas neste período histórico. Nos anos de 1980, o ideal libertário da Teologia da Libertação era a meta de leigos e clérigos filiados às Comunidades Eclesiais de Base, às distintas Pastorais, cujas atuações abarcavam todos aqueles que sofriam os efeitos das desigualdades sociais e econômicas. Em virtude do retrocesso imposto aos seguidores da Teologia da Libertação pelo Pontificado de João Paulo II, o papel social da Igreja

Católica com os marginalizados foi bastante comprometido, por meio da transferência de muitos agentes para outras funções, punições, restrições e advertências, fechamento de centros de formação religiosa e assim por diante.

Ainda que vigiados e vigilantes, os pastores dos migrantes continuaram percorrendo seus caminhos e seus ideais. Muitos foram transferidos para outros lugares e até mesmo para outros países. Outros, depois de alguns anos, regressaram. Eles também experimentam a situação de migrantes. Apesar do vaivém, da mudança de algumas práticas, eles continuam sendo os *heróis que vão evangelizar*, segundo as palavras de Scalabrini. São os peregrinos, juntamente com os trabalhadores rurais migrantes, da resistência miúda, porém cotidiana, produzida nas grotas e veredas, no eito dos canaviais, cafezais, laranjais, nos quartos de pensões, nos alojamentos, nos estábulos transformados em alojamentos ... enfim naqueles espaços pouco visíveis, escondidos e ocultados da grande maioria da população desta região. É aí neste mundo social escondido que as mensagens de esperança, fé, libertação, cidadania, direitos são edificadas. Paraphrasing Walter Benjamin, talvez, seja este o rumo da história da libertação:

“Sabe-se que era proibido aos judeus investigar o futuro. Ao contrário, a Tora e a prece se ensinam na rememoração. Para os discípulos, a rememoração desencantava o futuro, ao qual sucumbiam os que interrogavam os adivinhos. Mas nem por isso o futuro se converteu para os judeus num tempo homogêneo e vazio. Pois nele cada segundo era a porta estreita pela qual podia penetrar o Messias” (Benjamin, 1987, p. 232).

* *Maria Aparecida de Moraes Silva é Prof^a. Visitante do PPG/Geografia/UNESP/PP e do PPG/Geografia/USP e Pesquisadora do CNPq.*

NOTAS

1- Em maio 1984 a região foi cenário de expressivo e contundente movimento dos bóias-frias abrangendo várias cidades, com repercussões mais fortes em Guariba. Em 15 de maio houve o “levante” a greve dos bóias-frias. No município de Dobrada houve um movimento expressivo por parte dos trabalhadores e com envolvimento de lideranças do Sindicato e da Paróquia. A casa paroquial serviu de espaço para reuniões neste período de luta e reivindicações. Em junho de 1984, por ocasião da Semana do Migrante, realizamos um Encontro com os Migrantes e bóias-frias em Dobrada. (30 participantes). Em julho os migrantes dos alojamentos (mineiros) receberam a visita de D. Enzo, Pe. Pedro e Ir. Paula da Diocese de Araçuaí/MG, presença missionária dos agentes pastorais da região de origem dos migrantes, que já vinha ocorrendo anualmente desde 1979. Por ocasião desta visita houve uma denúncia por parte da Igreja (origem-destino) sobre a exploração por parte dos gatos no Alojamento S. Vicente, município de Pitangueiras.

Em março de 1985, vem para assumir a paróquia o Pe. Antenor Dalla Vecchia, missionário escalabriniano, que passa a residir em Sta Ernestina. Veio acompanhado do Pe. Alfredo José Gonçalves, o qual veio para permanecer um tempo em sua companhia. Foi a partir de 1985 que começamos a denominar nosso trabalho como Pastoral do Migrante, fruto de uma caminhada das duas Congregações e do Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM) que vinha se organizando em nível nacional. Como equipe foi elaborado um Projeto Sócio-Pastoral junto aos migrantes sazonais.

Em maio de 1985 ocorreram novas mobilizações dos bóias-frias (3 dias de greve) abrangendo 26 municípios. Em junho houve eleições do STR de Dobrada, sendo eleito presidente Valditudes (Ratinho) um pernambucano, que se aproximou e assumiu também a causa dos trabalhadores migrantes sazonais. Em 1986 passa integrar a equipe o Pe. Garcia Peres Neto. Em 1989, houve a ampliação do trabalho com a presença de dois leigos: Anísio Reis (mineiro) e Antônio (baiano), além do assessor, Edson Antonio da Silva. Em 1990, passa a integrar a equipe, Ir. Lourdes dos Santos Batista. Neste mesmo ano, houve o lançamento do vídeo, *As andorinhas, nem cá e nem lá*, da Professora, Maria Aparecida Moraes Silva – UNESP Araraquara-SP, que

já vinha mantendo contatos conosco desde 1987. Em 1991, houve o lançamento do vídeo, *Califórnia à Brasileira*, pelo CEDI e Pastoral do Migrante. “Em 1991, integra a equipe o Pe. Carlos Cigolini; em 1992, Ir. Goreti; em 1993, Pe. Valdecir Molinari. Em fevereiro de 1993, houve a transferência dos missionários para o município de Guariba. Outros agentes liberados passaram a fazer parte da equipe: Paulo André, Elielson Carneiro da Silva, Janilson, Agnaldo, Valdecyr e Jadir Ribeiro. Em 1995, integram a equipe, Pe. José Roberto Rodrigues e Ir. Maria de Fátima Pereira e Ir. Clélia. Atualmente, os Padres, Adelino De Carli, Arlindo Pedrini e Garcia Peres e as Irmãs, Fátima Pereira, Rosalda Zampier e Inês Facioli são os responsáveis pela Pastoral dos Migrantes em Guariba” (Depoimento de Inês Facioli).

2- Esta entrevista ocorreu no âmbito da pesquisa sobre a participação política das mulheres trabalhadoras rurais. Conteí com a colaboração dos estudantes de então, Luís Antônio Barone, Graziela Lima e Edson Antônio da Silva do curso de Ciências Sociais/UNESP/Araraquara.

3- O sistema de sete ruas implicava no corte de sete ruas, o que correspondia ao aumento de esforço do trabalhador no momento do corte, e, logo, a diminuição da produtividade e dos ganhos salariais. Antes, vigorava o sistema de cinco ruas.

4- Os Vídeos *A memória em nossas mãos* e *Guariba 1984* retratam a situação dos trabalhadores rurais naqueles momentos. Direção e roteiro: José Roberto Novaes e Francisco Alves, 2002.

5- As celebrações foram coordenadas pelo Padre Antenor e irmãs da Pastoral dos Migrantes. Os relatos de pesquisa foram feitos por Edson Antônio da Silva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENJAMIN, W.
(1987) Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, W. *Obras escolhidas. Magia e técnica*. V. I. São Paulo: Brasiliense, p. 222-232.
- MORAES SILVA, M. A.
(1999) *Errantes do fim do século*. São Paulo: Edunesp.
- SCALABRINI, J. B.
(1989) A igreja e as migrações. In: CONGREGAÇÕES SCALABRINIANAS. *Scalabrini. Uma voz atual*. São Paulo: Edições Loyola.

DO CENTRO DOS ITALIANOS AO CENTRO DOS MIGRANTES NA CIDADE DE SÃO PAULO

Pe. Gelmino Costa *

O IMIGRANTE ITALIANO EM SÃO PAULO

O ano de 1886 marcou o início da imigração italiana organizada para o Brasil. Os que chegaram antes desta data foram numericamente insignificantes. O número maior de italianos acabou ficando no Estado de São Paulo e alcançou o seu auge na segunda década de 1900. A partir de então o número foi diminuindo por causa dos retornos, das mortes e das naturalizações. O Censo de 1940 registrava ainda a presença de 235 mil italianos no Estado de São Paulo¹.

A história da imigração italiana em São Paulo foi marcada por diversos binômios opostos: muitos imigrantes se deram bem e se integraram com a sociedade brasileira, outros voltaram à pátria de origem; alguns foram marcados pelo sucesso e outros pelo insucesso; alguns fizeram parte da elite empresarial, enquanto outros nunca deixaram da classe operária; alguns ocuparam postos de liderança dentro do movimento operário, pois já haviam participado de lutas operárias na Itália, outros se alinharam aos patrões pois tinham sido por eles favorecidos; muitos eram bem aceitos

pelos operários brasileiros, outros eram mal vistos, pois ocupavam os melhores postos nas fábricas. Essa situação gerou conflitos, às vezes latentes e outras expressos, entre italianos e brasileiros, mas não se pode falar de conflito étnico de maiores proporções. Às vezes, patrões, políticos e polícia tentaram jogar os brasileiros contra os estrangeiros, em geral não conseguiram, mas conseguiram sim, expulsar muitos imigrantes do Brasil.

Não podemos ser simplistas e afirmar que os italianos em São Paulo não tenham passado pela competição e pelo conflito com os brasileiros. Porém, também é verdade que a convivência entre italianos e brasileiros foi bastante fácil desde o início. Muitos brasileiros gostavam do jeito de viver dos italianos, como afirma o sr. Antônio: "*Os italianos não pegaram os hábitos dos caboclos, pelo contrário, eram os caboclos que assimilaram os hábitos dos italianos*" (Bosi, 1987:166). A ausência de maiores atritos e a facilidade de integração na opinião de Ângelo Trento, dependeu de dois fatores: "*A rapidez da assimilação dos italianos em relação ao novo ambiente e a*

facilidade com que o mundo brasileiro acolheu e fez próprios alguns dos hábitos e costumes trazidos pelo imigrante" (Trento, 1989: 194). Outro fator que favoreceu a integração foi a religião. Os italianos eram católicos e chegaram num país 'católico'. A fé, a missa dominical, as devoções e as festas colocaram sempre lado a lado brasileiros e italianos. Além do mais, os italianos trouxeram para o Brasil ritos e devoções que foram incorporados ao culto brasileiro. Aconteceu uma espécie de simbiose entre as duas culturas. Desta maneira ficou abrandada a parte dolorida e dramática da imigração, mesmo que, para a maioria dos italianos, o sonho de "*fare l'America*", não tenha acontecido. Porém, somando a hospitalidade dos brasileiros às virtudes dos imigrantes, a pátria de exílio tornou-se pátria mãe.

A CONGREGAÇÃO DOS MISSIONÁRIOS DE SÃO CARLOS

A segunda metade do século XIX foi um período muito difícil para a Itália: politicamente aconteceram as

lutas pela Unificação; economicamente vivia-se o processo da industrialização, gerando o esvaziamento do campo, multiplicando a massa de desempregados; socialmente acontecia o fenômeno maior da emigração. É nesta situação que uma pessoa se sobressaiu pela obra em favor dos emigrantes, o bispo de Placência, João Batista Scalabrini. No auge da emigração, 1887, ele fundou a Congregação dos Missionários de São Carlos para acompanhar os emigrantes; fundou a Associação Leiga São Rafael para a defesa dos emigrantes no país de partida, em sua viagem e no país de chegada; em 1895, fundou a Congregação das Missionárias de São Carlos. Desenvolveu uma obra intensa em favor dos emigrantes, não só em nível religioso, mas também social e político. Em 1901 visitou os italianos nos Estados Unidos e em 1904 no Brasil e Argentina. Faleceu em 1905.

Os Missionários de São Carlos chegaram em São Paulo em 1895 e se instalaram na região do Ipiranga. A sua primeira obra foi o Orfanato Cristóvão Colombo, em favor dos órfãos filhos de imigrantes e de brasileiros. O Orfanato, por dez anos constituiu-se a única residência própria dos Missionários e o ponto de apoio de suas viagens apostólicas. Saindo do Ipiranga, eles se dirigiam ao interior do Estado passando de fazenda em fazenda, dando atendimento espiritual e depois de um mês de incursões, regressavam ao Orfanato. Chegavam a visitar em torno de 2.500 fazendas por ano.

Em 1904, com a visita de Dom Scalabrini a São Paulo, iniciou-se uma segunda etapa que é de expansão e sedentarização da Congregação. Os Escalabrinianos assumiram diversas posições: em 1904 a paróquia de São Bernardo do Campo (que abrangia toda a região do ABC) e a região de

Cordeirópolis, Santa Gertrudes, Cascalho no interior do Estado; em 1908 a igreja de Santo Antônio da praça do Patriarca no centro da capital; em 1910 duas posições em São José do Rio Claro; em 1911 diversas posições em Ribeirão Preto, além das novas paróquias de Santo André e Ribeirão Pires. Foi um período de expansão e de sedentarização. A missão com os imigrantes foi levada em frente a partir das paróquias, mas estas eram para toda a população, por isso, aos poucos as missões foram perdendo a característica de atender prioritariamente os imigrantes e se tornaram paróquias territoriais como as demais. Assim a Congregação ficará até meados da década de 1930 quando renasceu a vontade de recuperar o trabalho específico em favor dos imigrantes italianos. Sua expressão principal em São Paulo será a criação do Centro dos Italianos. A fim de contextualizar este Centro faz-se necessária uma palavra sobre os Nacionalismos brasileiros e a Itália nova.

O CENTRO DOS ITALIANOS

Como vimos, a presença escalabriniana se expandiu muito entre 1904 e 1912. A este período vão seguir quase trinta anos de estagnação, sem novas aberturas e com diversos fechamentos. Aos poucos o carisma da Congregação foi se apagando e o missionário escalabrinino não se distinguia dos demais sacerdotes. Enquanto uns foram aceitando este novo estado de coisas, outros se insurgiram a tal ponto de pedirem a retirada de todos os escalabrinianos de São Paulo, mantendo somente o Orfanato Cristóvão Colombo, como aparece numa carta enviada em 1919 por um grupo de escalabrinianos ao

Capítulo geral da Congregação: “*Os abaixo-assinados, Missionários de São Carlos, considerando que nossas missões do Estado de São Paulo, por quanto se sabe por testemunhas dignas de fé, não têm mais razão de existir, tendo-se desfeito nelas a finalidade e o espírito do nosso Instituto, como explicará pormenorizadamente o portador desta, propõem à assembléia capitular que seja decretada a supressão de tais missões...*”².

No início dos anos 30 chegaram a São Paulo alguns padres jovens com muita vontade de levar adiante a luta pelo específico escalabriniano e pela renovação da Província. Quem mais vai batalhar será o padre Francisco Milini. Em 1935 ele foi nomeado superior provincial. Sua bandeira principal será fazer nascer no centro de São Paulo uma missão para os italianos (Costa, 1992). Começou constatando: “*Não é preciso um estudo profundo nem minucioso para demonstrar como a Pia Sociedade direta e eficazmente bem pouco faz em São Paulo para a assistência dos italianos*”³. Padre Milini convidou os demais padres a estudar a situação e levantar propostas. Aos poucos foi ficando clara a idéia de uma iniciativa no centro da capital paulista, “*Precisa pensar uma igreja construída possivelmente no centro da cidade, aonde os italianos possam chegar de todas as partes e a ela possam ser encaminhados esses nossos conacionais que vem do interior do Estado ou chegam da Itália*”⁴. O projeto era muito delicado, por muitos motivos, e sobretudo porque em São Paulo se fazia forte o movimento nacionalista e o próprio Arcebispo, Dom Duarte era nacionalista. Ele não estava disposto em acolher o pedido do padre Milini. Porém, o projeto como tal, foi acatado pelo Cardeal Rossi (Superior geral) e pela Santa Sé. O padre Milini, no dia 8 de junho de

1936 encaminhou ao Arcebispo o seguinte pedido: "Il.mo e Rev.mo. Sr. Dom Duarte Leopoldo e Silva, Arcebispo Metropolitano de São Paulo. A Pia Sociedade dos Missionários de São Carlos, cujo fim principal é a assistência espiritual aos italianos residentes no estrangeiro, desejando realizar na cidade de São Paulo suas finalidades, por intermédio do seu superior regional, abaixo-assinado, vem humildemente expor suas intenções, com a ereção: a) de uma casa religiosa, para residência dos padres; b) de uma igreja, onde organizar a assistência religiosa, não em forma paroquial, mas sim de ação social, não limitada em um território, mas que abrange todos os elementos da colônia italiana; c) de um salão de

festas; d) de uma escola; e) de um dispensário" ⁵. O específico deste projeto se manifesta no pedido de uma presença não paroquial e no interesse pela totalidade da vida: casa religiosa, igreja, escola e lazer. No dia 10 de julho do mesmo ano, Dom Duarte sabendo da vontade do Cardeal Rossi e da Santa Sé, deu o seu consentimento, através da seguinte provisão: "Atendendo ao que nos apresentou o superior dos Missionários de São Carlos, padre Francisco Milini, solicitando a licença para erigir sua casa religiosa, havemos por bem conceder à referida Sociedade, licença para abrir uma residência à rua Glicério a fim de organizar a assistência religiosa em favor da colônia italiana de São

Paulo" ⁶. Todos ficaram admirados pela rapidez com que o Arcebispo dera o seu consentimento, mesmo que sutilmente ele fale só de uma residência religiosa.

No final de agosto o padre Milini adquiriu o terreno já previsto na rua do Glicério. A igreja dos italianos foi pensada para ser uma obra de impacto para a Congregação e para a assistência da colônia italiana. Era esse o desejo do próprio Cardeal Rossi que desejava 'firmar a Pia Sociedade e colocá-la decisivamente no caminho da assistência aos italianos imigrantes'.

Mas seria necessário muito dinheiro para levar em frente este projeto. Donde vinha tanto entusiasmo e tanta confiança do padre Milini? Da amizade que ele tinha com as pessoas

Pe. Francisco Milini e senhoras integrantes da Associação N. Sra. da Paz / Arquivo da Paróquia.



do Consulado, sobretudo com o cônsul Giuseppe Castruccio e sua esposa Elisabetta. O projeto foi arquitetado no Consulado. O consulado teria a tarefa de envolver os imigrantes na euforia da construção da Nova Itália⁷. Uma das características do nacionalismo era a união do binômio pátria/fé. A igreja dos italianos seria para os italianos de São Paulo um marco de sua fé e de sua pátria. Milini disse como constituiu o Comitê para a construção: *"Pensei formar um Comitê entre os melhores dos nossos elementos, patrocinado pela muito boa senhora condessa Elisabetta Adamocz Castruccio, mulher do nosso Cônsul Giuseppe Castruccio que também prometeu todo o seu apoio para essa obra"*⁸. O cônsul via na iniciativa *"uma faísca capaz de reacender aquela chama de amor pátrio, durante muito tempo vivido à sombra da fé"*⁹. Esta opinião era partilhada pelos escalabrinianos que se viam investidos da *"missão de cultivar na alma dos italianos no exterior, ao mesmo tempo o sentimento da religião e o sentimento da pátria"*¹⁰. Tanto para o Consulado como para os escalabrinianos, a igreja dos italianos: a) se constituiria no único centro de italianidade que desafiaria o tempo, b) seria a referência para os italianos em São Paulo, c) seria a faísca para reacender o amor pátrio, d) tudo seria feito à sombra da fé. O cônsul Giuseppe Castruccio, que tinha recebido a medalha de ouro de Mussolini, procurou o conde Francisco Matarazzo que também recebera a mesma medalha. O embaixador Loiacano disse que aprovava e encorajava o projeto. Mas quem vai assumir a liderança da construção será a família Crespi, sobretudo a condessa Marina. A associação da União Católica Italiana, por não ter ficado com a direção do projeto, deixou de dar o seu apoio. Não devemos esquecer que o clima anti-clerical não estava

morto.

As reuniões se multiplicavam, as intenções eram bonitas, mas o projeto não avançava na prática.

Parecia que a idéia de construir um centro de italianidade fora perdendo força. Aos poucos os escalabrinianos sentiam que a obra tinha que ser assumida por eles mesmos, pela Igreja e pela Congregação. Assim o projeto tomou um novo rumo, trocou de característica. Ele perderá o caráter político e étnico, ligado à pátria para tornar-se um projeto eclesial. O primeiro passo feito foi trocar o nome, concluindo-se que a melhor escolha seria dedicá-lo à Nossa Senhora, e como os tempos eram difíceis, à Nossa Senhora da Paz: *Regina Pacis*. Além da devoção mariana a escolha se deu ao soar de um novo conflito mundial. Desejava-se a paz no mundo, mas também entre as diversas correntes de italianos de São Paulo. A mudança de nome agradou tanto ao Cardeal Rossi (superior geral) quanto a Dom Duarte, Arcebispo de São Paulo que no dia 4 de julho de 1938 o oficializou.

Sem o apoio do consulado, como levantar o dinheiro para as obras! Padre Milini parecia desanimar, quando apareceu o braço direito, como ele confessou mais tarde: *"Em tal situação dava para desanimar, se a fé em Deus não nos tivesse sustentado e a Providência não tivesse colocado ao nosso lado a senhora Elisabetta Castruccio. Na impossibilidade de formar um comitê de co-nacionais, com participação de nossas autoridades consulares, a senhora Castruccio idealizou a formação de uma associação com objetivo religioso e os seus membros se encarregariam da 'igreja dos italianos'. A associação denominou-se: Associação N. Sra. da Paz"*¹¹. A idéia da senhora Castruccio foi como a luz que apontou o final do túnel. Padre Milini sabia da liderança que esta senhora tinha sobre toda a elite

italiana de São Paulo, por isso ele abraçou a idéia com ambas as mãos. Elaborou os estatutos e estruturou a Associação, que foi aprovada pelo Arcebispo no dia 2 de julho de 1938. Imediatamente a Associação que, já no primeiro ano contava com mais de cem senhoras, além de animar a vida religiosa, começou a arrecadar fundos para as obras, sempre sob a liderança principal das condessas Castruccio e Crespi, que contarão com o apoio da 'casa' Matarazzo desde a pedra fundamental até a conclusão das capelas laterais.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA PAZ

No terreno adquirido foi construída uma capela de madeira onde se reuniam a coletividade italiana e a associação da União Católica Italiana, além dos fiéis do lugar. Inesperadamente, no dia 24 de março de 1940, o Arcebispo transformou a capela em paróquia Nossa Senhora da Paz. O menos que se possa dizer é que a criação da paróquia colheu a todos de surpresa. Ainda não existia nenhuma estrutura paroquial, nem residência religiosa, só uma capelinha. Havia o terreno baldio e o futuro projeto. Ainda faltavam sete meses para o lançamento da pedra fundamental do futuro templo. O bispo virou o projeto. Os Escalabrinianos tinham pedido para construir uma igreja, onde organizar a assistência religiosa dos italianos, não em forma paroquial. O projeto partira em nome da pastoral do migrante, subitamente foi transformado em mais uma paróquia.

A festa do lançamento da pedra fundamental aconteceu no dia 20 de outubro de 1940. *"Da igreja de Santo Antônio, praça do Patriarca, saiu uma imponente procissão de transladação*



Primeira capela construída no terreno da Rua Glicério, adquirido em 1936, transformada em Paróquia N. Sra. da Paz em março de 1940 / Arquivo da Paróquia.

da imagem de Nossa Senhora da Paz para a sua igreja provisória”¹². Foram diversos milhares de pessoas que, saindo da praça do Patriarca ou se ajuntando pelo caminho chegaram à Baixada do Glicério. A festa teve um cunho popular, mas lá estava o Arcebispo acompanhado das autoridades civis e militares. Foram madrinhas as condessas Elisabetta Castruccio, Clemy Biondelli e Giovanna Simonis. Enquanto o Arcebispo abençoava a primeira pedra, chegava, via radiograma, a bênção do papa Pio XII: “Núncio Apostólico. Rio de Janeiro. O augusto Pontífice, participando da alegria dos padres escalabrinianos de São Paulo, pelo lançamento da primeira pedra da nova

igreja, abençoa os participantes do auspicioso rito, invocando os favores celestes sobre os promotores e benfeitores da piedosíssima empresa. Ass. Cardeal Maglione”¹³.

Neste clima as obras partiram com ritmo acelerado e avançavam a todo o vapor. O Arcebispo, ao abençoar a pedra fundamental, expressara o desejo que ela fosse entregue ao culto por ocasião da abertura do Congresso Eucarístico Nacional a ser realizado na capital paulista em setembro de 1942. E assim se fez. No dia 30 de agosto de 1942, ele deu início à cerimônia. “Aberto o portão de entrada, a senhora madrinha da cerimônia Marina Crespi, cortou a fita auri-verde da entrada, franqueando deste modo

o ingresso no novo templo”¹⁴. Havia muita gente. Estimou-se a presença de cinco mil pessoas. Havia representantes dos congregados marianos do Uruguai e do Chile e de diversos Estados do Brasil. Chegou também um telegrama do Papa.

A igreja fora inaugurada e aberta ao culto, porém, as obras deveriam ser prolongar por muito tempo. Elas vão ser levadas em frente de duas maneiras, pela cooperação do povo que contribuiu com milhares de pequenas doações, coletas e animando as festas e pelo apadrinhamento de famílias ricas de São Paulo, todas italianas, com a exceção do português Joaquim dos Santos Azevedo, que casara com a senhora Lia, italiana.

Assim, pode-se dizer que tanto a igreja como o Centro Assistencial, foram frutos da mobilização e da ação do bairro, coadjuvados economicamente por famílias ricas da coletividade italiana.

A igreja Nossa Senhora da Paz recebeu os aplausos de muitos artistas e críticos por dois motivos, pela sua beleza e arte e por estar localizada num bairro muito pobre. Menotti Dal Picchia escrevia em 1946: "*No tumultuário Braz, estão erigindo com tijolos de cerâmica, uma ilha de amor e de silêncio, na rua Glicério, num panorama sem sentido (...) Estou diante do mais belo templo de São Paulo. Três admiráveis artistas, Emmendabile, Penacchi e Pettini realizaram religiosamente a sua obra prima (...). Nenhuma igreja nossa, nesse sentido, é comparável em graça, beleza e sensação litúrgica à casa Nossa Senhora da Paz*"¹⁵. Leonardo Arroyo que descreveu as igrejas de São Paulo, não poupou louvores à igreja da Paz: "*O mais original de todos os templos de São Paulo. Pedras, mármore e bronze, transformados em ternura e espírito*" (Arroyo, 1954: 328).

Em 1945, o embaixador dos USA, visitou a igreja da Paz e assim se expressou: "*ótima idéia foi de construir um templo tão belo, não no Jardim Paulista ou em bairros residenciais aristocráticos, mas sim, numa região habitada por pobres trabalhadores, que devem sentir-se orgulhosos de possuírem um tesouro artístico perto das próprias moradias e das fábricas onde trabalham, com a ampla possibilidade de se extasiarem na contemplação de coisas tão bonitas e de se educarem na compreensão do belo*"¹⁶.

No início de janeiro de 1946, a pintora Norte Americana, Florence Arquin, por indicação do escritório de Cooperação Internacional de Washington, esteve no Brasil. Um

jornalista da *Gazeta de São Paulo* perguntou se ela tinha visto no Brasil alguma edificação moderna importante. Ao que ela respondeu "*Inúmeras. O ministério da educação no Rio, o Cassino de Pampulha em Belo Horizonte, onde se atingiu o clímax da fusão entre a escultura e a arquitetura, a igreja Nossa Senhora da Paz aqui em São Paulo, onde se encontram as melhores soluções pictóricas e arquitetônicas dedicadas funcionalmente ao ofício religioso*"¹⁷.

UM PROJETO ABERTO

Em 1945, quando os Missionários de São Carlos festejavam o Cinquentenário de sua presença em São Paulo, o Cardeal Carlos de Vasconcellos Motta abençoou a pedra fundamental do Centro Assistencial do Glicério, projetado para atender a coletividade italiana e os moradores do bairro. Assim ele tinha sido pensado ainda em 1939: "*Seguindo o exemplo do inolvidável padre Faustino Consoni*¹⁸, nós, padres Missionários de São Carlos, teremos em particular conta os pobres, proporcionando-lhes um auxílio que os dispense de, vergonhosamente, mendigar um pedaço de pão, ao qual eles também têm direito"¹⁹.

O Centro Assistencial previa: residência dos padres, igreja, creche, escola para adolescentes e jovens, escola de adultos, salão de esporte, teatro e cinema, sede das associações. Era um projeto global e integrado, atingindo os principais espaços da vida.

A vitalidade extraordinária da paróquia era comandada pelos diversos movimentos, Cruzada Eucarística, Apostolado da oração, Irmandade do Santíssimo, Congregados Marianos e Filhas de Maria, o movimento de jovens e moças reunia mais de mil pessoas, havia as festas, as procissões

feitas na madrugada, as missas por categorias: operários, alunos, italianos. Enfim, a comunidade da Paz não era um grupo fechado. Seguidamente acolhia os órfãos do Cristóvão Colombo, os grupos de São Bernardo, Santo André, Ribeirão Pires e Mauá para tomarem parte das celebrações. Outras vezes, eram os grupos da Paz que se deslocavam para fora da paróquia.

Embora parecesse somente uma paróquia a mais, ela também era a igreja dos italianos. Desde 1939 eles tinham na igreja da Paz o seu local de encontro, lá eles se sentiam em casa. Lá todos os domingos era rezada a missa em italiano, a única em São Paulo durante muitos anos.

Assim, quase espontaneamente, quase naturalmente, foi acontecendo uma comunhão entre italianos e brasileiros. A igreja da Paz, além de viver um projeto integrado com a Diocese, integrou a pastoral dos nacionais com a pastoral dos estrangeiros. As coisas foram acontecendo num movimento de aproximação e de convivência entre as duas etnias, sem ecos de grandes conflitos, traumas ou rejeição em nenhuma das partes. Foi acontecendo a comunhão alicerçada no mútuo respeito e na força da fé. Falar de comunhão, talvez não seja tão correto, mais acertado seria falar que tanto os italianos de São Paulo, como os brasileiros residentes no bairro do Glicério (Liberdade), sempre se sentiram afetiva e efetivamente ligados à igreja da Paz.

A retomada da emigração italiana para o Brasil aconteceu depois do término da Segunda Guerra Mundial (1945), quando a cidade de São Paulo viu chegar um número bastante elevado de italianos. Durante mais de 15 anos, o Centro Nossa Senhora da Paz transformou-se no centro dos italianos. Os religiosos que atuaram

naquela época falam de anos com intensa presença de italianos. Lá era o verdadeiro lugar do encontro, da celebração e da festa dos novos imigrantes italianos chegados em São Paulo; lá também acontecia o aprendizado da língua italiana por parte dos filhos dos imigrantes. Imigrantes e autoridades consulares não tinham medo de dizer que a igreja da Paz era o verdadeiro 'consulado dos italianos'. Lá eram celebradas as festas religiosas e pátrias dos italianos. Por lá passaram as autoridades italianas que chegavam a São Paulo, como foi o caso de Gronchi, Presidente da Itália.

O Centro da Paz, pensado para ser o Centro para os italianos, parece que seguiu os mesmos passos da Congregação dos Missionários de São Carlos que também tinha sido fundada para acompanhar os migrantes italianos. A partir da década de 1960, a Congregação se abriu para os migrantes de todas as nacionalidades. Também o Centro da Paz foi se abrindo, primeiro aos migrantes internos, sobretudo vindos do Nordeste do Brasil, em seguida, aos imigrantes coreanos que, durante diversos anos, foram acolhidos na igreja da Paz.

A partir da década de 80 começaram a chegar os imigrantes vindos de outros países da América do Sul como, paraguaios, bolivianos, chilenos, peruanos como também da África. Todos eles encontraram e encontram no Centro da Paz um lugar de acolhida, de orientação, de encaminhamento da documentação e de defesa dos direitos. Lá eles se encontram e celebram suas festas religiosas e pátrias. Lá acontece também a festa das Nações contando com a presença das diversas coletividades de imigrantes que existem na cidade. É significativo que a Igreja da Paz que, inicialmente reservou o seu espaço para os patronos da Itália, também soube ultimamente

abrir-se e acolher as capelas dos(as) padroeiros(as) do Peru, da Bolívia, do Paraguai e do Chile.

O Centro da Paz inclui também um Centro de Estudos Migratórios e a Casa do Migrante que acolhe permanentemente em torno de 100 pessoas entre internos, imigrantes e refugiados.

Concluindo, o Centro da Paz continua sendo atualmente o lugar referencial do fenômeno migratório na cidade de São Paulo, não só na área religiosa, mas também social. Para lá se dirigem os migrantes. Lá chegam estudiosos do fenômeno migratório. Para lá se dirigem os jornalistas com suas questões sobre fatos relacionados com os migrantes em São Paulo.

Projetado para ser o Centro dos italianos, tornou-se o Centro dos Migrantes. A migração é um processo dinâmico e o Centro estará sempre a caminho, não só para se tornar o espaço onde os migrantes de diversas nacionalidades se reúnem, mas para transformar-se num espaço intercultural.

** Pe. Gelmino Costa é Escalabriniano, mestre em Teologia Dogmática / História da Evangelização na América Latina.*

NOTAS

- 1 - Revista Brasileira de Estatística, 1950, p. 326.
- 2 - Arquivo geral da Congregação, Carta dos padres A. Rizzi, L. Guglieri, G. Costa e C. Porrini, Santo André, 2 de julho de 1919.
- 3 - Arquivo geral da Congregação, Carta do padre Milini ao Cardeal Rossi, Santo André, 1935.
- 4 - Arquivo geral da Congregação, Idem.
- 5 - Arquivo geral da Congregação. Carta do padre Milini, Santo André, 22 de julho / 1936.
- 6 - Arquivo geral da Congregação, Provisão de Dom Duarte, 10 de julho de 1936.
- 7 - O movimento da Itália Nova foi lançado por Mussolini e pelo Fascismo no intuito de levantar o patriotismo nacional e construir uma nova Itália, forte e imperial. Para tanto, era necessário não só envolver os italianos

da Península, mas também chegar aos milhões de italianos que haviam deixado a mãe-pátria. Os consulados italianos constituíram-se em veículo privilegiado para o repasse dos ideais fascistas, que foram assumidos, principalmente, pelas escolas, associações e elites italianas. Por outro lado, cite-se que houve também muita indiferença frente ao projeto da Itália Nova e até mesmo o surgimento do movimento antifascista.

8 - Arquivo geral da Congregação, Carta de Milini, Santo André, 29 de setembro de 1936 ao Cardeal Rossi.

9 - Arquivo provincial, Breves considerações a respeito da Fundação da igreja dos italianos em São Paulo, sob o título de N. Sra. da Paz, São Paulo, 21 de agosto de 1941.

10 - Idem.

11 - Idem, ibidem.

12 - Mensageiro da Paz, dezembro/1940, p.4.

13 - Livro do Tombo da paróquia, p. 5v.

14 - Mensageiro da Paz, outub./1942, p.7-8.

15 - Mensageiro da Paz, jan/1946, p.14-15.

16 - Mensageiro da Paz, dezembro de 1945 e janeiro de 1946, pp. 14-15.

17 - Mensageiro da Paz, fevereiro/1946, p.12.

18 - Padre Faustino Consoni, de 1898 até o início da década de 1930, foi o principal animador dos Missionários de São Carlos que estavam nos Estados de São Paulo e Paraná, além de ter sido durante muitos anos o Superior Provincial e o Diretor do Orfanato Cristóvão Colombo do Ipiranga, São Paulo, capital.

19 - Mensageiro da Paz, novembro/1939, p.3.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARROYO, Leonardo
(1954) *Igrejas de São Paulo*. Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, p. 328.
- BOSI, Ecléa
(1987) *Memória e Sociedade, Lembranças de Velhos*. EDUSP, São Paulo, p. 166.
- COSTA, Gelmino
(1992) *O Sorriso da Pátria e o Consolo da Fé: O reencontro dos escalabrinianos com os italianos na cidade de São Paulo - Projeto Nossa Senhora da Paz*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Teologia Nossa Sra. da Assunção, São Paulo, (mimeo).
- TRENTO, Ângelo
(1989) *Do outro lado do Atlântico, Um século de imigração italiana no Brasil*. NOBEL, São Paulo, p. 194.

estudios migratorios latinoamericanos

Revista cuatrimestral publicada por el
Centro de Estudios Migratorios Latinoamericanos (CEMLA) - Bs.As. / Argentina
www.cemla.com cemla@cemla.com

N° 54

AÑO 18

AGOSTO 2004

ARTICULOS

Tendencias recientes de la migración internacional en América Latina y el Caribe

Jorge Martínez Pizarro

Entre la pasión y la familia: casamientos interétnicos de jóvenes italianos en el oeste paulista, 1889-1916

Karl Monsma, Oswaldo Truzzi e Silvia Keller Villas Boas

**Lengua nacional, lengua de inmigrantes, lengua materna:
políticas e ideologías en torno a los usos del coreano en la Argentina**

Corina Courtis

Redes flamencas en Mar del Plata: una aventura que comienza en Nieuwpoort (1950-1960)

Mirta Masid

La migración latinoamericana hacia Londres y transformaciones del espacio urbano

Patria Román Velázquez

NOTAS Y COMENTARIOS

Acerca de una historia de la familia

Suzana Torrado, Historia de la familia en la Argentina moderna (1870-2000)

Hernán Otero

De órdenes y desórdenes: La experiencia migratoria desde la perspectiva de los actores

Susana Masseroni (directora), Gabriela Mykietiw, Pablo Molina Derteano, Natalia Ponisio

REVISTA DE REVISTAS

CRITICAS BIBLIOGRAFICAS

Oliver Rathkolb, *Revisiting the National Socialist Legacy - Coming to terms with Forced Labor, Expropriation, Compensation and Restitution*

CRISTIAN BUCHRUCKER

Claudia Yelin, *Emigar: En busca de un espacio de amparo*

MARÍA CAROLINA FEITO

Ángela Lucía Di Tullio, *Políticas lingüísticas e inmigración. El caso argentino*

XOSÉ M. NÚÑEZ SEIXAS

MEMÓRIAS SOBRE A ABERTURA DO CARISMA ESCALABRINIANO



Pe. Giovanni Simonetto

Pe. Giovanni Simonetto nasceu em 1920, em Rosà (Vicenza), Itália. Entrou no Instituto Escalabriniano em 1933, em Bassano Del Grappa. Estudou em outros seminários da Congregação na Itália e se ordenou sacerdote em 1945, dois meses após o fim da Segunda Guerra Mundial. Em 1946, chegou ao Brasil, indo trabalhar inicialmente em Serafina Correa/RS, como coadjutor do Pe. Luís Pedrazzani. Em 1948, foi enviado como pároco a Campos Novos (Santa Catarina). Em 1952, foi nomeado Superior da Província São Pedro (Rio Grande do Sul). Em 1958, foi pároco de Guaporé (RS) por alguns meses, de onde foi destinado a abrir a sede missionária para os imigrantes italianos em Caracas (Venezuela), e uns anos depois foi nomeado Delegado da Direção Geral. De 1970 a 1974 foi Conselheiro Geral, em Roma, e de 1974 a 1980, Superior Geral da Congregação. De 1980 a 1986, trabalhou novamente na sede missionária de Caracas. Em 1986, retorna ao Rio Grande do Sul, e no ano seguinte é nomeado pároco de Serafina Correa, onde permanece até 1995. Logo após, trabalha como coadjutor em Nova Bassano (RS) e, desde 1998 está como coadjutor em Serafina Correa.

O depoimento do Pe. Giovanni Simonetto

Um dos temas que desde o início esteve em pauta para este número da Travessia, foi o da abertura do carisma da Congregação dos Missionários de São Carlos (escalabrinianos). De uma preocupação quase exclusiva pelos imigrantes italianos e seus descendentes, ela voltou-se progressivamente para todas as migrações. Poderíamos ter feito uma pesquisa mais exaustiva (e talvez fosse o ideal), resgatando a memória ainda viva de várias testemunhas desse processo. Preferimos, no entanto, dentro dos limites do espaço da revista, coletar um depoimento apenas que, mais do que examinar os meandros e detalhes da questão, traçasse um painel amplo sobre a época e os cenários da ação missionária escalabriniana, em que essas questões aflorariam, as colônias italianas da Serra Gaúcha. Queríamos assim também contemplar um capítulo privilegiado da história da Congregação no Brasil, a partir das memórias de um dos seus principais atores.

Com este intuito, viajamos ao Rio Grande do Sul em janeiro de 2005, para entrevistar o Pe. Giovanni Simonetto, “pescar” nas suas memórias os primórdios da redefinição do carisma, os conflitos daquela época, que estiveram na origem daquilo que se tornou hoje a Congregação. O quadro é a paisagem provinciana de Serafina Correa, famosa pelo seu cultivo das origens “italianas” da imigração, pela valorização do dialeto vênето, pelos monumentos aos colonos italianos, suas festas – e que naquele período do ano se encontrava esvaziada, pois muitos dos seus moradores foram às praias, procurando um desafogo ao trabalho realizado durante o ano nas lojas da cidade, nos escritórios e escolas, na fábrica do grupo “Perdigão”. Uma cidade esvaziada também pelo sol causticante que envolve tudo numa aura de torpor, num dos verões mais secos das últimas décadas.

Com o Pe. Giovanni, fui visitar várias das capelas rurais atendidas pela Paróquia. Atravessamos uma paisagem ressequida, em que vastos milharais esperavam ansiosamente o momento da chuva. Havia também muitas terras que não estavam cultivadas, e outras colônias que traziam em sua entrada, uma placa com as cores e o logotipo da “Perdigão”, com os dizeres “Família ... integrado”. Outras propriedades foram transformadas em residências secundárias ou em clubes de campo. Percebi, então, que um outro esvaziamento estava se produzindo, ou uma transformação que deixava para trás um modelo ainda hoje exaltado de família, apoiado no campesinato católico, formado nos valores do trabalho, da fidelidade à comunidade, no cultivo da terra. Unido às famílias que se deslocavam ao centro da cidade, que trabalhavam em escritórios e fábricas, que se deixavam contratar pela “Perdigão” e montar imensos galpões para a criação industrial de aves, ou que se submetiam à indústria do lazer, também se percebiam as comunidades rurais mais e mais esvaziadas. Em cada uma delas, o Pe. Giovanni me indicava uma escola rural (um dos trunfos da época do governador Brizola) desativada, um galpão de festas que se abria poucas vezes ao ano, uma capela em que se rezava missa uma vez por mês, e um cemitério. A escola rural fechada era um sinal claro de um modelo de vida que se extinguia aos poucos, que transportava para outros lugares as suas possibilidades de regeneração.

Foi com esse pano de fundo que me apresentei para conversar com o Pe. Giovanni. Ele já havia escrito várias páginas, respondendo com extrema lucidez e clareza às perguntas que por antecipação ele me havia pedido. É esse trabalho escrito que faz a espinha dorsal deste artigo. No entanto, não dispensei a oportunidade de entrevistá-lo, no que ele colaborou com grande generosidade. Encontrei um homem atento, cujo esforço em fazer reavivar sua memória apenas se igualava àquele de ponderar o que teria sido o teor dos conflitos da época. Na verdade, para além dos fatos narrados, das questões fortes daquele período, da tentativa de relacionar os vários elementos lembrados para construir uma explicação geral, o que se buscava era embrenhar-se na névoa espessa de um tempo cujas referências não existiam mais. Como subir na montaria de um cavalo que aquele homem usava para percorrer as colônias, onde se falava apenas o dialeto, longe de qualquer forma de comunicação a distância, rádio ou telefone? Como entrar na disciplina de um seminário, em que inexistia algo hoje tão banal como a televisão? Como se introduzir num mundo, de homens vestidos de preto, cuja única lei válida que servia de orientação eram as “constituições”, regras sagradas, incólumes a qualquer forma de debate? Além de algumas fotos antigas, das pedras gastas ou de alguns rostos envelhecidos, pouco restou que pudesse servir de referência ao seu esforço de rememoração. Pe. Giovanni esfregava a cabeça, por vezes se exaltava, tentava explicar os seus impasses, justificar o fato de estar longe de algumas questões, seus erros de apreciação ou suas atitudes impensadas. Meu gravador foi pobre testemunha dessa brava tentativa de resgatar as memórias que o poço do esquecimento ainda não havia tragado. Este artigo, ao expor esse depoimento, oferece os frutos desse esforço de recuperação do passado da Congregação no Brasil.

Pe. Sidnei M. Dornelas

O CARISMA DA CONGREGAÇÃO NOS ANOS 30

O primeiro a quem ouvi falar do carisma da Congregação Escalabriniana, de sua finalidade específica, nos anos 1933-37, foi o reitor do Colégio Scalabrini, Pe. Ângelo Corso: homem de fé, de grande zelo apostólico, que nos falava do Fundador, Mons. Scalabrini, de seus missionários e dos emigrantes italianos espalhados no mundo. Ele nos animava a perseverar na vocação para sermos, um dia, nós também missionários para esses migrantes. Mas quem nos empolgava mais com sua "imponente" presença física e com sua palavra ardente era o grande benemérito da Congregação, Pe. Francesco Tirondola. Era um fenômeno, atraía, entusiasmava. Ele nos informava de tudo: acerca do desenvolvimento da Congregação, das novas obras, novas missões, novos seminários nas várias partes do mundo. Chegavam também cartas de missionários escalabrinianos que trabalhavam nos E.U.A. e no Brasil, nas quais nos falavam de seu apostolado... de suas peripécias... de seus milagres... entre os emigrados italianos. E muitas vezes chegavam também os próprios missionários, que voltavam para a Itália por um período de férias e nos entusiasmavam. Tudo isso, de fato, contribuía para fortalecer-nos em nossa vocação, e só desejávamos que transcorressem depressa os anos da formação para, como missionários, correr também para levar aos emigrados italianos, onde estivessem, o "conforto da fé e o sorriso da pátria!". Esse lema foi inventado por outro benemérito missionário escalabriniano, o Pe. Francesco Prevedello. "O conforto da fé", e isso se compreende: era tarefa de todo missionário; mas... e "o sorriso da pátria"? De qual pátria? Itália. Nunca nos veio duvidar durante o período de nossa formação. Formaram-nos de acordo com as "constituições" então vigentes, tanto durante o Noviciado como durante os anos de Filosofia e Teologia, até o sacerdócio. Os meus colegas e eu, em 1946, éramos sacerdotes há um ano e prontos para ser enviados como missionários, e, mesmo ainda naquele ano, o Cardeal Rossi, Secretário da Congregação Consistorial e Superior Geral da Congregação Escalabriniana, escrevia que a finalidade exclusiva do Instituto Escalabriniano era o atendimento dos italianos emigrados para as diversas regiões do mundo. Naqueles anos a nossa Congregação estava composta quase completamente por membros nascidos e criados na Itália. Por isso, não existia ou não se sentia o problema da finalidade. Era normal que os nossos destinatários

fossem os migrantes italianos. O questionamento nasceu quando a Congregação abriu seminários fora da Itália (e foi um bem, foi a salvação da Congregação). No Brasil, inaugurou-se o primeiro seminário escalabriniano em março de 1939, em Guaporé/RS e depois nos E.U.A. e na Argentina; o primeiro noviciado em Nova Bassano/RS em 1946; em 1954, o seminário filosófico em São Paulo, depois o seminário São Rafael em Casca/RS.

A TRANSMISSÃO DO CARISMA NOS SEMINÁRIOS FORA DA ITÁLIA

Eu não me dei grande conta desde o início do mal-estar que surgiu, especialmente no Seminário de Guaporé, por causa do "carisma", porque logo que cheguei no Rio Grande do Sul em 1946, me mandaram trabalhar em Serafina Correa, cujo pároco estava doente e quase cego, só sofria e rezava, e por isso tive que assumir a paróquia como se estivesse sozinho, não me sobrando tempo para muitos contatos com o Seminário; e porque um ano e meio depois fui nomeado pároco de Campos Novos (SC) em 1948, e isso me afastou mais ainda do Seminário. Soube, então, que a paróquia fora assumida pela Província Escalabriniana do Rio Grande do Sul para dar aos nossos padres brasileiros a ocasião de se sentir missionários, saindo do próprio Estado e de atender aos gaúchos como eles, os quais emigravam para fora do Rio Grande do Sul à procura de novas terras.

Em 1952 fui nomeado Superior Provincial; talvez tenha sido escolhido porque durante os anos de meu trabalho em Serafina Correa e em Santa Catarina tinha ficado fora do conflito de idéias que surgira entre formandos e formadores no Seminário de Guaporé, mesmo por causa do carisma, da finalidade específica da Congregação. Ao assumir a direção da Província me dei logo conta da situação conflitante: foram anos que tiveram momentos difíceis. Os jovens seminaristas, mais ou menos abertamente, resistiam a uma formação missionária endereçada a preparar candidatos para a assistência religiosa dos imigrantes italianos, começando a questionar o sentimento de pertença a um instituto cuja finalidade era restrita aos emigrantes italianos. Alguns reagiram até demonstrando forte antipatia para tudo aquilo que se referia à nação italiana. De outro lado, havia no Seminário algum padre italiano que às vezes, por palavras ou em tom de brincadeira, feria a sensibilidade nacionalista dos jovens estudantes, ou outro que pecava por fanatismo, e isso



Sentados: Da esquerda para a direita: Pes. Ernesto Aliti, Emílio Delmi, Giovanni Simonetto, Guerino Zago, Luigi Zandonai e Angelo Tedesco. Em pé: Da esquerda para a direita: Os noviços do ano 1956, Ernesto Fanni, Nelsso Gallon, Aroldo Tedesco, Armando De Costa, José Della Gasperina, Valter Peccin e Arlindo Pedrini.

A CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO DO PERÍODO VARGAS

“Para o seminário fez um bem, no sentido que, essa juventude entrou no seminário e falava só o dialeto vêneto, o Laurindo (D. Laurindo Guizzardi, atual bispo de Foz do Iguaçu)... me parece que ele aprendeu o português aqui no seminário em Guaporé, isto é, foi uma obrigação que levou esta gente a aprender o português, foi uma coisa boa. Houve, porém, como em todas as nações novas, jovens, houve um certo espírito que exorbitou dos limites de uma nacionalidade normal: sou italiano, sou português, sou brasileiro, sou isso ou aquilo, cada qual tem a sua, ou seja, ‘o Brasil tem a ferrovia maior do mundo, o lago maior do mundo, o palácio maior do mundo, o futebol maior do mundo... Qualquer mínima coisa era exaltada, ou se se fazia uma pequena observação contrária, era uma ofensa grave ou uma falta de compreensão. Por exemplo, tem um nosso padre, que foi um ótimo padre, que queria bem a os brasileiros e os brasileiros lhe querem muito bem, morreu, mas ainda o recordam com saudade, padre Mario Bianchi. Ele brincava, só para dizer, sobre a bandeira brasileira, qualquer bandeira representa a nação, a bandeira do Brasil representa o Brasil, e eles brincavam, achavam aquela bandeira... comparavam a um campo verde, no meio havia uma mancha amarela, de maneira que feria um pouco a sensibilidade destes jovens. E entre eles, os padres italianos, não que exaltassem, mas sabe... é Roma, é questo, é a obra de arte, sabe como é, um pouco talvez maneira de falar. Ao invés de atrair a juventude, a curiosidade, provocavam a rejeição.”

“Tinham que falar português de um dia para outro, e não sabiam falar, como se chama isto aqui em português, iam nos botequins e faziam assim (Pe. Giovanni faz o gesto de apontar com o dedo)... ou porque na porta ou na janela, possivelmente havia polícia que estava escutando que língua falavam, compreende isto? Vinham se confessar, olhavam para lá e para cá primeiro, e depois dizia, padre posso falar italiano? A obsessão desta coisa... em casa falavam, porque sempre falaram. Afinal era necessário. Getúlio Vargas, queiram ou não queiram, movimentou o país, o fez crescer também. Existem tantas coisas ainda que foi ele que fez, mas esta coisinha sim, cresceu... também cresceram os benefícios dos brasileiros, a lei para benefício, para que houvesse a entrada dos beneficícios. Então os próprios italianos, de origem que vinham, ainda vivos, mas sobretudo os filhos nascidos aqui, que já começavam a ser eles os pais e os avós, já que os avós tinham morrido aqui, vindo de lá, e diziam: ‘veja nós vamos aproveitar, somos brasileiros, somos obrigados a pagar os impostos mas temos direito também a receber a recompensa, o retorno’. Então viam que na cidadania brasileira, e o ser brasileiro havia vantagens, também econômica e também de proteção da parte da lei, então isso servia também um pouco para afastar daquela mentalidade sono italiano, porque... sou italiano, não te se italiano, te se brasileiro. Teus avós vieram de lá, bisavós vieram de lá, mas naquela hora então... se afastavam, afastando-se por interesse também imediato, econômico, legais, etc. Eles sentiam menos esta tendência, esta pertença às raízes, então os próprios filhos que entravam no seminário, tinham diminuído muito este sentimento: “eu sou de origem italiana”, até escondiam-se, porque naquela parte, era o Brasil... O italiano que veio para cá era considerado o homem do saco no ombro etc... Hoje, estão vendo o benefício que fizeram, a cultura que trouxeram, o amor à família, o amor à fé, o amor ao trabalho, são todos valores que são recuperados e vai às raízes. Não é mais, entre parênteses, ‘uma desonra ser filho de imigrantes’, é uma honra, estão procurando a cidadania italiana agora. Agora são da terceira ou quarta geração, mas é quase natural que os da primeira e segunda geração terem uma certa rejeição da migração, porque lembrava, ou lembra a eles a situação de necessidade dos pais que vieram, isto é, como pobres.”

agravava a situação. Os educadores pediam orientações. As direções provinciais não dispunham naquele tempo senão das “constituições”, que diziam claramente que a finalidade exclusiva era o atendimento aos emigrados italianos. Portanto, a resposta documentada que podia dar aos educadores era só: “temos as constituições, sigam as constituições, até ordem contrária”.

Riolando Azzi, no seu livro “A Igreja e os Migrantes (1951-1988)”, diz de mim que, “fiel ao projeto de uma finalidade exclusivamente italiana para o instituto, a posição por ele assumida era absolutamente coerente” (p. 84). Eu era italiano, mas não era fanático, e compreendia bem que não se podia impor aos nossos seminaristas, os sentimentos e idéias não aceitáveis na realidade e sentia a necessidade de que algo mudasse nas “constituições”. Tanto é verdade que em 10 de agosto de 1956 escrevi ao Superior Geral (Pe. Francesco Prevedello) uma carta em que dizia que a maioria dos nossos assistidos (no Rio Grande do Sul) não correspondia mais à finalidade de nossa Congregação e que os nossos seminaristas já não podiam se considerar filhos de italianos, e muito menos se podia exigir deles que tivessem o nosso espírito e que se entusiasmassem por nossa finalidade específica. Não deixa de ser significativo que durante o Capítulo Geral realizado em 1951, essa questão tenha sido suscitada exatamente pelo Pe. Prevedello, o qual atuara no Rio Grande do Sul como reitor do Seminário de Guaporé e desde 1950 como Superior Geral.

Apesar do desejo de maior abertura, manifestado por diversos religiosos nos Capítulos Gerais de 1951 e 1957, foi mantida a exclusividade da pastoral escalabriniana aos emigrantes italianos, embora com a “aggiunta”: “...e seus descendentes...” Graças a Deus, nos anos 1969 a 1971, no Capítulo Geral Especial, a Congregação finalmente se atualizou, abrindo-se a todas as migrações, dando preferência àqueles migrantes que sofrem mais por causa da emigração (Cap. VI do Preâmbulo).

O TRABALHO PASTORAL DOS MISSIONÁRIOS NOS ANOS 1940/50

Meu conhecimento direto do trabalho que faziam os nossos missionários nas Américas nos anos 1940 e 50, certamente no Rio Grande do Sul, começa em 1946, quando cheguei da Itália, um ano depois de minha ordenação sacerdotal. O trabalho pastoral era quase unicamente impostado nos modelos tradicionais das

paróquias da Itália: catequese em preparação dos sacramentos na igreja matriz; promoção da Ação Católica para a juventude, especialmente masculina; Associação Filhas de Maria para a juventude feminina; festas patronais com arrecadação, benção das casas, novenas, procissões, etc. Alguns missionários organizavam creches, escolas, cooperativas agrícolas e até pequenos hospitais. Isso especialmente nas paróquias rurais, onde o pároco, chamado vigário, era o “ponto de referência” em todos os setores da atividade humana e em todas as ocorrências da vida do dia-a-dia. Ele visitava periodicamente as comunidades distantes da igreja matriz, confessava, celebrava missas, visitava famílias. O meio de locomoção era o cavalo. Em quase todas as paróquias, nas regiões de imigração italiana ou de descendentes de emigrados italianos, a língua falada pelo povo era o dialeto vêneto, e a dos padres nas funções religiosas e na pregação era a língua italiana. Durante a Segunda Guerra Mundial, quando o Brasil se iniciava no processo de busca de identidade nacional, se proibia falar qualquer outro idioma a não ser o português, o “brasileiro”. Todavia, mais ou menos clandestinamente, se continuou falando como antes. Eu mesmo, em 1946-48, falava em dialeto com o povo, dentro e fora da igreja, embora me tivesse empenhado seriamente em aprender a língua do país.

A DISCUSSÃO SOBRE A ABERTURA E AMPLIAÇÃO DO CARISMA

No Rio Grande do Sul, e também em São Paulo, houve na verdade um longo período de estagnação no modelo paroquial, pastoral, territorial, que vinha se tornando pouco ou nada específico para os jovens que nos seminários escalabrinianos se estavam formando missionários para os migrantes. Os próprios descendentes de italianos, embora preocupados com o atendimento religioso de suas famílias, estavam cada vez mais interessados em incorporar-se na sociedade brasileira a fim de participar dos benefícios da cidadania brasileira. É dentro desse contexto que se situa a crise de identidade no Brasil, a começar do Rio Grande do Sul.

A crise surgiu e cresceu à medida em que os novos escalabrinianos já não se identificavam com uma visão do ideal de Scalabrini direcionado unicamente ao atendimento aos imigrantes italianos. A superação da crise, que produziu incertezas e angústias em muita gente, se dará no reencontro com o ideal de Scalabrini, transposto para os dias de hoje, ao se defrontar com os

novos migrantes. Em 1948, a “aggiunta” feita às “constituições” da cláusula do cuidado pastoral dos descendentes dos italianos favoreceu o “status quo”. A reação partiu mesmo do Rio Grande do Sul, com os estudantes do Seminário de Guaporé e, mais tarde, com os alunos do Seminário Maior de São Paulo. Mas, foi a partir do Capítulo Geral de 1963 que foram dados os primeiros passos para uma maior abertura do instituto; e foi com o Capítulo Geral Especial de 1969-71 que a Congregação verdadeiramente se abriu.

Os nossos formandos, quanto mais longe da primeira geração de emigrados, tanto mais se sentiam brasileiros, norte-americanos (e a pleno direito), e não se sentiam missionários italianos para os migrantes italianos. Eu mesmo já havia dito ao Superior Geral que a presença de nossos padres teria sido mais útil e justificada em outras regiões ou nações de imigração italiana recente, do que no Rio Grande do Sul, e que de forma alguma não se podia exigir de nossos jovens estudantes brasileiros os mesmos nossos sentimentos. Era evidente que da abertura da finalidade, dependiam o amor e o entusiasmo dos aspirantes a missionários e de sua perseverança na vocação. Acontecia naquele tempo que

UM TEMPO SEM DEBATES

“Sabe uma coisa que faltou: não houve debate, não houve reunião especial de província, ao menos eu não lembro que houvesse... Era tudo concentrado, e o problema era uma pessoa de fato ou outra, o resto vivia tranquilo, sem preocupação. Se tivéssemos tido mais comunicação, isto é, hoje a comunicação é um meio mesmo para tanta coisa que faz bem, mas naquele tempo... comunicação... qual era a comunicação? O que tínhamos nós? Um telefone, que funcionava mal, só rádio, que mal e mal escutávamos, só uma estação, a de Porto Alegre, compreende como é? Hoje a coisa é bem diferente, depois também a abertura em geral, de uns cinquenta anos para cá, deu saltos mortais de progresso e de tudo, e de abertura. Eu me admiro até, eu penso: os estudantes de hoje, e os padres de hoje, que não têm cinquenta, setenta anos, que dirão, vão rir ao ver aquelas questões daquele tempo, mas era fruto do ambiente e do clima daquele tempo. É de respeitar-se e não de condenar, sim é fácil condenar, mas naquele tempo era outra situação, compreendeu como é? Era outra coisa... hoje diriam, como é estúpido aquele padre lá, e que estúpido aquele estudante lá... não, não se faz assim... Não havia debates, não havia reuniões, e no fim do ano havia apenas uma para a transferência do padre e para a relação da administração, quanto dinheiro tem na caixa... era assim. O provincial que se encontrava com os conselheiros e depois o padre, o provincial que dava a volta e se encontrava com os párocos e com o reitor do seminário.”

a parte da Congregação que estava bem em outras regiões e nações ou continentes, ocupada exatamente com italianos de migração recente não podia entender (e aceitar pacificamente) o que estava se passando no Rio Grande do Sul; assim se passava também com alguns religiosos que trabalhavam nos seminários de Guaporé. Qual o único argumento deles e, queira ou não queira, também dos responsáveis da formação (superiores e formadores)? As “constituições”! E as “constituições”, o único ponto de referência para não errar na direção e formação, por incrível que pareça, se tornaram o “pomo da discórdia”. Para uns as “constituições” eram a salvaguarda da finalidade, do carisma escalabriniano, a expressão da vontade de Deus, e a fidelidade às “constituições” era compromisso assumido com a profissão religiosa. Para outros, a rígida interpretação das “constituições”, a aversão à abertura da finalidade, parecia nacionalismo fanático, prejudicial à vida e ao crescimento e desenvolvimento da Congregação. Estou convencido que as duas correntes amavam sinceramente a Congregação, mas o conflito era inevitável e as reações compreensíveis, porém, dentro dos limites, a fim de não comprometer a convivência fraterna e o apostolado. Neste clima bastante tenso, vivi eu e trabalhei alguns anos como Superior Provincial do Rio Grande do Sul.

A EXPERIÊNCIA PESSOAL DESTES TEMPO DE MUDANÇA

Deveria ser elemento de equilíbrio, mas não sei se o consegui, sem trair as “constituições” (único meu apoio) e sem trair a confiança de todos os meus co-irmãos. Tudo foi andando mais ou menos, na esperança de tempos melhores, até que um fato novo veio criar particular tensão e nervosismo: a nomeação do reitor do Seminário São Rafael, em Casca, em substituição do Pe. Remígio Dalla Vecchia, falecido repentinamente em agosto de 1957, durante o Capítulo Geral, do qual participei como Superior Provincial do Rio Grande do Sul. Comecei a pensar em quem podia melhor assumir o ofício de reitor. A decisão dependia de mim e de meus conselheiros. Era uma decisão muito delicada, devido àquele clima de tensão em que vivia na Província pela finalidade específica, questão não resolvida no Capítulo de 57. Falando sobre o caso do reitor com o Superior Geral, Pe. Rafael Larcher, ele me sugeriu um nome. Tratava-se de um padre brasileiro, que eu conheci quando ele era estudante e que eu estimava muito; mas eu me reservei o direito de pensar mais e tratar o caso com os meus

conselheiros, como de fato fiz ao voltar de Roma. Numa reunião do Conselho, o argumento principal foi a nomeação do reitor de Casca, e apresentei primeiro o nome sugerido pelo Superior Geral. Ponderamos serenamente a sugestão: todos achamos ótima a pessoa, mas chegamos à conclusão de que pelo momento não era oportuno nomeá-lo reitor, e era melhor que por um tempo ele fosse só professor no seminário. Escrevi ao Superior Geral expondo-lhe os motivos pela não nomeação do padre por ele sugerido. Pe. Larcher me respondeu dizendo que não aceitava a minha carta porque não estava assinada pelos meus conselheiros. Reuni o Conselho, re-escrevi a carta, que todos os conselheiros leram e assinaram, e imediatamente a enviei a Roma. Alguns dias depois, como resposta me chegou o telegrama do Superior Geral com estas únicas palavras: “reitor Seminário São Rafael é...” e seguia o nome que ele queria. Pe. Redovino Rizzardo, escrevendo a Riolando Azzi, dizia a respeito desse telegrama: “O fato foi visto como uma afronta pelo Superior Provincial, Pe Giovanni Simonetto, que se demitiu do cargo no início de 1958...”

O “fato” era, ao invés, uma clara demonstração de desconfiança na Direção Provincial e uma clara imposição da Direção Geral, que eu não aceitei. Fiquei refletindo uns quinze dias e concluí que o lógico era eu me demitir e, de fato, aos 24 de janeiro de 1958, enviei por telegrama ao Superior Geral as demissões de Superior Provincial. Não tive resposta. O Geral escreveu ao Pe. Ângelo Corso nomeando-o Provincial em meu lugar. Aconteceu que naqueles dias, havia no Seminário de Guaporé a vestição dos noviços, etc... O Pe. Ângelo Corso, que era pároco de Guaporé e novo Provincial – mas a notícia ainda não tinha sido divulgada – me telefonou dizendo que eu fizesse a vestição. Respondi que se ele não assumisse, não haveria vestição... Então ele assumiu. Enquanto ele se preparava na sacristia para a cerimônia, eu me apresentei na capela diante da comunidade (havia muitos padres da Província e familiares de noviços) e anunciei: “por motivos meus, pessoais, renunciei ao cargo de Superior Provincial, a Direção Geral aceitou e nomeou o Pe. Ângelo Corso em meu lugar. Prestemos nossa obediência ao novo Superior e rezemos por ele”. A surpresa foi grande e eu me senti aliviado.

Fiquei no Seminário esperando nova destinação. Passaram-se quase duas semanas. De repente, chegou de Roma, no Seminário de Guaporé, o Ecônomo Geral, Pe. Ugo Cavicchi, enviado pela Direção Geral. Foi um

encontro pouco diplomático. Eu estava na biblioteca, ele entrou e começou assim: “Que é que tu queres?” Respondi: “trabalhar”. Ofereceu-me a paróquia de Guaporé. Eu estava um pouco abalado fisicamente, mas aceitei e me dediquei completamente ao trabalho paroquial, e me senti feliz, amado pelo povo e em paz com Deus e com todo mundo, em paz também com todos meus superiores e co-irmãos.

Na metade do ano (1958), chegou uma carta do Superior Geral ao Superior Provincial em que comunicava a notícia de que a Santa Sé pedia à Congregação Escalabriniana para enviar um missionário a Caracas (Venezuela) para atender aos emigrados italianos, que estavam religiosamente abandonados e eram mais de duzentos mil, só na capital. A grande novidade era que a Província São Pedro, do Rio Grande do Sul, tinha sido escolhida pela Direção Geral para assumir essa missão. Mais: o Superior Geral dava aos padres do Rio Grande do Sul a oportunidade de se candidatar; porém, quem se oferecesse, devia fazer o pedido por escrito. Nove padres se ofereceram. Eu não. O Pe. Antônio Marcon, pároco de Putinga e meu grande amigo, veio com o pedido nas mãos, consultar-me: “Entrego ou não entrego?”, me pedia, e eu respondi que o entregasse se queria, mas achou melhor fazer como eu, e o pedido terminou no cesto. Uns dias depois, o Provincial Pe. Corso, quis saber porque eu não tinha feito o pedido. Admirei-me e respondi que era pároco há só uns meses e me encontrava bem. Por que devia mudar? Que teriam pensado o Arcebispo de Porto Alegre e o povo de Guaporé? Que crime cometeu esse padre para ter que ir-se já? Mas, o Provincial insistiu. Então, comecei a pensar que ele falasse assim pressionado pelo Superior Geral, o qual, numa carta que lhe escrevera, dissera que me recomendasse “de me portar bem”. Temia que me revoltasse ou que sublevasse os outros? Ou pensava que fosse bom que me afastasse do ambiente da Província? Disse eu ao Pe. Corso que se esse era o pensamento da Direção Geral, se mo dissesse claramente, e eu teria respondido só com uma palavra: “obedeço!” Duas semanas depois, o tempo necessário para o Provincial referir as minhas palavras ao Geral, recebi a carta do Pe. Larcher. Era a primeira vez que me escrevia desde o meu telegrama com as demissões. Era uma carta com elogios, na qual me dizia: “te escolhemos para iniciar a missão em Caracas”. Respondi aceitando e, já que se me dava a possibilidade de escolher um co-irmão, que mais tarde me alcançasse na Venezuela, escolhi o Pe. Antonio Marcon, que aceitou. Brincadeiras da Providência!...

Enfim, como vivi esse processo de mudança? Acho que posso afirmar que não caí na dificuldade de muitos outros, em se adaptar psicologicamente à extensão da finalidade e de se encaminhar concretamente para a nova meta, porque trabalhamos toda uma vida por uma determinada nacionalidade de migrantes e não se conformavam em abandonar posições fadigosamente adquiridas, nem menos ainda, a certa idade, em adquirir uma afinidade mesmo só lingüística. A tudo isso, se acrescenta o fato de que nos anos 1960-70, eu trabalhei na Venezuela, fora da tensão que existia no ambiente escalabriniano do Rio Grande do Sul, e onde problemas a respeito do carisma não existiam porque os destinatários da minha missão eram 250 mil emigrados italianos da primeira geração. Até aproveitei, sempre que me foi pedido, prestar assistência também aos emigrados portugueses, que eram numerosos, e ajudei os capelães de diversas migrações a conseguirem todas as faculdades previstas na concessão da "Missio cum cura animarum".

Mais: posso acrescentar que naqueles dez ou doze anos, tive a satisfação de receber na Venezuela irmãos brasileiros que trabalharam em plena harmonia conosco, missionários italianos, e que levaram adiante com responsabilidade e entusiasmo as atividades religiosas e sociais da chamada "Missão Católica Italiana". Quero lembrar os primeiros dois, provenientes da Província gaúcha, e que ainda lá trabalham com os emigrados italianos, os padres Zelindo Ballen e Miguel Pan.

O QUE TODO ESSE PROCESSO NOS DEIXOU

Esse processo de ampliação da originária finalidade específica da Congregação foi longo e sob certos aspectos doloroso para as partes envolvidas. De fato, não faltaram dificuldades ao enfrentar novas culturas; nem faltaram os inevitáveis "encontros-choques" na aceitação das diversidades como fatores de enriquecimento mútuo. Mas valeu a pena! Com a introdução de uma nova linfa no seu tecido vital, a Congregação começou a viver uma nova estação, uma nova primavera. Essa verdadeiramente se atuou quando – como alguém escreveu – as velhas fontes italianas foram alcançadas por novas correntes de água vindas do Brasil, da Argentina, do México, de Portugal, das Filipinas, do Norte e do Centro América. Sim, foi a

O MAL-ESTAR EM TORNO DA FINALIDADE

"Quando se começou a falar de abrir a finalidade para todos, assim serve para mim italiano, para brasileiro, para o alemão, sendo que todos podemos dizer: eu sou um missionário para os migrantes, faço tanto para o italiano como para o alemão, ou se quero e prefiro vou com os alemães, se sou alemão me encontro melhor lá, etc. Quando se tratou assim, muitos disseram... uns padres eu conheci, vi padre chorar, padre de certa idade que me disse assim: '...padre, eu fui educado para a imigração e para a migração italiana, para os migrantes italianos. Todos os estudos que fiz, os votos que fiz, eu fiz os votos segundo as constituições que diziam: missionários para os imigrantes italianos, agora como é esta história, como é que faço?' Primeiro, se encontraram mal aqueles que de fato não tinham mais destinatários que correspondiam, mesmo ao que era o sonho deles italianos, etc. Aqui aconteceu no Brasil, que os próprios descendentes de italianos a pouco e pouco foram se afastando dessa idéia: 'Somos filhos de imigrantes... nós somos brasileiros...' e com todo direito, e mais, os próprios pais deles, não digo a juventude, os estudantes, porque o estudante é um pouco mais, é gente mais do que os pais... mas os pais, os próprios pais dessa gente dizem: sim, é verdade, somos filhos de italianos, descendentes de italianos, mas eu estou aqui no Brasil, meus filhos nasceram aqui e eu também nasci aqui, suponhamos, eu agora faço parte dessa sociedade, e se quero fazer parte dela tenho que abraçar esta sociedade, tenho que aceitar entrar e sentir-me parte desta sociedade para ter também as garantias.'

'No seminário, encontrei eu alguns padres, e nem são daqui da nossa província, eram mais em Norte América, lá tinha bastante que falavam a nossa língua e diziam: '... mas como posso, eu que fiz os votos para os italianos, os migrantes italianos, eu não posso trair os meus votos, a minha vocação...' São formados na Itália, que foram aos Estados Unidos. Aqui não, os padres continuaram, porque entre os padres das paróquias não houve problemas... mais era entre os padres do seminário, entre formadores e formandos. E não é que fosse uma coisa especial, houve um pouco de excesso da parte dos padres italianos formados e por parte dos clérigos, houve sabe... brincadeira de mau gosto, ofendendo a sensibilidade brasileira ou ofendendo italiano, etc. Houve, e alguns daqueles padres que estavam no seminário naquele tempo saíram da congregação também, eram italianos, saíram e voltaram para a Itália. Mas também alguns daqueles, naquele tempo, o que eu iria fazer? Tu sabes que eu era o responsável, vinham bater na minha porta, diziam: 'Padre o que vamos fazer? Trocar as constituições?' Ma, digo, 'a única coisa que nós temos de direito, como lei, como base, é a constituição. Até que as coisas não mudem, não devem falar... não devemos apresentar a formandos outra constituição diferente das que são as constituições atuais, vigentes da congregação. Tanto mais que tínhamos, como digo, a Santa Sé que continuava a dizer, 'é esta a finalidade de vocês', compreende!? Mas eu dizia, a congregação não dispõe de outra coisa. Se precisa, ser menos exigente, fechar um olho..."

internacionalização da finalidade da Congregação o fruto desse processo, mas quem na verdade, providencialmente o provocou, foram os jovens estudantes do Seminário de Guaporé e de São Paulo. A Província do Sul deu o primeiro passo abrindo uma frente no Estado de Santa Catarina para os migrantes internos, na maioria gaúchos. A Província de São Paulo fez o segundo passo começando a atuar nas periferias da grande metrópole, também com migrantes internos, na maioria nordestinos. Foi uma graça que o Bem-Aventurado Fundador Scalabrini obteve de Deus para a sobrevivência e prosperidade de sua Congregação. E foi também o "grito dos pobres migrantes" apresentando à Congregação o desafio da passagem de missionários "eiusdem sermonis et nationis" (da mesma língua e nação) ao perfil de missionários "Ecclesiae universalis" (da Igreja universal). À conclusão do Capítulo Geral de 1974, eu lembrava aos capitulares: "A nota qualificante de nossa renovação deve ser a escolha preferencial para os migrantes que mais agudamente vivem o drama da migração (Preâmbulo n. VI), ou seja, para os migrantes mais necessitados e para aqueles que oferecem ocasiões mais favoráveis à dilatação do Reino de Deus (Constituições, n. 12)". Talvez seja preciso caminhar mais neste sentido; porém, hoje acho que não há escalabriniano que não se sinta empolgado diante de uma finalidade específica tão atual, tão "provocante" e "questionante". A Congregação chegou, finalmente, e encontrou esse ideal maravilhoso ao qual, direta ou indiretamente, todos esperávamos. E eu hoje felicito a todos os nossos jovens aspirantes missionários, que o sentem claro e vibrante no coração, e gostaria, porém, que soubessem ou lembrassem quanto custou para que o apreciassem ainda mais e o mantivessem vivo como uma chama olímpica, ou o levassem como uma bandeira a honrar e defender.

"A MIGRAÇÃO ALARGA O CONCEITO DE PÁTRIA PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS GEOGRÁFICAS E POLÍTICAS, FAZENDO DO MUNDO A PÁTRIA DO HOMEM".

(J. B. Scalabrini)

ABERTURA DO CIBAI EM PORTO ALEGRE*

"Eu que tratei de ver, de poder abrir de outra maneira, me aconteceu assim, não sei se contei? Foi assim: eu era provincial, me parece que foi em 1954, trata-se de cinquenta e um anos atrás, bem, veio o jornal do dia, me parece que o título era: 'O Jornal do Dia', era em prática o jornal da diocese, da arquidiocese de Porto Alegre. Leio, encontro escrito lá: 'Ontem o sr. Arcebispo reuniu a comissão que trata sobre os assuntos de migração aqui no Rio Grande, etc...'. Eu fiquei um pouquinho, sinceramente, amargado, digo: o arcebispo deve saber que nós somos uma congregação de migrantes. Porém, o que fiz? Tomei o carro e fui a Porto Alegre falar diretamente com o arcebispo. Me apresentei, quando o bispo me recebeu, olha que era tremendo no começo, depois se tornou um ótimo bispo, merecedor do reconhecimento de todo o Rio Grande, mas no começo era tremendo, era um alemão tremendo... sério... como quem diz, veio aqui fazer o quê? Me fazer perder tempo!... 'O que que o senhor quer?' Digo: - Li ontem no jornal e sei que Vossa Excelência formou, constituiu uma comissão para a imigração aqui no Rio Grande. Quando eu disse assim, ele ficou... se notava a expressão que era como dizer, *adesso* me toca brigar... 'Dado que nós somos uma congregação para as migrações eu vim para oferecer a nossa colaboração'. Me parecia justo... mas ele seco: '... de que maneira?' E eu, me veio na mente uma coisa, foi o Espírito que... 'Dando-lhe um padre!'. Eu sabia que ele precisava de um padre. Olha, quando eu disse assim, foi como um temporal quando quebra todas as nuvens e sai o sol e começou a falar feliz, 'É mesmo, tá, tá...', aí perguntou '... e quando o padre...?' Eu disse: quando o senhor quiser. Ele disse: '...quanto antes...'. Eu não sabia quem mandar, não tinha nenhum padre na cabeça, estavam todos ocupados. Saí de lá pensando:... O que faço agora? Corri, fui a Putinga, que era uma paróquia de Encantado, fui falar com o padre Paulo Bortolazzo. O Paulo era pároco há pouco tempo, há uns dois anos era pároco lá, tinha feito a canônica nova, tinha inaugurado, ou estava para inaugurar a canônica nova. Eu disse: 'Paulo, ajuda-me por favor!' e expliquei: 'Paulo, se não entramos hoje, não entramos mais'. Recordo que nós estamos aí em Vila Nova desde 1938/39, mas naquele tempo Vila Nova ficava fora da cidade. 'Nós não temos aqui na cidade, nenhum centro, não temos nada, se não aproveitamos agora, perdemos a ocasião...' Bem, aceitou. Ele se pôs à disposição e atendia as pessoas, etc. Ele ficou na paróquia São Pedro, por ser mais no centro, e lá também foi ajudado, encontrou um senhor muito bom que o ajudou também, e pouco a pouco fomos... 'temos que aproveitar também para dar uma sede aos padres que vão trabalhar na migração'. E se apresentou um terreno. Eram dois lotes pequenos, então compramos, e tem a minha assinatura na escritura, e depois, mais tarde, eles compraram outro. E aí, se eu não tivesse feito aquilo, a imigração para nós era... Como está agora, verdadeiramente, é um despertador a nossa presença lá, na igreja do Rio Grande."

* (Nota do editor): Em 1957 foi criado o CIBAI-Centro Ítalo-Brasileiro de Assistência aos Imigrantes, inicialmente voltado aos italianos, a partir de 1980 às demais coletividades, especialmente hispano-americanas.

MIGRAZIONI E DIRITTI UMANI

Graziano Battistella (org.)

Vaticano, Urbaniana University Press, 2004, 161 p.

Este volume apresenta vários artigos nos quais se procura abordar a relação entre a questão migratória e a defesa dos direitos humanos sob vários aspectos: fundamentação ética dos direitos humanos (por Velásio de Paolis); diversidade cultural e igualdade de direitos (por Antoni Perotti); convenção internacional dos direitos dos migrantes (3 artigos, por Graziano Battistella, Roberto Baratta e Fulvio V. Paleologo).

LA CHIESA ARGENTINA DI FRONTE ALL'IMMIGRAZIONE ITALIANA TRA IL 1870 ED IL 1915

Fabio Baggio

Roma, Istituto Storico Scalabriniano, 2000, 412 p.

Trata-se de tese de doutorado em História da Igreja sobre sua atuação na Argentina frente à imigração italiana. Procura traçar um quadro suficientemente exaustivo sobre a atuação da Igreja nesse sentido entre 1870 e 1915, evidenciando as idéias, os problemas e as opções operativas que determinaram a sua expressão em vários níveis. A análise histórica limita-se aos territórios correspondentes às Províncias de Buenos Aires e Santa Fé.

GIOVANNI BATTISTA SCALABRINI: Vescovo de Piacenza e degli emigrati

Mario Francesconi

Roma, Città Nuova Editrice, 1985, 1306 p.

O autor, num trabalho de fôlego, reúne uma documentação vasta e inúmeros trechos de falas e escritos de D. João Batista Scalabrini, fundador da Congregação dos Missionários de São Carlos. Nascido em 1939 e falecido em 1905, é uma das figuras que assumem contornos cada vez mais precisos e surpreendentes - de uma personagem de crônica torna-se uma personagem da história. Scalabrini é hoje um ponto de referência cada vez mais necessário para quem deseja conhecer a história da Igreja, em particular a italiana, entre o fim do século XIX e início do XX.

A IGRJEA E OS MIGRANTES (v.I 1884-1904; v.II 1904-1924; v.III 1924-1951; v.IV 1951-1988)

Riolando Azzi

São Paulo, Ed. Paulinas, (1987; 1988; 1993; 2000)

Trata-se de obra que resgata a história dos missionários de São Carlos Escalabrinianos no Brasil, desde fins do século XIX até os dias atuais enfocando a imigração italiana e os primórdios da obra escalabriniana; a fixação da imigração italiana e a implantação da obra escalabriniana; a aculturação dos italianos e a consolidação da obra escalabriniana e as migrações internas e os novos rumos da obra escalabriniana, com base nos arquivos da Congregação e das Paróquias.

INSIEME OLTRE LE FRONTIERE

Gianfausto Rosoli

Caltanissetta-Roma, Salvatore Sciascia Ed., 1996, 674 p.

Este livro procura dar um enquadramento histórico da ação da Igreja italiana entre os fiéis migrantes, ilustrando uma etapa significativa da história da Itália entre os séculos XIX e XX. Os temas principais tratados dizem respeito à elaboração de uma pastoral específica para os migrantes, o papel desempenhado pelo clero étnico, a relação entre compromisso social e aquele estritamente religioso, os condicionamentos políticos e uma ação católica. Neste estudo emergem as figuras de Scalabrini, Bonomelli, Rinaldi, entre tantos outros.

THE SCALABRINIANS IN NORTH AMERICA (1887-1934)

Mary Elizabeth Brown

New York, Center for Migration Studies, 1996, 414 p.

Um estudo da história da implantação da Congregação dos Missionários de São Carlos na América do Norte. O objetivo deste volume é estudar a interação entre os escalabrinianos e as várias forças históricas que ajudaram a dar forma ao ministério escalabriniano na Igreja dos Estados Unidos e Canadá entre 1887, quando D. Scalabrini concebeu a idéia de enviar missionários para acompanhar os italianos em outros países, e 1934, quando o Instituto realizou uma grande mudança organizacional com a reintrodução dos votos perpétuos.

GIOVANNI BATTISTA SCALABRINI: Lettere Pastorali 1876-1905

Ottaviano Sartori (org.)

Torino, Società Editrice Internazionale, 1994, 748 p.

As cartas pastorais do bispo D. João B. Scalabrini, fundador da Congregação dos Missionários de São Carlos, constituem uma fonte privilegiada para novas reflexões sobre sua personalidade de pastor, de padre espiritual e sobre seu papel no desenvolvimento da Igreja universal, na sua diocese e como um pastor que se identificava com a sorte dos emigrantes. Nelas se sublinha a necessidade da relação com Deus, da doação total e a utilidade espiritual do pleno exercício das virtudes cristãs.

SEJA UM COLABORADOR

Travessia está aberta à publicação de artigos de pesquisadores e estudiosos que analisam a realidade em que o migrante está envolvido, a partir dos diferentes ramos do conhecimento: social, político, cultural, econômico, antropológico, educacional, etc. A revista destina-se, fundamentalmente, a um público intermediário; quer ser uma ponte entre a produção acadêmica e a produção popular. Se for do seu interesse, envie artigos para a redação, seguindo as orientações abaixo elencadas:

- * Você irá escrever para uma revista e não para uma banca da academia, por isso, aproveite os conteúdos de suas pesquisas, mas seja criativo(a) na forma de apresentá-los. No título, por exemplo, não resuma sua tese, desperte a curiosidade do leitor.
- * De preferência, artigos que se enquadrem dentro dos temas previamente anunciados, conforme consta ao lado;
- * Tamanho: aproximadamente 350 linhas, fonte Times New Roman, corpo 12;
- * Intercalar o texto com alguns intertítulos;
- * Clareza de linguagem e simplificação dos conceitos;
- * Se possível, enviar algumas fotos em papel, com os respectivos créditos (posteriormente serão devolvidas); se digitalizadas, só em CD com resolução de 300 dpi.
- * Os artigos devem ser inéditos;
- * Fazer constar breve identificação do autor, endereços postal e eletrônico e telefone;
- * Notas: utilizar apenas nos casos em que o texto requer alguma explicação relevante; não utilize nota no título e no nome do autor; referência bibliográfica não é nota;
- * Referências: devem constar no interior do texto, entre parênteses, com o nome, ano e quando específicas, a página. Ex.: (Silva, 1996: p.3);
- * Bibliografia - Ater-se à referida no texto, seguindo o padrão abaixo:

a) Livros: nome do autor; ano entre parênteses; título do artigo em itálico; local da publicação; nome da editora. Exemplo: FERNANDES, Florestan (1977) *A Sociologia no Brasil*. Petrópolis, Vozes.

b) Artigos: nome do autor; ano entre parênteses; título do artigo entre aspas; nome do periódico em itálico; volume (se houver) e nº; mês(es); nº da página. Exemplo: SARTI, Cynthia Andersen (1995) "São os Migrantes Tradicionais?". *Travessia-Revista do Migrante*, nº 23, setembro-dezembro, p.11.

NB: Por tratar-se de artigos breves, pede-se utilizar os recursos acima com parcimônia.

O autor de artigo publicado receberá dez exemplares de n.º.

O Conselho Editorial reserva-se o direito de submeter os artigos à sua apreciação.

PRÓXIMOS LANÇAMENTOS

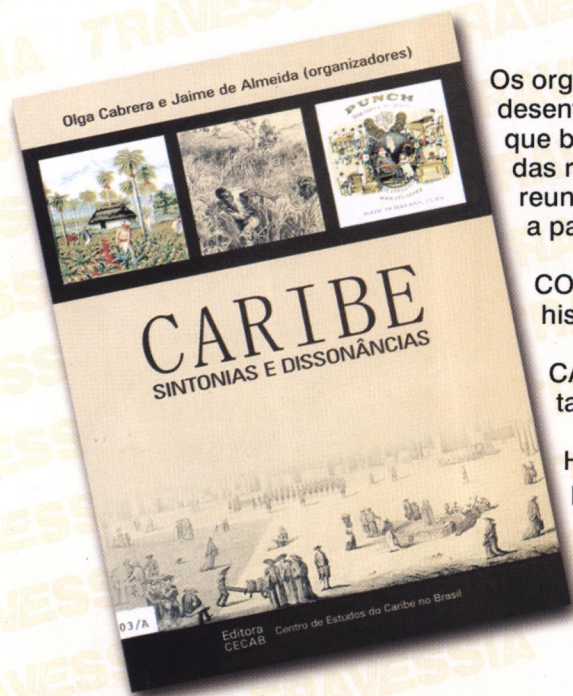
TRAVESSIA Nº 53
IMPLICAÇÕES
PSICOLÓGICAS

TRAVESSIA
Nº 54
ESPAÇO
URBANO
(Jan-Abr/06)
Prazo para envio
de artigos
(15/12/05)

TRAVESSIA
Nº 55
BRASILEIROS
NO EXTERIOR
(Mai-Ago/06)
Prazo para envio
de artigos
(30/03/06)

TRAVESSIA
Nº 56
ALTERIDADES/
DIFERENÇAS
(Set-Dez/06)
Prazo para envio
de artigos
(30/07/06)

ESPAÇO ABERTO À DIVULGAÇÃO DE LIVROS DOADOS À BIBLIOTECA DO CEM, ESPECIALIZADA EM MIGRAÇÕES

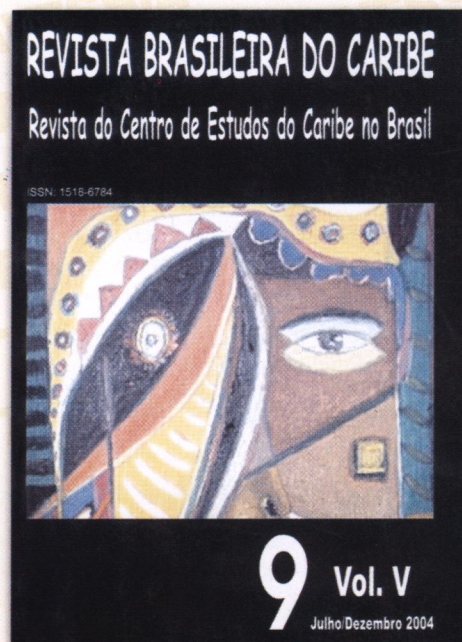


Os organizadores deste livro - no âmbito das pesquisas desenvolvidas pelo CECAB (Centro de Estudos do Caribe no Brasil), que busca enfatizar, numa perspectiva histórica, a busca das relações e conexões entre os acontecimentos e as disciplinas - , reuniram uma série de textos de diferentes autores a partir de três áreas temáticas:

CONEXÕES ATLÂNTICAS
história, literatura, cinema

CARIBE
tabaco e migrações

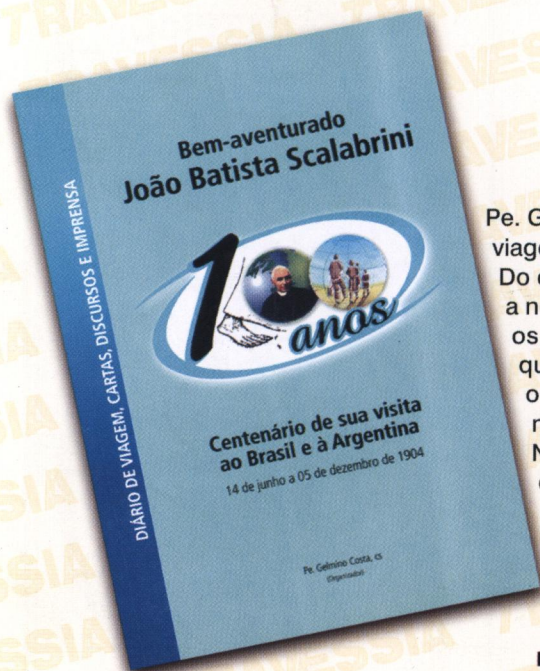
HAITI
presença e ausência



A REVISTA BRASILEIRA DO CARIBE é uma publicação semestral de caráter internacional do Centro de Estudos do Caribe no Brasil (CECAB) que tem como objetivo fundamental estimular e divulgar os estudos históricos sobre o Caribe no Brasil.

O número em destaque, (Nº 9, vol. V, jul-dez/04), bem como os próximos, reúne estudos apresentados durante o III Simpósio Internacional do CECAB realizado em outubro de 2004 na cidade de Goiânia.

A revista publica textos em português, espanhol, francês e inglês.
Contatos: cecab.caribe@bol.com.br



Pe. Gelmino Costa, organizador deste livro, reuniu tudo o que foi registrado da viagem de Scalabrini ao Brasil: fotos, diário, cartas, discursos e reações da imprensa. Do diário de bordo, um registro recorrente: "O mar continuou revolto toda a noite. A embarcação luta fortemente contra as ondas e quase todos os passageiros sofrem de indisposição. O vento não me deixa escrever aquilo que quereria. O vento está feio: sacudidas violentas. Noite horrível, o mar rugue, tudo está em desordem. O nosso amigo vento quer mesmo nos acompanhar até Rio de Janeiro". No dia 7/7/1904, Scalabrini pisou chão firme e sobre ele, de trem, barco, charrete, carroça e a cavalo, durante cinco meses percorreu as trilhas palmilhadas pelos que, da Itália, o precederam na chamada grande emigração.

TRAVESSIA
revista do migrante

www.cemsp.com.br